

LUCILEIDE COSTA CARDOSO

# ***Vidas em transe: migrações, ditaduras e lutas democráticas***

Itinerário acadêmico,  
político e afetivo



A narrativa que se segue procura aprofundar a compreensão desses quase 60 anos da emergência do mais duro golpe na democracia que marcou o ano de 1964. Procurei me guiar por minhas experiências afetivas, políticas e acadêmicas tentando, com o arsenal de lembranças e esquecimentos, próprio da dialética da memória, dar conta dos saltos, sobressaltos e continuidades que representam o mosaico multifacetado da minha vida. Contudo, alguns questionamentos surgiram: o que pode a história de um indivíduo diante da história mundial? Para que serve recordar uma história de vida? Talvez a resposta possa ser dada com o aporte dos teóricos da história da memória, além de vários outros, que me encorajam a contar um pedaço da minha história que não pertence só a mim, mas conflui na experiência de vários outros, próximos e anônimos. Assim, o livro/memorial destaca a riqueza e a significativa trajetória construída, através de uma carreira de professora/pesquisadora que atuou em vários níveis do ensino e tem significativa contribuição nos estudos sobre as ditaduras brasileira e ibero-americanas. A partir daqui, a narração tem início, por sua beleza literária e profundidade acadêmica, recheada de emoção e vivências de um passado presente, que teima em fixar um modo único de viver uma individualidade.

LUCILEIDE COSTA CARDOSO

***Vidas em transe:  
migrações, ditaduras  
e lutas democráticas***

Itinerário acadêmico,  
político e afetivo

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

*Reitor*

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

*Vice-reitor*

Penildon Silva Filho

LUCILEIDE COSTA CARDOSO

# ***Vidas em transe: migrações, ditaduras e lutas democráticas***

Itinerário acadêmico,  
político e afetivo

Salvador  
UFBA  
2023

2023, Lucileide Costa Cardoso.  
Direitos para esta edição cedidos à UFBA.  
Feito o Depósito Legal.  
Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico  
da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

*Capa e projeto gráfico*  
Gabriel Cayres

*Editoração e arte final*  
Larissa Vieira de Oliveira Ribeiro e Rafael Moreno

*Revisão*  
Autora

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

---

C268 Cardoso, Lucileide Costa.  
Vidas em transe : migrações, ditaduras e lutas : itinerário acadêmico,  
político e afetivo / Lucileide Costa Cardoso. - Salvador: UFBA, 2023.  
133 p.  
ISBN: 978-65-5631-093-0  
1. Professores universitários – Atividades políticas. 2. Memória  
autobiográfica. I. Título.

CDU – 929-057.85

---

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

*Aos meus filhos, Guilherme e Gustavo,  
razão de aprendizados constantes e solidários.*



# LUCILEIDE COSTA CARDOSO

## Trajectoria acadêmica

### Resumo

Autora do livro Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985) (EDUFRB, 2012); e organizadora de Ditaduras: memória, violência e silenciamento (Edufba, 2017), Política e historiografia em tempos de crise (Autêntica, 2021), além de capítulos de livros e artigos nacionais e internacionais, com destaque para publicações na Revista História Actual Online (Madri, 2023), Diacronie: Studi di Storia Contemporanea (n. 25, v. 1, 2016), Revista da FLUP (UPorto, Série História, 2014), Revista Anos 90 (Porto Alegre, 2013, 2022), Revista Antíteses (Londrina, 2013, 2021), Revista da ABHO (2012) e Revista Brasileira de História (1994, 2011). Atualmente, desenvolve a pesquisa intitulada “Migrações científicas: historiadores perseguidos e políticas ditatoriais em Espanha, Portugal e Brasil no século XX”.



# Sumário

## Sumário

- 19 Introdução
- 31 Anos 1960 e 1970: luz de vida, família e a primeira escolaridade sob os auspícios da ditadura
- 43 Universo desdobrado: tempos universitários e apaixonantes (PUC/SP, 1985-1989)
- 47 No meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho: o mestrado e a reviravolta acadêmica (PUC/SP, 1990-1993)
- 51 Tempos uspianos: o doutorado em História Social e um presente de vida (1998-2004)
- 57 Roda vida: docência em universidades privadas (1992-2006)
- 63 Renovação e engajamento: GT de História Política (Anpuh/USP)
- 69 De volta à Bahia: “E o Recôncavo, e o Recôncavo, e o Recôncavo, Meu medo”. Coragem e esperança na universidade pública
- 87 Transições negociadas: redistribuição para a UFBA (2013 – atual)

- 103 Lisboa “do Pessoa na Pessoa”: primeiras viagens e pós-doutoramento no Porto (2013-2016)
- 109 Pandemia e (des)continuidades: o segundo pós-doutoramento na Universidad Autónoma de Madrid, UAM (2020-2021)
- 117 Migrante/mutante: ao final de tantas lutas, fiz a opção pela delicadeza
- 121 Referências em *sites*
- 123 Referências

## PREFÁCIO 1

### Com quantos tranSES se faz um memorial?

“Agora é a hora de encostar um tamborete à porta da rua e começar a contar desde o princípio [...], antes que os historiadores tenham tempo de chegar”, advertiu um escritor, como se tivesse aprendido a lição do filósofo: “passar dos grandes acontecimentos e personagens à vida dos anônimos [...] é um programa literário, antes de ser científico”. Mas não foi assim. Não veio do filósofo esse aprendizado do escritor.

Poderia ser outro, mas o escritor citado é Gabriel García Márques (MÀRQUES, 2014, p. 138). Jacques Rancière é o filósofo, que também poderia ser outro (RANCIÈRE, JACQUES, 2005, p. 49). Obviamente, diante de muitas opções disponíveis, eu tive razões acadêmicas para ter escolhido exatamente esses dois. Mas a razão principal veio à luz depois da minha participação em uma banca de professor titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em setembro de 2022, quando li e avaliei o memorial apresentado por Lucileide Costa Cardoso. Explico melhor: depois da banca, quando o generoso convite da professora Lucileide para fazer o prefácio do memorial agora transformado em livro, percebi que não poderia iniciar de outra forma.

Voltemos, pois, ao começo, para poder continuar. Escrevendo depois, o filósofo explicou a prática do escritor. Também não foi assim, somente ou simplesmente. Porque filósofo, embora não diga diretamente, sabe que a literatura pode explicar-se muito bem, e a depender do caso, até melhor do que a filosofia ou a ciência. Se um não aprendeu com o outro, se um não explica o outro, qual seria o relacionamento possível? A implicância. A meu ver, foi exatamente uma implicância que Lucileide realizou no seu memorial. Implicou a Literatura com a Filosofia e a História.

Daí a difícil e fascinante arte de uma vida por escrito que se vê nesse memorial, longe, muito longe dos diários aburguesados de cultivo desmedido do individualismo. Equilíbrio raro, esse entre o “eu” e o “nós”, conquistado pela formação política da autora, assumindo raízes sem negar as antenas.

Não, definitivamente, leitores e leitoras não vão encontrar aqui o confessionário dos diários açucarados e ácidos da não linguagem burguesa que, nos últimos anos, se converteram na transparência alienante das postagens em redes ditas “sociais”. Não, definitivamente, e por outro lado, leitoras e leitores aqui não estão diante daquele tipo de relatório acadêmico que faz o sucesso dos administradores que podam o sentido libertário do saber, em nome de regras estabelecidas ou novidades irresponsáveis.

Um memorial que dá gosto de ler e reler, antes de tudo é disso que se trata. Desde o curso de datilografia que impressionava os avaliadores de estágio na Caixa Econômica, até a pesquisa online longe da terra natal, quando o mundo caiu de portas fechadas. Antes, depois e no meio, muitos outros trajetos. Muitas outras existências, tramadas numa memória que soube articular conteúdos e continentes, linhas e tramas.

Por isso, os detalhes não são as partes menores e sim as partes insubstituíveis de conjuntos moventes. Porque a vida está implicada numa escrita que assume a prática política como nosso bem comum, a ser sempre alimentado e renovado.

Ética e estética. A escrita não engana, não esconde o artesanato ético e estético que aproxima e distancia a trama do transe. Transe em suas variadas acepções, a partir de Glauber Rocha no seu *Terra em transe*, esse filme desconcertante e incontornável, essa obra de arte que chegou antes, e contou uma história até hoje assombrosa e silenciada.

O cotidiano e o afeto, nessa maneira de escrever um memorial, não se apartam do significativo comprometimento acadêmico que a escritora revela. Não funcionam, o cotidiano e o afeto, como o contexto do texto, simplesmente ou somente. Na verdade, agem em conjunto, atando nós, fazendo trançados, mas também em esgarçamentos, fimbrias, linhas de fuga. Para além do contexto, texto e textura. Textura e transe.

Conjuntura aflitiva ou perigosa, momento crítico, crise, perigo, lance. Também pode ser ato ou feito arriscado, duelo, combate, aflição. Pode ser, ainda, uma espécie de “a todo custo”, um “apesar de todos sacrifícios e riscos”, ou mesmo o tempo do passamento, conforme o Dicionário Caldas Aulete. Tudo isso tem a ver com sentidos fora de moda nos usos da palavra “transe”, o que evidencia o caráter literário do título *Vidas em Transe*.

Além disso, ou talvez exatamente por isso, não é dispensável registrar que este Memorial foi marcado por muitas lutas democráticas do pós-1964, e defendido antes do dia 30 de outubro de 2022, quando o resultado das eleições presidenciais ainda era angústia e esfinge. E, agora, enquanto escrevo, outras angústias, outras esfinges

nos perseguem. Ainda estamos à espera do “outono do patriarca”, para usar o título de um dos romances de Gabriel García Márquez.

Aqui, para a felicidade de leitores e leitoras, a escrita é primaveril, alimenta a esperança, apesar de tudo. Lucileide, pesquisadora e professora conhecida pela seriedade e profundidade do seu trabalho, emerge em seu memorial numa escrita que se aproxima do ensaio. Assim, temos a chance de aprender mais sobre a inadiável tarefa de continuar trabalhando pelas universidades públicas, gratuitas e de qualidade. Luta já antiga, é verdade. Mas repleta de novos desafios, e ainda carente dessa *ética da estética* ou dessa *estética da ética* que Lucileide tão bem realiza na sua escrita rigorosa e poética.

Eis, então, um texto através do qual vão ficando sugestões, ou indicações às vezes fugidias, sobre perigo implicado por *vidas em transe*, aquelas que vão se apercebendo que, em todo seu mistério, o transe é sinal de vida. Bem, dito isto, “agora é hora de encostar um tamborete à porta da rua...”.

Fortaleza, 23 de novembro de 2022.

Francisco Régis Lopes Ramos

Professor titular do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



# Prefácio 2

## **PREFÁCIO 2**

**VIDAS EM TRANSE: migrações, ditaduras e lutas democráticas – itinerário acadêmico, político e afetivo**

As palavras que seguem foram preparadas como arguição à candidata, professora Lucileide Costa Cardoso, na banca de sua promoção à categoria de professora titular do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Com breves alterações, agora, assumem a função de prefácio do livro que torna público o memorial aprovado pela banca. Ao lado dos professores Francisco Régis Lopes Ramos, Muniz Gonçalves Ferreira, Raimundo Nonato Pereira Moreira e sob a coordenação da professora Lina Maria Brandão de Aras, tive a oportunidade de avaliar um texto descritivo/analítico (memorial) e os documentos que comprovavam a trajetória de formação e atuação de Lucileide, como historiadora e como cidadã.

A participação numa banca de promoção ao posto mais alto da carreira numa universidade federal brasileira é uma grande responsabilidade. A escrita do memorial e a reunião dos documentos comprobatórios, por sua vez, são oportunidades de retomada das escolhas realizadas, dos caminhos trilhados, do que foi construído ao longo de décadas de formação e atuação profissional. Antes do ritual da banca – e para que ele seja possível – colocou-se para Lucileide o desafio de definir estratégias para narrar a si mesma, para se reencontrar e se compreender. Só assim foi possível comunicar e comprovar para os(as) outros(as) – antes para a banca e agora para potenciais leitores e leitoras - os passos que sustentaram sua demanda de ascender à categoria de professora titular.

O desafio se colocou como um exercício rigoroso e cansativo, mas também compensador e reconfortante pela possibilidade de repensar a trajetória de vida e projetar investimentos para o futuro. Quando falo em investimentos, em sintonia com o texto

do memorial/livro, penso tanto em termos acadêmicos quanto na dimensão afetiva: onde Lucileide depositou e onde depositará suas energias e seus afetos? Ao que ela dará continuidade e quais novos desafios enfrentará? Como estará preparada para os desafios que não dependem de sua própria escolha?

Submeter-se a uma banca de promoção a titular é uma oportunidade que nós, docentes de universidades federais brasileiras, temos acesso, diferentemente de colegas que atuam em outras universidades, especialmente nas privadas, e de profissionais com formação similar à nossa, mas que estão fora do mercado do trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que é preciso defender essa carreira profissional que possibilita um significativo nível de liberdade e de exercício de criatividade no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, é necessário reconhecer variáveis pessoais e estruturais (familiares, de classe, de gênero e de raça), que ora favorecem, ora entram uma carreira universitária no Brasil. As condições de trabalho que Lucileide encontrou, especialmente a partir de seu ingresso em instituições públicas de ensino superior, devem ser reconhecidas, valorizadas, defendidas e estendidas a outros(as) profissionais.

Nas páginas que seguem é apresentada a trajetória de formação acadêmica e de atuação em instituição arquivística, na educação básica da rede pública, no ensino superior oferecido por instituições privadas e por universidades públicas. Foi a partir do ingresso por concurso na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), em 2006 e de sua redistribuição para a UFBA, em 2013, que Lucileide passou a ter melhores condições de se dedicar às atividades de pesquisa, lado a lado com os demais compromissos acadêmicos. Retomou, então, investigações que vinha realizando desde seus cursos de mestrado e de doutorado, que tratavam da ditadura brasileira pós 1964 e dialogavam com o contexto e as lutas políticas que marcaram o início da vida de Lucileide, como jovem nordestina na cidade de São Paulo.

Como estudiosa da história da ditadura, conheci Lucileide por meio de um artigo que ela havia publicado na *Revista Brasileira de História*, em 1994 e que estava baseado em sua dissertação de mestrado. Tratava-se de uma reflexão sobre livros de memória que foi produzida e veio a público num momento inicial dos estudos históricos sobre a ditadura, contexto no qual um balanço memorialístico consistente era necessário. E Lucileide foi pioneira nisso.

Cerca de uma década após o contato com esse texto, entre 2012 e 2014, tive o prazer de conhecer pessoalmente a autora e conviver com ela em eventos acadêmicos no Rio de Janeiro, em Buenos Aires e em Salvador. Vale lembrar que no contexto dos 50 anos do golpe de 1964, Lucileide organizou um evento na UFBA no qual foram compartilhados resultados de pesquisas sobre a ditadura produzidos fora do eixo Rio-São Paulo, com predominância de trabalhos escritos em universidades do

Nordeste. Desse evento resultou um livro robusto, depois do qual não é mais possível tratar da história da ditadura no Brasil sem considerar a forma que ela assumiu, por exemplo, no Ceará, na Paraíba, em Sergipe e na Bahia.

O protagonismo e o pioneirismo de Lucileide no exame das produções memorialísticas, ao longo do mestrado e do doutorado da autora, novamente se fizeram sentir na segunda década dos anos 2000, com os esforços para reunir pesquisadores(as) e para construir, aos poucos, novos entendimentos sobre a história da ditadura. Destaco, ainda, a importância das orientações nos cursos de graduação e de pós-graduação, assim como as contribuições para o entendimento das dinâmicas da ditadura na própria UFBA, esforço louvável que inspira investigações em outras universidades públicas brasileiras.

Outro importante capítulo da trajetória de Lucileide é apresentado no memorial/livro. Trata-se dos estágios de pós-doutorado realizados em Portugal e na Espanha, que possibilitaram importantes estudos sobre o franquismo e o salazarismo, dos quais destaco a investigação sobre historiadores perseguidos pelos regimes ditatoriais. Além de referência nos estudos sobre a ditadura brasileira, Lucileide vem demonstrando a importância das abordagens comparativas, com base em intensa pesquisa documental e cuidadosas interpretações.

A narração dos investimentos de pesquisa, no memorial/livro, é acompanhada por relatos sobre a vida privada, pessoal e familiar, sobre constrangimentos, dificuldades e oportunidades encontrados(as) pelo caminho. Além de uma intensa trajetória de trabalho acadêmico, as páginas que seguem são repletas de histórias sobre a família de onde veio Lucileide e a construída ao lado de Amarin. Ele, Gustavo e Guilherme aparecem como “atores” fundamentais da história de Lucileide. Como os leitores e as leitoras poderão perceber, na escrita da professora, transbordam o carinho e a afetividade da esposa e da mãe. Da mesma forma, e paralelamente ao registro e à análise das atividades profissionais e acadêmicas realizadas ao longo de décadas, o texto que segue apresenta uma cidadã preocupada com os destinos do Brasil e engajada politicamente. Sua carreira percorre diferentes contextos políticos, dos quais destaco aquele da criação de novas universidades federais e o mais recente, no qual as instituições públicas de educação superior têm sido alvo de desmonte. A publicação do memorial/livro e da escrita deste prefácio, felizmente, se dão num contexto de renascimento da esperança.

Porto Alegre, 16 de novembro de 2022.

Carla Simone Rodeghero

Professora titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



# Introdução

A disciplina histórica não tem por objetivo celebrar tal ou tal memória particular ou ressuscitar o que se passou, mas tornar compreensíveis, em toda a sua complexidade, as relações que unem ou dividem os homens e as mulheres, os diversos grupos sociais, os governantes e governados... sem apagar nenhuma de suas asperezas. Ao mesmo tempo, a história guarda em nossas sociedades democráticas uma função cívica insubstituível. Nada pode evitar, a cada geração, o ato que lhe faz a um tempo receber um passado herdado e alterá-lo em função das exigências do presente. [...] Nesse sentido, é o trabalho histórico sobre o passado que, ao instaurar uma distinção fundamental entre história e memória, torna possível a apropriação crítica das tradições (BOUTIER; JULIA, 1998, p. 53).

Vidas em transe, presente no título, faz alusão ao filme do baiano Glauber Rocha, *Terra em transe*, considerado um dos 100 melhores filmes do cinema brasileiro e tão atual para pensar a conjuntura política em meados de 2022.<sup>1</sup> A sinopse do filme revela um país fictício da América Latina, chamado de *Eldorado*, que é palco de uma

---

1 Para mais informações sobre o Cinema Novo e a o filme de Glauber Rocha ver: RUBIM, Lindinalva Silva Oliveira. *A Bahia que gerou Glauber Rocha*. 53ª. Reunião Anual da SBPC, Salvador, 2001.

convulsão interna desencadeada pela luta em busca do poder. A palavra “transe” carrega o sentido de luta, combate e conflito no filme de Glauber, bem como expressa o momento político angustiante pelo qual passamos. Alucinações e delírios negacionistas habitam o teatro dos atuais governantes brasileiros, fomentados por grupos bolsonaristas, e essa é uma outra opção de sentido para a palavra “transe” que não tomamos para a escrita deste memorial.

A acepção etimológica da palavra “transe” é oriunda do português antigo que até o século XIX, significou grande risco, perigo, ato arriscado. A polissemia da palavra “transe” tomou novas configurações a partir do filósofo Walter Benjamin como o tempo saturado do agora, tempo de surpresas e conflitos, não é só o tempo comum da experiência, mas é o instante decisivo entre a vida e a morte. O sentido antigo ainda permanece no exemplo do duelo: “vamos entrar em transe”, expressão recorrente para designar agonia profunda, agonia da morte, ou seja, o instante de perigo.

20

No título, afetivo e efetivo, que inaugura e abre essa narração, “transe” significa a luta, a garra, o combate de vidas em trânsito e entrelaçadas que compuseram a minha trajetória, bem como vidas em perigo, seja a minha, seja a das pessoas que pesquisei. A chave da leitura que sugiro é a da verdade exposta no formato e na constituição da trama, momento em que deixei a leitura aberta para o estabelecimento do pacto mais profundo entre a ficção e o real.

Vivi de forma consciente os desvarios da transição política brasileira aguçada com o final da ditadura em 1985 e, ainda hoje, inconclusa. Os operários do ABC adotaram um novo vocabulário político remetendo a palavras repletas de significados da multiplicidade do social: “participação”, “inclusão”, direitos que se contrapunham a longa tradição autoritária da arena política. Nesse contexto, surge um núcleo político de trabalhadores dispostos a ir além, formando um partido político que desafiava a reforma partidária proposta pelos militares. O que não poderíamos prever era que essas forças políticas inovadoras chegassem ao comando máximo do país, após o fim da ditadura e o início de uma longa transição política. Entretanto, após um ano e meio de exercício de poder ocorre o desencanto, a perplexidade por parte daqueles que acreditaram que as esquerdas no poder seriam diferentes, seriam portadoras de valores construídos por utopias seculares. Lula foi o primeiro ex-operário a se tornar presidente do Brasil, governou o país em dois mandatos: 2003 até 2006 e de 2007 até 2011.<sup>2</sup>

---

2 No momento em que encaminho este memorial para ser publicizado, vale ressaltar que estamos no final do ano de 2022, quando a vitória do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva foi consolidada pelas urnas eletrônicas para exercer o seu terceiro mandato (2023-2026). Cerca de 60 milhões de votos garantiram-lhe a vitória sobre o seu oponente, Jair Messias Bolsonaro.

Desse modo, imersos em grupos de pesquisa voltados à história política renovada, buscamos discutir e compreender qual o lugar ou a abrangência do político no contexto histórico do primeiro mandato do presidente Lula, que explicavam ou justificavam as contradições existentes entre as propostas do programa político do Partido dos Trabalhadores (PT) – eleições e estratégias de luta política – e o desempenho de sua administração. Por que ocorreu o contrário, por que tiveram comportamento semelhante às elites que sempre governaram o país? O senso comum buscou responder através do ceticismo, ou seja, considerando que o jogo político é assim mesmo, nada muda ou o poder corrompe, ou ainda atribuir o caráter das pessoas suas mudanças de comportamento.

Por sua vez, com o desmantelamento do bloco comunista, a finalização da guerra fria e a hegemonia do Império Liberal Americano, vivíamos uma espécie de paralisia da política mundial, política no sentido mais original, aquela explicada por Hannah Arendt? Essa situação de hegemonia, consubstanciada nos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI), estaria na origem das contradições e procedimentos de repetição de políticas autoritárias e conservadoras do primeiro governo Lula, símiles daqueles governos que o precederam?

Compreendo que a herança lulista, considerando os seus dois mandatos presidenciais e o da ex-presidente petista Dilma Rousseff, teve um saldo bastante positivo em termos de política exterior e política interna, notadamente com a erradicação da fome. Vale ressaltar que foi inovador, na primeira administração petista, a emergência das Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalhavam em parceria com o governo para a implementação de amplas políticas sociais, além do forte investimento em educação e saúde. No plano educacional, Restruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), orientou-se pela restruturação e expansão das universidades e institutos federais por todo o país, em uma escala jamais vista antes. Além disso, a política de cotas que completa, em 2022, dez anos, trouxe amplos benefícios para os estudantes da rede pública de ensino. Eu fui uma das beneficiárias da política do Reuni, momento em que a segunda universidade federal do estado da Bahia foi criada, com sede no Recôncavo. Com a realização de um amplo processo seletivo em várias áreas do conhecimento, fui contemplada com uma vaga, após um concorrido concurso público de provas e títulos.

A lista das realizações dos governos petistas é bastante intensa e não cabe aqui elencar todos os pontos. Do meu ponto de vista, o governo lulista, em sua primeira

---

Aqui, renovamos a nossa esperança mais uma vez no fortalecimento da democracia brasileira e no desmonte de movimentos golpistas que assolaram o país inconformados com a derrota eleitoral.

fase, reiterou práticas já consolidadas na longa tradição política brasileira, operando um descompasso entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário: o Executivo se impôs aos outros poderes, por exemplo, através de expedientes com a emissão de Medidas Provisórias (MPs), ou vetos estabelecidos pelo presidente, entre outras. Por outro lado, as reivindicações dos movimentos populares – tão importantes e inovadores nos anos que precederam a conquista da presidência pelo PT e, contraditoriamente, na maioria das vezes, organizados e impulsionados por lideranças populares daquele partido – foram proteladas ou ignoradas, quando não distorcidas. Ainda, as vozes dissonantes do partido também foram neutralizadas no seu primeiro mandato, com punições exemplares, com o cerceamento das manifestações e a manipulação daqueles que deveriam representar os eleitores, conforme os encaminhamentos de discursões de determinadas reformas estruturais, essenciais para o país. De fato, o que se verificou no primeiro governo Lula foi a ausência de uma negociação livre, livre expressão de ideias, nem representações genuínas e equilibradas. Promoveu-se uma administração de características liberais, ainda que marcada pela forte presença do Estado (Poder Executivo), gerenciado por grupos restritos de indivíduos com favorecimentos claros para a expansão do capital financeiro, uma política de juros altos e realizadores de superávits primários.

Com esse preâmbulo vivido por mim, nos finais do século XX e nas demais décadas do atormentado século XXI, é possível observar as continuidades e discontinuidades da nossa história republicana. Acompanhamos, agora, a terceira corrida à presidência do antigo líder sindical, Lula, no contexto de absoluta descrença na política e nos seus mecanismos garantidores de democracia representativa, como por exemplo, a polêmica sobre as urnas eletrônicas instaurada pelo atual governo de extrema direita no Brasil. *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!* Documento assinado por mim e por mais de um milhão de pessoas ressoou no dia 11 de agosto de 2022 em uma profusão de atos políticos em várias cidades do país em defesa das urnas eletrônicas e como forma de repúdio contra as novas ameaças de golpe a democracia:

Em agosto de 1977, em meio às comemorações do sesquicentenário de fundação dos Cursos Jurídicos no País, o professor Goffredo da Silva Telles Junior, mestre de todos nós, no território livre do Largo de São Francisco, leu a Carta aos Brasileiros, na qual denunciava a ilegitimidade do então governo militar e o estado de exceção em que vivíamos. Conclamava também o restabelecimento do estado de direito e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A semente plantada rendeu frutos. O Brasil superou a ditadura militar. A Assembleia Nacional Constituinte resgatou a legitimidade de nossas instituições, restabelecendo o estado democrático de direito com a prevalência do respeito aos direitos fundamentais.

Temos os poderes da República, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, todos independentes, autônomos e com o compromisso de respeitar e zelar pela observância do pacto maior, a Constituição Federal.

Sob o manto da Constituição Federal de 1988, prestes a completar seu 34º aniversário, passamos por eleições livres e periódicas, nas quais o debate político sobre os projetos para país sempre foi democrático, cabendo a decisão final à soberania popular.

A lição de Goffredo está estampada em nossa Constituição ‘Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição’.

Nossas eleições com o processo eletrônico de apuração têm servido de exemplo no mundo. Tivemos várias alternâncias de poder com respeito aos resultados das urnas e transição republicana de governo. As urnas eletrônicas revelaram-se seguras e confiáveis, assim como a Justiça Eleitoral. Nossa democracia cresceu e amadureceu, mas muito ainda há de ser feito. Vivemos em país de profundas desigualdades sociais, com carências em serviços públicos essenciais, como saúde, educação, habitação e segurança pública. Temos muito a caminhar no desenvolvimento das nossas potencialidades econômicas de forma sustentável. O Estado apresenta-se ineficiente diante dos seus inúmeros desafios. Pleitos por maior respeito e igualdade de condições em matéria de raça, gênero e orientação sexual ainda estão longe de ser atendidos com a devida plenitude.

Nos próximos dias, em meio a estes desafios, teremos o início da campanha eleitoral para a renovação dos mandatos dos legislativos e executivos estaduais e federais. Neste momento, deveríamos ter o ápice da democracia com a disputa entre os vários projetos políticos visando convencer o eleitorado da melhor proposta para os rumos do país nos próximos anos. Ao invés de uma festa cívica, estamos passando por momento de imenso perigo para a normalidade democrática, risco às instituições da República e insinuações de desacato ao resultado das eleições.

Ataques infundados e desacompanhados de provas questionam a lisura do processo eleitoral e o estado democrático de direito tão duramente conquistado pela sociedade brasileira. São intoleráveis as ameaças aos demais

poderes e setores da sociedade civil e a incitação à violência e à ruptura da ordem constitucional.

Assistimos recentemente a desvarios autoritários que puseram em risco a secular democracia norte-americana. Lá as tentativas de desestabilizar a democracia e a confiança do povo na lisura das eleições não tiveram êxito, aqui também não terão.

Nossa consciência cívica é muito maior do que imaginam os adversários da democracia. Sabemos deixar ao lado divergências menores em prol de algo muito maior, a defesa da ordem democrática.

Imbuídos do espírito cívico que lastreou a Carta aos Brasileiros de 1977 e reunidos no mesmo território livre do Largo de São Francisco, independentemente da preferência eleitoral ou partidária de cada um, clamamos as brasileiras e brasileiros a ficarem alertas na defesa da democracia e do respeito ao resultado das eleições.

No Brasil atual não há mais espaço para retrocessos autoritários. Ditadura e tortura pertencem ao passado. A solução dos imensos desafios da sociedade brasileira passa necessariamente pelo respeito ao resultado das eleições.

Em vigília cívica contra as tentativas de rupturas, bradamos de forma uníssona:

Estado Democrático de Direito Sempre!!!!

Nesse momento, em que a democracia corre perigo, sigo recuperando os ensinamentos de Hannah Arendt, no seu livro *O que é política?* O lugar da política é da pluralidade dos homens e não do homem singular. A política se dá na relação com o outro, portanto no social que abriga a diversidade. A política é o gerenciamento das diferenças, a não aceitação da diferença, a eliminação da diversidade é o fim da política, permitindo a proliferação do fenômeno totalitário. Nesse sentido, a política é o único lugar de liberdade: “é a instância do viver coletivo que impede o estranhamento letal entre diferentes porque é o lugar da negociação” (ARENDR, 2002, p. 16). Na tradição grega, a coisa pública é um espaço de todos, a *polis*, que por sua vez, é o lugar da liberdade política. A esfera do privado deriva dessa noção do público, portanto a vida privada é a negação da política. Hannah Arendt questiona se tem a política algum sentido? Eis sua breve resposta: a política é o lugar de solução dos problemas surgidos da convivência humana (ARENDR, 2002, p. 17).

Nos tempos modernos, a política se confunde com o Estado. Se a política se confunde com o Estado, o que pode a política na aventura coletiva das pessoas? Para Hannah Arendt, “a ação dos homens se dá na dimensão política da História, no tempo

da vivência cotidiana e não no tempo das estruturas, e que a política é o lugar do imprevisível, do acaso, portanto, da liberdade” (ARENDDT, 2002, p. 20) e “O perigo é a coisa política desaparecer do mundo” (ARENDDT, 2002, p. 20). Os totalitarismos e as guerras mundiais do século XX foram momentos de suspensão da política, ausência de negociação e liberdade. Onde começa a dominação acaba a política, portanto, a tirania, e porque não dizer a ditadura civil-militar brasileira foi a “desnaturação da coisa política”. Para não falar também da doce tirania em que vivemos hoje com a incapacidade de discernir o “certo” do “errado”. Nessa reflexão da Hannah Arendt, a política é a instância que agiliza a História. Então, o que aconteceu no século XXI, que parece ter tornado a política inoperante com a emergência do mercado?

Aqui, faço mais um preâmbulo, para rememorar, que no momento em que escrevo este texto, estamos na efeméride dos 200 anos da Independência do Brasil, vivendo um contexto bastante difícil e polarizado de eleições presidenciais, momento em que emerge forças reacionárias e obscuras em defesa de golpes e de volta à ditadura. Nessa zona de crise, resolvi sistematizar um artigo sobre o debate historiográfico e político sobre o golpe, a ditadura e o termo civil-militar, convidando Bruno de Oliveira Moreira para participar da sua coautoria: *1964 e o debate que não terminou: reflexões sobre a terminologia “civil-militar” e a natureza da nossa última ditadura*, cuja submissão em revista científica aguarda parecer com previsão de publicação para 2023.

O propósito do artigo é uma sistematização do debate historiográfico sobre o uso que o conceito ditadura tem provocado nas interpretações sobre a natureza do golpe de 1964 e do regime daí eclodido. Sem pretensões de totalidade, realizamos um cruzamento de escritos das áreas de História e Ciências Sociais, do ponto de vista da defesa ou do distanciamento da adoção do termo “civil-militar” como categoria explicativa para definir este período singular da história brasileira. Por sua vez, situamos esse debate, historiográfico e político, em pleno contexto dos 50 anos do golpe em 2014, quando novas contendas foram disseminadas. Pensamos que em 2024, efeméride dos 60 anos do acontecido em 1964, esse debate, já consolidado dentro e fora da Academia, possa resultar em entendimento histórico a ser balizado por novas batalhas memorialísticas e historiográficas.

Propagado por uma nova corrente historiográfica de estudos sobre a ditadura, o termo “civil-militar” adicionado ao conceito de ditadura, ganhou densidade no debate acadêmico e político a partir de 2010. Em 2014, ocasião dos 50 anos do golpe, sérias polêmicas historiográficas e ideológicas emergiram, cujos desdobramentos prosseguem nos dias atuais. Longe de tratar-se de uma demanda meramente acadêmica, o debate também ganhou, em alguma medida, a arena pública, fomentando a reflexão sobre a relação da última ditadura no Brasil com a sociedade. O ápice foi a entrevista do historiador Daniel Arão Reis, em 2012, para a *Revista de História da Biblioteca*

*Nacional*, inaugurando o polêmico debate público e sobre o qual publiquei também uma análise crítica da sua capa que traz como centralidade o papel dos militares no processo (REIS FILHO, 2012, p. 31-35).<sup>3</sup>

Para Denise Rollemberg e Samantha Quadrato, as investigações sobre as relações da sociedade com a ditadura brasileira de 1964-1985 precisam ser compreendidas para além de “dicotomias estritas”. Essas dicotomias frequentemente produziram uma leitura sobre tal processo a partir de certos binômios estabilizados: vítima *versus* algoz, opressor *versus* oprimido, Estado *versus* sociedade. Tais leituras tenderam, durante décadas, a assentar-se nestes parâmetros, no intuito de sublinhar os efeitos repressivos do regime. Compreendendo, de um lado, a importância da denúncia e da descrição das violências cometidas, das torturas, dos centros de detenção e do terror de Estado, principalmente considerando as demandas do processo de transição democrática, tais autoras apontam a necessidade de a historiografia buscar ir além, e se debruçar sobre a investigação sobre como a ditadura obteve apoio e legitimidade social para pôr-se em funcionamento (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, p. 11-13).

Na medida em que tais exercícios de memória e de investigação histórica posicionam a sociedade diante do espelho, refletindo-a como parte integrante da engrenagem no estudo sobre as ditaduras, emergiram categorias importantes como as de consenso e consentimento, na compreensão histórica de elementos de uma legitimação civil para o regime instalado ou dos instrumentos de controle exercitados, “através de mecanismos traduzidos em ganhos materiais e/ou simbólicos para as sociedades” (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, p. 17). A bem dizer, rompendo com as dicotomias que matizaram os estudos sobre o golpe e a ditadura até meados dos anos 1990, as reflexões sobre a história e a memória da ditadura avançaram no estudo de representações de militares e civis, as quais não insistiam em se restringir a uma tão mencionada divisão entre “linha branda” e “linha dura”. Mostrou-se importante ir além e compreender outras nuances do processo histórico, investindo na análise do comportamento da população em relação ao regime autoritário.

Em grande medida, as reflexões propostas por alguns desses estudiosos sofreram uma influência importante de escritos sobre passados repressivos na Europa. Nesses escritos, sobreviventes e intelectuais europeus passaram a discutir perspectivas como as de “memórias divididas” (PORTELLI, 1996) que modelaram relações estabelecidas no seio da sociedade durante e após a Segunda Guerra Mundial,

---

3 Nessa mesma revista em que Daniel Aarão Reis Filho publicou a sua intervenção, escrevi um breve texto expondo o meu ponto de vista sobre o debate em torno do termo “civil-militar”. Os apontamentos representam uma síntese importante do momento de imersão de novos pesquisadores no espaço público, problematizando e buscando novos referenciais de análise.

concentrando novos esforços de compreensão nos processos de ocupação nazista sobre os territórios daquele continente. Sob forte influência destes trabalhos, certos autores e autoras brasileiras passaram a se interessar pelos comportamentos sociais de pessoas comuns que apoiaram o regime e pelo cotidiano vivenciado para além das tensões clássicas do meio político-institucional, contemplando uma “área cinzenta”, que merece e precisa ser ainda mais investigada.

Essa zona de crise se manifesta hoje, no campo propriamente político, abalando nossas convicções de que a política se fará no campo de negociações e conflitos, com nossas ações e ideias baseadas em uma democracia representativa. A densidade de polarizações do mundo pandêmico reabriu um forte campo de xenofobismos e de profunda intolerância. A proliferação de discursos de ódio à democracia que se estruturam no negacionismo e na falsificação histórica são fenômenos de longa duração, mas que espalharam na atualidade de forma mais sistemática e agonizante.

No Brasil, o alvo principal da polêmica continua a ser o golpe civil militar e a ditadura (1964-1985), gerando sérios revisionismos ideológicos, cujo foco é o negacionismo do próprio chefe do Estado, Jair Bolsonaro, de que não houve uma ditadura que durou 21 anos. Ao celebrarem torturadores, como por exemplo, o coronel Carlos Brilhante Ustra em 2016, o presidente e seus ministros, além de parcelas das Forças Armadas, produziram um discurso político potencialmente muito mais nocivo pela posição que ocupam, do que propriamente o debate no campo do revisionismo acadêmico e ideológico, que caracteriza o campo europeu no pós-guerra e do Brasil mais recentemente.<sup>4</sup> Para o presidente da República e os seus apoiadores mais próximos, o que ocorreu em 1964 foi uma “Revolução” de bases democráticas com responsabilidade, autoridade e liberdade. Nesse aspecto nenhuma novidade, apenas retomam a longa tradição de elaboração de uma memória ressentida por parte de militares e golpistas civis que, desde a inflexão de 1964 até o presente momento, produzem uma

---

4 Compreendemos o conceito de revisionismo a partir de Vidal-Naquet, em seu combate contra a difusão de ideias “negacionistas”, chamando a atenção para um grupo de intelectuais que nomeou de “assassinos da memória”. A partir de um conjunto de obras inseridas no movimento conhecido como “revisionismo histórico”, o autor permite estabelecer duas matrizes interpretativas. De um lado, o revisionismo histórico ligado às tarefas de escritas e reescritas da história pelos “historiadores”. Traz um sentido de confronto e superação (dialética), porém dentro dos marcos da pesquisa e da produção do conhecimento histórico (método, teoria, hipóteses, evidências). Por outro, o “revisionismo no sentido absoluto”, assim chamado por negarem “as câmaras de gás de Hitler e o extermínio de doentes mentais, judeus e ciganos e, ainda, o de membros de povos considerados racialmente inferiores” (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 9).

massa de discursos e artefatos, no formato de livros, palestras, entrevistas, projetos de memória, documentários, sites, dentre outros materiais que celebram o 31 de março como “Revolução Gloriosa”. Com o fim de criar uma contraposição à memória da “esquerda” que denunciou a violação dos Direitos Humanos e continua a exigir políticas de memórias baseadas nos princípios de Justiça de Transição fomentadas pelas Cortes Internacionais.

Nesse ponto, podemos dizer que os livros representativos da “memória dos vencidos” romperam o cerco da “cultura do medo”, do silêncio, do isolamento e da descrença, já a partir de 1964. Mas, por serem também discursos, não podem ficar confinados numa cristalização inabordável: “É mais importante entender do que lembrar, embora para entender também seja preciso lembrar” (SARLO, 2007, p. 22). Assim, na compreensão da crítica literária, a memória é concebida no plano menos epistemológico, ou seja, com menos quantidade de pontos para dar sentido ao passado frente a história e arte, especialmente a literatura que traz à tona “imagens mais exatas do horror do passado recente e de sua textura de ideias e experiências” (SARLO, 2007, p. 117). No entanto, com o desafio da interseccionalidade proposta nos tempos atuais, é possível colocar suas afirmações, não em dúvida, mas apropriadas para a análise das memórias de expressão escrita e não de expressão oral. Suas reflexões exigem outras perguntas, pois surgem novas demandas de revalorização da memória em outras chaves e em outras circunstâncias, reconfigurando o debate entre memória e história, bem como novas reflexões sobre memória e identidade.

A importância do campo da história oral deverá garantir meus novos investimentos em pesquisas. Partimos da compreensão de Alessandro Portelli quando avalia os empreendimentos em história oral como um novo fazer historiográfico em que “questões ligadas à memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador” (PORTELLI, 2016, p. 10). Ele define a história oral como “a arte da escuta, uma arte baseada num conjunto de relações”: entre entrevistados e entrevistadores, entre o tempo narrado e o tempo da narrativa, “entre a oralidade da fonte e a escrita do historiador” (PORTELLI, 2016, p. 12).

No geral, os ensinamentos de Beatriz Sarlo são muito úteis para pensarmos os discursos de memórias dos “vencidos” em 1964, que podem ser classificados assim: livros de denúncias contra os governos militares, depoimentos de exilados e ex-presos políticos, obras de parlamentares de oposição, livros-reportagem, memórias auto(bio)gráficas e romances políticos. Essa avalanche de livros, em conjunto com a imprensa, com as cartas de presos políticos e com os documentos que foram produzidos dentro e fora das prisões, expuseram a violência da ditadura ao mundo, clamando por justiça.

No momento em que o enfrentamento político mais direto e aberto com a ditadura civil-militar tornou-se impossível ou não mais desejável, o livro foi o instrumento da

denúncia da tortura, provocando respostas dos seus algozes que logo trataram de se defender, produzindo relatos articulados em controvérsias. Guerra, luta, contenda, combate ou disputa de memórias, representam termos comuns às novas e diversas abordagens historiográficas sobre o assunto (CARDOSO, 1994, 2012; MARTINS FILHO, 2002). Com isso, destacamos que o tema da tortura assume centralidade em algumas narrativas, representando uma “ferida aberta”, que inspira combates dos dois lados (SCHMIDT, 2007). O ápice desta contenda ressurgiu com a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, pela então presidente Dilma Rousseff e culminou com o golpe parlamentar de 2016.<sup>5</sup> De lá para cá, só aumentou a polarização, tendo como pressuposto forças opostas de memória que estruturam e reforçam o autoritarismo brasileiro de longa duração republicana.

A narrativa que se segue procura aprofundar a compreensão desses quase 60 anos da emergência do mais duro golpe na democracia que marcou o ano de 1964. Procurei me guiar por minhas experiências afetivas, políticas e acadêmicas tentando, com o arsenal de lembranças e esquecimentos, próprio da dialética da memória, dar conta dos saltos, sobressaltos e continuidades que representam o mosaico multifacetado da minha vida. Contudo, alguns questionamentos surgiram: o que pode a história de um indivíduo diante da história mundial? Para que serve recordar uma história de vida? Talvez a resposta possa ser dada com o aporte dos teóricos da memória: Maurice Halbwachs, Eleanora Bosi, Pierre Nora, Jacques Le Goff, Michel Pollack, Henri Rousso, Alessandro Portelli, Jan Assmann e Aleida Assmann, além dos filósofos Paul Ricoeur e Walter Benjamin.<sup>6</sup> Além de vários outros, que me encorajam

5 O processo de *impeachment* se iniciou no final de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, que estava prestes a enfrentar um processo no Conselho de Ética, deu prosseguimento a um pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, em que os mesmos alegaram que a então presidente havia cometido crime de responsabilidade pela prática das chamadas “pedaladas fiscais” e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso. O caso durou 273 dias e teve como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos dos seus direitos políticos de Dilma Rousseff. O processo e seu desfecho foram classificados pela presidente e seus aliados como um golpe, o mais recente do período republicano. Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>.

6 Aqui nos referimos aos autores clássicos que engendram uma teoria da memória nos inícios do século XX e que ainda reverberam com matrizes basilares no presente em que vivemos. Com o livro *A memória coletiva* (1990), do sociólogo Maurice Halbwachs, aprendemos o conceito de memória coletiva para pensar os quadros sociais da memória, além da configuração da memória como o tempo do presente. No Brasil, o trabalho de maior inspiração na

a contar um pedaço da minha história que não pertence só a mim, mas conflui na experiência de vários outros, próximos e anônimos. A partir daqui ela tem início, recheada de emoção e vivências de um passado presente, que teima em fixar um modo único de viver uma individualidade.



---

teoria de Halbwachs é da psicóloga social Ecléa Bosi: Memória e sociedade: lembranças de velhos (1979). No clássico artigo “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, de Pierre Nora, a noção de lugares de memória tomou forma e serviu para problematizar as relações entre história e memória na época contemporânea, e ainda o livro História e memória (1990), do historiador francês Jacques Le Goff, da terceira geração dos Annales, refletindo sobre a memória monumentalizada. Artigos primorosos que instigaram investigações sobre memória e identidade social e memória, silenciamento e esquecimento são “Memória e identidade social” (1992) e “Memória, esquecimento, silêncio” (1989), de Pollak. Problematizações a respeito das dificuldades de identificação de memória coletivas podem ser encontradas em, Henry. “A memória não é mais o que era”, de Rousso (1996). A noção de memórias divididas tão bem expostas no artigo “O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”, de Portelli (1996). Jan Assmann (2008) e Aleida Assmann (2011) contribuem aos estudos de memória ao desmembrarem o conceito de “memória coletiva” de M. Halbwachs em “memória cultural” e “memória comunicativa”. Neste universo teórico e metodológico, não poderíamos deixar de citar a complexidade do pensamento de Ricoeur (2007). E, por último, trazemos o filósofo Walter Benjamin, com obras que revolucionaram o modo de compreender as tensas e complexas relações entre memória e história, como em “O narrador” (1986), além de pensar na modernidade como o lugar em que o relato da experiência foi substituído pela informação, acarretando uma redução da experiência. Para aprofundamentos sobre sua teoria de “choques”, consultar Benjamin (2015).

## Anos 1960 e 1970

luz de vida, família e a primeira escolaridade sob os auspícios da ditadura

Nasci no extremo sul da Bahia, numa cidade chamada Itamaraju em 3 de maio de 1964, quase dois meses depois do emblemático Golpe civil militar de 1964 que transformaria, por definitivo, a vida dos brasileiros. Mera coincidência ou não, praticamente toda a minha vida fora pautada por acontecimentos e estudos referentes aos 21 anos de ditadura civil-militar e seus desdobramentos que até hoje atormentam o presente. Nasci de parto normal, talvez daí resulte uma força da natureza que grita e pulsa sempre quando o perigo espreita o meu ser e a minha gente. A fênix renasce das profundezas para seguir o seu caminho, correr o rio da vida no fluxo das correntes, dos redemoinhos e do repouso necessário nos bancos de suas areias e margens. Aos quatro anos vivi a tragédia da enchente na minha cidade, lembrança que guardo mais nitidamente e emoldura a consciência de si, dos próximos e dos outros. Contudo, nem tudo foi desgraça, logo veio a descoberta do mar aos sete anos, admirável mundo novo, levei de cara um “caldo” daqueles na bela praia do Prado. A rural branca e azul claro de bancos vermelhos dirigida por meu pai, com minha mãe ao lado e um punhado de irmãos(ãs) chocalhava na estrada de terra e transportava-nos para a magia dos passeios aos domingos em praias, roças e também no Parque do Monte Pascoal, local onde o Brasil foi “descoberto” pelos portugueses. A saga familiar daria um romance a lá Gabriel García Márquez em *Cem anos de solidão*, mas não é para tanto, representa apenas o modo de viver da maioria das famílias brasileiras de origem rural e da pequena burguesia tradicional, como definiu o velho Karl Marx.

Sou filha de uma professora primária, que logo teve que abandonar o ensino para cuidar dos nove filhos(as) e garantir junto com o meu pai o sustento da família. Ao

longo de minha infância convivi com a enorme força religiosa da minha mãe: com sua generosidade e paciência acompanhou com grande interesse o meu desempenho escolar. As palavras “estudar”, “estudo”, “lição”, dentre outras, eram as mais faladas e ouvidas na minha casa. O horário do estudo era sagrado, mas só depois brincadeiras. Missas católicas aos domingos e a participação em todas as festividades que ocorriam na cidade. Ela faleceu recentemente, no final de 2021, faltando dois dias para completar 91 anos. Cuidamos dela, convivemos, rimos, abraçamos, fofocamos, choramos e nos beijamos, até o dia em que o corpo físico, cansado dessa vida, resolveu se libertar e habitar um outro plano. Serena, sem dor, deitou-se na cama e foi-se... não queria! Gostava mesmo era de viver! Ensinou-nos a vida e o seu valor de paz, resiliência e tomada de posições sempre! Para além de percepções várias dos diferentes filhos(as), netos(as) e bisnetos(as).

32

— Junto dela, penso no meu pai, homem muito inteligente e amoroso, que estudou até o terceiro ano primário e fazia contas como ninguém. Viveu sempre na lida do trabalho, assumindo inúmeras profissões: pedreiro, vidreiro, comerciante, feirante, plantador de laranja e, por último, agricultor da lavoura do cacau. Durante a minha escrita da tese de doutorado, conheceu o computador no formato de notebook e ficou tentando entender a máquina, logo providenciando as instalações elétricas para o seu funcionamento. Vez ou outra, aproximava-se e observava-me dedilhar o teclado do primeiro capítulo, estávamos em 2001. Sempre à espreita com os acontecimentos, especialmente com as festas, ele corria atrás das novidades e tinha uma notável habilidade para consertar e desconsertar tudo. Dizem as más línguas, que dele, puxei o gênio e a teimosia. A bondade também era a sua marca e vibrava com as nossas pequenas vitórias. Em 2006, passei em primeiro lugar no concurso da UFRB, significando um retorno às origens, após 24 anos de São Paulo. De imediato, liguei para o meu pai, na casa do Prado e, ao atender o telefone e saber da novidade, ele se emocionou muito e disse-me que conhecia muito a cidade de Cachoeira, começando a cantar a toada do vapor de Cachoeira que sabia de cor:

*O Vapor de Cachoeira*

*O vapor de cachoeira*

*Não navega mais no mar*

*Arriba o pano toca o búzio*

*Nós queremos navegar*

*Ai, ai, ai, nós queremos navegar*

*A maré que enche e vaza*

*Deixa a praia descoberta*

*Vai um amor e vem outro  
Nunca vi coisa tão certa  
Ai, ai, ai, nunca vi coisa tão certa*

*Lá de cima me mandaram  
Um pratinho de pimenta  
E mandaram perguntar  
Se eu era ciumenta  
Ai, ai, ai, se eu era ciumenta*

*Quero o bem, não digo a quem  
Suspeite quem suspeitar  
Está dentro do meu peito  
Quero ver quem vai tirar  
Ai, ai, ai, quero ver quem vai tirar*

*Joguei meu lenço pra cima  
Pra pescar peixe dourado  
Não pesquei peixe dourado  
Mas pesquei um namorado  
Ai, ai, ai, mas pesquei um namorado*

*Todo menino do Pelô sabe tocar tambor  
Sabe tocar, sabe tocar, sabe tocar tambor*

Meu pai era um poeta e repentista, além de um excelente contador de causos. Em julho de 2006 tomei posse e, vinda de São Paulo, com duas crianças pequenas, fizemos parada no Extremo Sul da Bahia para um descanso. Disse ao meu pai, sentando-se na varanda, que logo ele estaria revisitando Cachoeira e atualizando os seus cuidados com a saúde na cidade de Salvador, local em que morou e sempre foi encantado. Meu pai era moderno! De repente, percebi os seus olhos lacrimejantes, algo incomum para o meu pai, e perguntou-me: “será que dará tempo, minha filha?” Meu pai faleceu três meses depois, sem retornar ao Recôncavo da Bahia. Fez o seu voo de passarinho, tal como a minha mãe, despediu-se e foi dormir e não mais despertou. Os dois voltaram a ficar juntinhos de novos, em 2021, na morada eterna do Prado, Bahia.

Tudo isto configurou em mim um gosto pelos estudos, pela honestidade, pela simplicidade, pela cultura popular e pela cultura formal. Fui aluna de escola pública, aos seis anos de idade iniciei o Jardim de Infância, um ano depois, a escola foi demolida e, até hoje, nada foi construído em seu lugar. Não entendi nada, apenas as imagens da destruição permanecem em minha memória. Anos depois explicaram-nos que a

ditadura mandou cassar o prefeito da cidade, em 1964, José Bonifácio Dantas, analfabeto e político bastante popular. Alguns anos mais tarde, a escola pública localizada na praça central da cidade baixa, fora demolida para dar lugar à Escola Polivalente de Itamaraju, projeto educacional definido a partir dos acordos MED-Usaid e construída na parte alta da cidade e, por ironia do destino, próxima à chácara de laranja do meu pai, o que denota a enorme distância em relação ao centro comercial e residencial que circundava a denominada “cidade baixa”. Pois é, por lá também tínhamos a “cidade baixa” e a “cidade alta”, em alusão a capital do Estado. Nessa época, a elite morava na cidade baixa e os pobres na cidade alta, hoje é o inverso.

A escola concretizou o projeto profissionalizante de acordo com a nova política educacional dos militares, mas, até ser construída, ficamos em salas improvisadas. Assim, a minha primeira série primária foi marcada pela alfabetização na casa da professora Geni. Para quem alcançasse o feito das letras, a professora nos presenteava com um livro. No final do ano, recebi o meu primeiro livro *Chapeuzinho vermelho* e o meu amigo recebeu o livro *Gato de botas*, obviamente a marcação de gênero já caracterizava os padrões normativos da época, bem como a rebeldia juvenil posterior, pois acabei lendo ambos os livros e tudo mais que me apareceu. No entanto, esse fato marcou a minha infância, provocando um real interesse pela leitura e o respeito pelo livro como algo sagrado e “encantado”. Ingressei no Grupo Escolar Octávio Mangabeira, ao pé da ladeira do “Canequinho”, para cursar a segunda série com os meus oito anos e tudo lá foi um pouco diferente. Turmas maiores, escola grande e já não estávamos sobre a proteção da pequena sala da casa da professora Geni.

Nessa época, a escola pública, a Igreja e a família determinavam a vida cotidiana no interior. No antigo primário, lembro da força da Tradição, Família e Propriedade (TFP), organização de extrema direita vinculada a *Opus Dei*, que desfilava pela nossa cidade, pregando o anticomunismo, além de dar apoio incondicional ao Golpe de 1964. Contudo, no meu imaginário infantil, eles eram os comunistas que “comiam criancinhas”, com suas capas vermelhas e vozes de megafones. Assim, seguindo orientações da minha mãe, descia ladeira abaixo e me escondia literalmente debaixo da cama. Os discursos da TFP impressionavam e causavam pavor. A nossa casa era fechada e a minha mãe recebia-os pela porta semiaberta para comprar suas publicações, mais por medo do que por qualquer convicção ideológica. Lembro das capas baseadas no binário “Deus versus Satã”, ou seja, eram livros fortemente antimarxistas e negacionistas. Os anos 1970 no Brasil foram caracterizados por uma intensa “cultura do medo” e a política era tabu, proibido nas conversas familiares, isto é, todos tinham medo de represálias. Lembro da Copa de 1970 que garantiu a vitória do tricampeonato para o Brasil, especialmente pelo fato de que a TV preto e branco chegou em minha casa e começou a afetar o nosso cotidiano. Eu tinha seis anos de

idade! Fomos à rua cantar “Pra frente Brasil, salve a seleção”, mal sabendo que era o lema da propaganda oficial do governo Médici, disseminado nas grandes cidades brasileiras e cantado em alto e bom som nos estágios de futebol. “Anos de chumbo” e anos do “milagre econômico” conviviam de mãos dadas (CORDEIRO, 2015).

Cursei o ginásio na Escola Polivante de Itamaraju, com salas ambientes e profissionalizantes, mas o ensino era bastante irregular e os melhores professores já tinham retornado para Salvador. Meu contato com a História foi muito pouco neste período. Era predominante o ensino da História da Bahia, com foco nas grandes lutas e nos seus respectivos heróis. Eu adorava a biografia de Maria Quitéria, já identificada com a sua rebeldia feminina. Esse fato diz respeito a história da Independência da Bahia, marcada pela Festa de Dois de Julho, vivida, por mim, tempos depois, na cidade de Cachoeira e também em Salvador. Com esses acontecimentos, compreendi o caráter popular de uma festa cívica que retrata a guerra da independência, com todo o legado dos indígenas e negros no processo. Era 2006, data da minha chegada na Bahia, onde passei a morar e a percorrer as estradas entre Salvador e Cachoeira. Em 2022, o Dois de Julho recebeu os candidatos presidenciais Luiz Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes, Simone Tebet, que desfilaram entre os populares. Jair Bolsonaro, em uma posição bem mais distante, liderou um desfile de motos na orla de Salvador. Para muitos analistas políticos, o Dois de Julho sempre representou o termômetro da política brasileira.

Posteriormente, a sétima e oitava séries foram marcadas pelo ensino de Educação Moral e Cívica, por meio do qual aprendíamos o valor dos símbolos nacionais e os hinos da ditadura, “Eu te amo meu Brasil”, era um deles. Além dessa disciplina, cursávamos Organização Social e Política do Brasil (O.S.P.B.), momento em que eram enfatizados aspectos socioeconômicos do Brasil, partindo de uma visão tradicional do ensino de Geografia, fortemente marcado pela memorização de dados demográficos e físicos. Tais disciplinas materializavam rotinas escolares, como, por exemplo, a obrigatoriedade de entoarmos o hino nacional e o hasteamento da bandeira todos os dias antes do início das aulas. Lembro da participação obrigatória nos desfiles do sete de setembro, data oficial da Independência do Brasil, senão ficávamos de “recuperação”, isto é, rebaixados em nossas notas. Eu nunca conseguia marchar direito e nem a família de muitos filhos tinham recursos para comprar o uniforme das fanfarras ou do corpo de balizas, assim restava o final do desfile com as fardas rotineiras. De fato, desde muito cedo, senti na pele as marcas das profundas desigualdades sociais nesse país. Irritava-me ter que homenagear políticos importantes que visitavam a cidade, vestida com a nossa velha farda azul e branca, com o emblema escolar e a bandeirinha do Brasil na mão direita e sob o comando da diretores e professores fiéis ao projeto do civismo e militarismo que impregnou a educação brasileira nessa época.

Tecendo os fios da memória juvenil e apegando-me ao meu passado escolar, recordo de antigos professores que vieram da capital para lecionar na Escola Polivalente de Itamaraju. Alguns deles vivenciaram os duros tempos da repressão que se abateram sobre os intelectuais e estudantes durante o governo do general Médici e, portanto, vieram com uma concepção mais crítica de ensino. Com novos métodos e muitas exigências de leituras, provocaram rupturas importantes numa geração de estudantes que foram capacitados a ingressar, muitos deles na Escola Técnica Federal da Bahia e, posteriormente, alguns prosseguiram os estudos de Medicina, Engenharia, Arquitetura, Letras, História, dentre outros na UFBA, e em outras universidades. Aqui, saliento que a única universidade pública da Bahia era a UFBA, portanto, o acesso era difícilimo. Cursei com entusiasmo o ginásio na Escola Polivalente e no período de férias, eu convivía com os “bate-papos” dessa geração da qual fazia parte as minhas irmãs mais velhas. Alguns jovens já moravam em Salvador em repúblicas estudantis e traziam informações sobre a ditadura civil-militar: filmes, peças de teatro, músicas, especialmente por conta de viverem o caldo cultural próprio da juventude engajada em movimentos estudantis e no Centro Popular de Cultura (CPC), pertencente à UNE e, hoje, atualizado para Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA). Esses jovens revelavam um mundo curioso, repleto de leituras, gosto musical, moda *hippie*, discussões políticas que passaram a povoar a minha mente. Dos 14 anos em diante comecei a ter contato com uma literatura engajada, marcada pela leitura de *A ilha* de Fernando Morais, tendo contato com um relato sobre a Revolução Cubana de 1959, de cunho nacionalista e socialista, detonador do imaginário romântico da revolução. Depois li o livro *O que é isso companheiro?*, de Fernando Gabeira, e *Os carbonários*, de Alfred Syrkis. Ambos escritos no exílio vivido por seus autores e sob a tônica da autocrítica da luta armada, experienciada por eles e por variadas organizações de esquerda que lutaram contra a ditadura civil-militar. Outros livros de denúncia dos crimes hediondos praticados compareceram ao longo da minha vida e sedimentaram uma guinada mais à esquerda.

O jornalismo alternativo também, desde cedo, passou a me interessar. Os jornais *Pasquim* e *Movimento* eram vendidos na única banca de jornal que existia na cidade e lembro da entrevista exclusiva de Lula (ex-presidente por dois mandatos e atual candidato a Presidência da República em 2022) ao jornal *Movimento*, referente às greves do ABC paulista, em 1979. Fiquei fascinada com a força das palavras do líder sindical e com a força do movimento grevista do ABC paulista e, desde então, passei a confiar que as transformações viriam dos trabalhadores organizados, além de setores progressistas, representando a alternativa para transformar o Brasil e reduzir suas obscenas desigualdades.

Aos 15 anos, iniciei os meus estudos no secundário, embora com grande frustração, pois tinha me preparado para prestar o “vestibulinho” para o curso de Química, na Escola Técnica Federal, e o meu pai impediu a minha ida, alegando que não tinha condições financeiras para custear os meus estudos em Salvador. Hoje entendo que a questão era o apertado orçamento familiar, mas na época, fiquei tão indignada que queria parar de estudar. Minha irmã “siamesa”, expressão pela qual nos tratamos carinhosamente ao longo de toda a existência, convenceu-me a cursar a escola secundária, no momento em que o ensino público já dava sinais evidentes de decadência (anos 1980). Com isso, durante o curso técnico de contabilidade, prestei uma seleção para ingressar como estagiária na Caixa Econômica Federal, recentemente instalada na cidade. Era o progresso chegando no centro urbano e o meu curso de datilografia, a velha e boa máquina de escrever serviu para impressionar os avaliadores. Trabalhei durante dois anos e tive contatos com funcionários vindos da capital, que abriram os meus horizontes. Meus pais e meus irmãos se orgulhavam da minha vida de estagiária/bancária, mas o desejo de estudar na capital e fazer “algo maior” persistia. Em 1982, uma das minhas irmãs foi estudar em São Paulo e mandava camisetas para mim com estampas de Che Guevara e do Solidariedade.<sup>7</sup> Através de cartas contava-me as vivências políticas na capital paulistana, ou seja, eu morava no interior, mas já respirava outro mundo. Fato curioso foi ter sido repreendida por um funcionário da Caixa Econômica Federal por estar usando a camiseta do Che Guevara no trabalho, episódio esse contra o qual logo me rebelei argumentando que era estagiária (eu tinha 17 anos) e que não achava perigoso expressar a imagem de um líder revolucionário que sonhou com a libertação da América Latina.

No ano seguinte, concluí os meus estudos e já tinha como certa minha ida para São Paulo. Em 1983, com 18 anos, tomei o ônibus e após 24 horas de viagem cheguei na Rodoviária Tietê, em Sampa, tremendo do pé a cabeça e não era de frio. Tinha quase como certo um emprego numa empresa chamada Orniex S/A, vaga de auxiliar de vendas, mas, em apreço à verdade, passei oito meses arquivando notas fiscais e me sentindo um autômato. Durante este trabalho, o choque com a nova vida foi

---

7 Solidariedade (Solidarnosc, em polonês) uma federação sindical polonesa fundada a 31 de agosto de 1980 no estaleiro Estaleiro Lênin (atual Estaleiro de Gdansk). Foi um dos agentes mais importantes a surgir na Polônia no início dos anos 1980, com o objetivo de pressionar o rígido e ortodoxo governo comunista local a implementar mudanças na política do país. Seu líder, Lech Walesa (prêmio Nobel da Paz em 1983 e presidente da Polônia de 1990 a 1995) iria mudar a realidade de seu país, contribuindo para a transição política de um regime socialista governado por um partido único a uma economia de mercado nos moldes dos países da Europa ocidental.

brutal, sofri preconceito por ser nordestina, os colegas imitavam o meu sotaque e me isolavam totalmente, riam pelas minhas costas e brincavam de forma maldosa que o nordestino comia “calango”. Lembro-me de um funcionário, também nordestino e formado em Letras que me ajudou a enfrentar a situação e passou a me incentivar nos estudos. Almoçava meia hora e na outra meia hora estudava as apostilas do cursinho pré-vestibular (consegui uma bolsa de 50% no cursinho Anglo Brasileiro). Dormia mal, comia mal e trabalhava oito horas por dia e estudava durante a noite, mas ainda assim acompanhei os acontecimentos do final da ditadura em São Paulo, ondas de saques no centro da cidade, homenagens de um ano de morte de Elis Regina e o centenário de morte de Karl Marx. O trabalho era opressor, mas o cursinho foi maravilhoso: um mundo se descortinava e durante as aulas de História comecei a relacionar o meu mundo de leituras que mesclava ficção e realidade no meu imaginário de interiorana com os acontecimentos concretos. Então, pela primeira vez, a História fez sentido e acabou influenciando minha decisão de prestar o vestibular nessa área. O professor parava as aulas para falar de política, luta de classes, imperialismo, movimentos culturais da juventude e de Música Popular Brasileira (MPB).

O que moldou a minha trajetória de vida não foi só a escola, mas a situação política do país. Em 1984, prestei uma seleção para residir na Casa Universitária, fundada por alunas da PUC/SP e que se tornou, paulatinamente, um espaço de resistência estudantil à ditadura. Morei com gente politizada e logo tive contato com o livro *Guerra de guerrilhas*, escrito por Che Guevara e também com vários outros escritos de literatura de esquerda. Nesse período fui apaixonada por um estudante de geografia da USP, mas foi só uma ilusão. Depois namorei por cerca de três anos um jovem mineiro, ex-seminarista já formado em Filosofia, Teologia, História e aluno de Psicologia, na real, um “duro”, sem grana, como se dizia na época, além de vendedor de livros usados. Com ele aprendi a ler textos filosóficos, um pouco de espanhol e compartilhamento com o mundo de esquerda. Uma amiga de infância e enraizada em São Paulo, sempre gostava de chamar-me Carolina, em alusão à música de Chico Buarque: “O tempo passou na janela, e só Carolina não viu”, provavelmente, referindo-se carinhosamente à minha ingenuidade de menina do interior. Mas logo aprendi o hino paulistano, “Sampa”, de Caetano Veloso, e a dura e bela vida na metrópole:

*Sampa – Caetano Veloso*

*Alguma coisa acontece no meu coração*

*Que só quando cruza a Ipiranga e a avenida São João*

*É que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi*

*Da dura poesia concreta de tuas esquinas*

*Da deselegância discreta de tuas meninas*  
*Ainda não havia para mim, Rita Lee*  
*A tua mais completa tradução*  
*Alguma coisa acontece no meu coração*  
*Que só quando cruza a Ipiranga e a avenida São João*  
  
*Quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto*  
*Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto*  
*É que Narciso acha feio o que não é espelho*  
*E à mente apavora o que ainda não é mesmo velho*  
*Nada do que não era antes quando não somos Mutantes*  
  
*E foste um difícil começo*  
*Afasta o que não conheço*  
*E quem vem de outro sonho feliz de cidade*  
*Aprende depressa a chamar-te de realidade*  
*Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso*  
  
*Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas*  
*Da força da grana que ergue e destrói coisas belas*  
*Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas*  
*Eu vejo surgir teus poetas de campos, espaços*  
*Tuas oficinas de florestas, teus deuses da chuva*  
  
*Pan-Américas de Áfricas utópicas do mundo do samba*  
*Mais possível novo Quilombo de Zumbi*  
*Que os Novos Baianos passeiam na tua garoa*  
*E novos baianos te podem curtir numa boa*

No momento dessa lembrança, estou revivendo os 80 anos de Caetano Veloso, comemorado num show com Maria Bethânia e com os seus três filhos, exibidos para todo o país no formato GloboPlay, em 7 de agosto de 2022. Caetano então declarou à imprensa: “Único plano que tenho no futuro é ir morar na Bahia”. Caetano ainda sonha, pois como já dizia o meu amado tio: “o homem jamais esquece as suas origens”. Esse meu tio foi um homem baiano que migrou para o Rio de Janeiro aos 15 anos de idade e por lá viveu até os seus 88 anos. Um socialista e um educador nato que exerceu grande influência na vida de todos nós. Eu regressei em 2006 à Bahia e “daqui não saio, daqui ninguém me tira”, como diz um dito popular. Mas agora é hora de voltar a narrar os pedaços da vida em Sampa.

Como sempre, precisava sobreviver! Durante alguns meses, fui auxiliar administrativa da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Eu tinha então 19 anos e participei, pela primeira vez, de uma greve que durou dois meses. Ajudei a mobilizar a FEA/USP e tornei-me membro do Comando de Greve. Nem eu acreditava no que estava vivendo, achava que estava fazendo a “revolução”. De novo, o desejo de mudar o mundo! No entanto, comecei a perceber as artimanhas do movimento sindical e fui me decepcionando. Nesta greve, perdi a minha visão idílica e romântica da revolução e a partir dali, foquei na vida acadêmica, dedicando-me ao vestibular, disposta a passar a qualquer custo. Nos idos de 1984, os moradores da Casa Universitária em São Paulo promoveram um debate sobre as *Diretas Já* com a participação de Aldo Rabello do PCdoB, ex-presidente da Câmara dos Deputados, ex-ministro de Defesa da presidenta Dilma Rousseff e com José Genuíno, ex-guerrilheiro do Araguaia, rompendo com o PCdoB nos inícios dos anos 1980 e ingressando no Partido Revolucionário Comunista (PRC), depois, ex-deputado federal do Partido dos Trabalhadores (PT), por São Paulo. Assisti ao debate maravilhada, sentia-me “sujeito da história”. Fiquei responsável em servir água e cafezinho para os convidados. Foi dessa maneira que a “Campanha das Diretas Já” explodiu como o primeiro movimento de massas no Brasil após o golpe civil-militar de 1964. Ouvíamos atentas os discursos inflamados de Ulisses Guimarães, Lula, Brizola e tantos outros, despertando todas as iniciativas represadas pela ditadura. Eram tempos radicais e o hino nacional, entoado por Fafá de Belém, e a canção “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, calavam no fundo da alma. Líamos os jornais da grande imprensa, especialmente a *Folha de São Paulo*, cuja primeira página estampava uma tarja verde-amarela em defesa das Eleições Diretas. Jornais, como o *Pasquim*, que investiam através do humor, em denúncias contra a ditadura, com destaque para o Henfil, cartunista adorado por todos nós. Proliferaram jornais operários (*Tribuna Operária*, *Jornal do Trabalhador*, *Em tempo*, entre outros). O movimento das “Diretas Já” foi o fato mais marcante da minha vida política. Participei de todas as passeatas, fiz vigília na Praça da Sé e chorei quando a emenda Dante de Oliveira foi derrotada no Congresso Nacional.

O final da ditadura civil-militar foi marcado também pela ascensão do movimento operário e da radicalização que vinha dos “novos personagens” do ABC paulista. O “novo sindicalismo”, as Comissões Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBS) e a relativa liberdade reconquistada pelos movimentos sociais e demais agremiações políticas davam um ar de que a ditadura tinha os seus dias contados e que a democracia social e participativa iria prevalecer. Voltava-se a falar da revolução socialista. Os partidos e as tendências internas das esquerdas falavam, de novo, e propagavam a linguagem revolucionária. Eu logo reconheci tudo aquilo que muito antes ecoava

nos meus ouvidos e eram vistos, através dos meus olhos, em folhas de livros, revistas e jornais, na pequena cidade de Itamaraju, no Extremo Sul da Bahia. Contudo, no calor da hora e por conta das contingências da sobrevivência na metrópole, preferi estudar e trabalhar, pela necessidade de sobrevivência, a fazer a revolução. As divergências internas dos grupos e dos movimentos de esquerda embaralhavam a minha mente jovem. Dito isso, resolvi buscar bases teóricas na universidade, notadamente aquelas que me permitissem uma melhor compreensão da história entrelaçado com o permanente desejo de transformá-la. Vale ressaltar que o Muro de Berlim ainda não havia caído (1989), tampouco tínhamos vivido o desmoronamento da URSS (1992), ou seja, a utopia socialista ainda era palpável.



## Universo desdobrado

tempos universitários e apaixonantes (PUC/SP, 1985-1989)

Em 1985, ingressei no curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), ano em que o Brasil finalmente aboliu o regime ditatorial instaurada em 1964. Foi o auge do longo e lento processo de liberalização política desencadeado em 1974. Tancredo Neves, político de tradição moderada, foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral, derrotando o candidato Paulo Maluf. No primeiro ano do Ciclo Básico, a professora de Psicologia solicitou que entrevistássemos populares agrupados em frente ao Hospital das Clínicas, em São Paulo, observando os diferentes níveis de sentimentos, seja de esperança ou de frustração, diante da morte previamente anunciada. Nesse local, Tancredo Neves veio a falecer e o seu enterro foi acompanhado pela canção “Coração de Estudante” de Milton Nascimento. O povo chorou e rezou, em comovente comunhão de sentimentos e sofrimentos. Os meios de comunicação foram responsáveis em expor a dor e a tragédia do principal protagonista civil. Transformaram-no em ídolo, mártir, quase um santo, promovendo comoção nacional. Em suma, a reconquista da democracia completa-se de forma dramática e surpreendente no Brasil. Em 21 de abril de 1985, o presidente José Sarney tomou posse, governando o país até 1990. Foi o fim da ditadura, o começo da Nova República e a ilusão da volta dos militares aos quartéis e do início da democracia política no país.

O clima na Católica ainda era de engajamento e politização intensa. Discutíamos o país e buscávamos novos rumos para a universidade. Eu assistia a palestras com Luís Carlos Prestes, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, dentre outros ícones da cultura brasileira que se aglutinavam na PUC/SP, consolidando-a como espaço democrático

e de resistência. A instituição acolheu professores impedidos de continuarem lecionando no pior momento da repressão instituída pela ditadura civil-militar. Com a publicação do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, a repressão abateu-se sobre os intelectuais, pensadores, professores, servidores e universitários, com muitas perseguições, ameaças, triagens ideológicas, cassações e aposentadorias compulsórias, em alguns casos, acompanhados de prisões e mortes. No campo restrito dos historiadores, foram afastados de suas atividades Caio Prado Júnior, Emília Viotti da Costa, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Guy Holanda, Hugo Weiss, Manoel Maurício de Albuquerque e Maria Yedda Linhares. Isso para não falarmos do general e historiador Nelson Werneck Sodré, perseguido dentro e fora da academia. O Departamento de Ciências Sociais da USP foi um dos mais atingidos. O caso de aposentadoria compulsória do professor Florestan Fernandes e de seus assistentes foi um dos fatos mais dolorosos desse período. Participei de alguns atos políticos e de memória por ocasião da data que simboliza o trauma da invasão da PUC/SP pelas forças policiais em 1977. Como forma de protesto, os estudantes organizaram passeatas e levaram bombas de chocolates até o gabinete do coronel Erasmo Dias, comandante da operação invasora, e foram recebidos com ameaças de tiros e outras agressões verbais.

No ano seguinte, 1986, fui convidada pela professora de Antropologia para exercer uma monitoria junto a sua disciplina no Ciclo Básico. Essa experiência possibilitou-me um olhar refinado sobre as singularidades e particularidades de cada cultura. Contudo, o grande ganho formativo aconteceu durante os cursos de Teoria e Metodologia da História, ministrados pelo professor Elias Thomé Saliba. No decorrer de suas aulas, reconheci o positivismo como única influência na historiografia do século XIX, proposta teórica de uma interpretação passiva e contemplativa do documento. A corrente presentista, na figura de Benedito Croce, concebia a história como conhecimento relativo e subjetivo. A concepção do materialismo histórico e dialético, enfatizando a compreensão da história como processo e o conhecimento derivado da prática humana transformadora, completou essa formação. A análise documental ultrapassaria o método positivista ao propor sua inserção numa “teoria das ideologias”.

Ademais, recebi a forte influência da concepção da história-problema, herança da Escola dos Annales, compreendendo os diferentes pressupostos que hoje permitem ao ensino e a pesquisa em História a utilização das novas abordagens e a criação de novos problemas, considerando múltiplas objetos, e o intercâmbio dos diversos campos do conhecimento. Análise crítica e comparativa das atuais tendências reunidas sob o termo “Nova História” constituíram e constitui, ainda hoje, o mote de minha interpretação.

O estágio durante três anos no Arquivo Público do Estado de São Paulo, completou esse percurso formativo, auxiliando em atividades de catalogação e classificação de documentos. Nesse período, fiz um curso de capacitação em teoria arquivística, ampliando os meus conhecimentos em Arquivologia. A passagem pelo Arquivo foi essencial para estabelecer os primeiros passos da pesquisa histórica, impedindo que minha formação fosse apenas livresca e fragmentária. A atividade de pesquisa consistiu na elaboração do catálogo de teses da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), sobre o qual guardo a lembrança de ler no original o processo de solicitação de bolsa de mestrado do professor Nicolau Sevcenko, depois transformada em livro com o título: *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, tornando-se um marco da historiografia brasileira na área dos estudos culturais. Fato curioso foi a carta endereçada à fundação e anexada ao processo de autoria do seu orientador naquela época, Sérgio Buarque de Holanda, justificando a necessidade da bolsa pelas condições socioeconômicas que acometiam o “brilhante estudante”. O trabalho no Arquivo contemplou também a revisão e a correção da listagem dos documentos manuscritos datados de 1850, referentes aos registros de terras das freguesias de Jaçanã/Juqueri/São Paulo, bem como na organização e na monitoria do “Projeto Criança”, visando, através dessas visitas guiadas, buscar uma maior integração entre os professores e alunos das escolas públicas com o Arquivo.

Durante a graduação, tive o privilégio de participar da pesquisa do Prof. Dr. Holien Gonçalves Bezerra, intitulada “*Produção Cultural no Brasil: 1960-1976*”. Inicialmente, como bolsista CNPq-IC (mar/1988 a fev/1999) e, depois, como bolsista Aperfeiçoamento Tipo B, CNPq (mar/1989 a fev/1990). Trabalhei ativamente na pesquisa, com responsabilidade e criatividade, tendo inclusive a função de coordenar as atividades de quatro bolsistas. Essa intermediação foi muito valiosa para o pesquisador responsável, possibilitando um trabalho em equipe e a construção paulatina, mas segura, de um arcabouço teórico-metodológico que possibilitou uma abordagem já bastante amadurecida do objeto de pesquisa a ser desenvolvido, por mim, no mestrado. Trabalhamos na confecção de fichas de conteúdo, na montagem de eixos temáticos e na apreciação crítica de obras. Esse período também foi muito rico na realização de discussões sobre a bibliografia do período. Livros de Maria Helena Moreira Alves, intitulado *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*; René Dreifuss 1964: *A Conquista do Estado*, Jacob Gorender *Combate nas Trevas*, Alfred Stepan, *Os Militares na Política*, além de outros, foram lidos na íntegra e permitiram definições com relação ao projeto de pesquisa individual a ser desenvolvido no mestrado. Os resultados parciais do trabalho em equipe foram apresentados no I Encontro de

Iniciação Científica da PUC/SP, em 1989, e no V Encontro de História também realizado na PUC/SP, em 1990.

Não somente de pesquisa acadêmica sobrevive o estudante de História, e, por isso, logo cedo, comecei no “chão da escola”. Tornei-me professora da rede pública. Tive o privilégio de lecionar durante cinco anos (1989 a 1994) no projeto pioneiro em São Paulo, denominado Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento de Magistério (Cefam), estruturado durante o governo estadual de Orestes Quércia (PMDB). Além de utilizarmos o material didático com novas orientações pedagógicas, trabalhávamos com os clássicos Caio Prado Júnior e o seu livro *História econômica do Brasil*, (livro texto do segundo ano do magistério) e com Leo Huberman, *História da riqueza do homem* (livro texto do terceiro ano). Desenvolvemos projetos vinculados a história temática, adotando uma prática interdisciplinar. Ensino crítico e de qualidade assegurou a bela experiência do Cefam na zona leste de São Paulo, liderado pelo filósofo da educação, profundamente humanista, Marcos Antonio Lorieri, ex-professor de Filosofia da Educação da PUC/SP.



## No meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho

o mestrado e a reviravolta acadêmica (PUC/SP, 1990-1993)

O caminho trilhado até agora, a meu ver, sustenta a percepção de que o direcionamento da minha dissertação de mestrado não poderia ter sido outro que não fosse o estudo da história da ditadura civil-militar. Em 1990, iniciei a pós-graduação. O curso de Teoria e Metodologia da História forneceu-me os subsídios para que eu pensasse algumas problemáticas relacionadas ao conhecimento histórico, a saber: a construção do objeto, a abordagem teórico-metodológica, a tensão na relação entre conceito e evidência.

As leituras e as discussões estimularam a elaboração do projeto de pesquisa sobre a memória política da ditadura civil-militar. O procedimento analítico consistiu em captar sugestões temáticas e buscar diferenciar algumas representações mais significativas presentes nos livros autobiográficos de autoria de militares e políticos civis golpistas e militantes políticos de espectros variados, que se vincularam, de alguma maneira, ao processo de resistência armada contra o regime. Durante o cumprimento dos créditos obrigatórios, publiquei resultados parciais da pesquisa, no trabalho intitulado *Imaginário das Memórias – 1964-1985*, no Boletim de Pesquisa do Programa de Estudo Pós-graduandos em História, organizado por Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Márcia D’Aléssio (CARDOSO, 1992, p. 29-32). Essa foi a primeira publicação impressa, resultando na defesa da dissertação de mestrado, em 1993, sob a orientação do Prof. Holien Gonçalves Bezerra e com o seguinte título: *Memória e poder: as criações memorialísticas e o regime de 64*. As arguições dos professores participantes da Banca Examinadora foram bem favoráveis ao trabalho, recomendando a sua

publicação. Como resultado imediato, publiquei o artigo “Construindo a Memória do Regime de 64”, como parte do Dossiê *Brasil:1954-1964* da Revista Brasileira de História (CARDOSO, 1994, p. 176-196). Anos depois, já imersa na universidade pública, consegui revisar e atualizar o trabalho e publicá-lo na íntegra, resultando no meu primeiro livro autoral, *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*.

A recepção desses textos tem sido bastante vigorosa. A dissertação, transformada em artigo (1994) e livro (2012), é citada por vários historiadores e tornou-se um referencial da historiografia brasileira sobre a nossa última ditadura. Como exemplo, é possível consultar: FICO, 2004, p. 183; AQUINO, 1999, p.267; WEFFORT, agosto/2000, p.28; RODEGHERO, 2006, p. 105, p. 112 e p. 120; SCHMIDT, 2007, p. 134 e p. 154; SCHMIDT, 2009, p. 196; CARDOSO, 2017, p. 166; CARDOSO, 2014 - p. 253. O livro sempre é consultado e citado em vários trabalhos, especialmente em dissertações e teses, por introduzir uma boa discussão sobre a questão da disputa de memórias de forças opostas na construção de narrativas sobre o passado ditatorial.

Durante o período do mestrado, fui aprovada em concurso público para Professor do Ensino Fundamental da Prefeitura de São Paulo. Permaneci cinco anos no cargo de Professora Titular, participando das propostas inovadoras no campo da educação básica. O PT, Partido dos Trabalhadores, conseguiu eleger sua primeira prefeita em São Paulo, Luiza Erundina. A vitória nas urnas e o seu governo foram pautados pela radicalização das forças populares, renovando propostas em todas as secretarias e priorizando políticas públicas que atendessem as populações mais carentes da cidade. Nem sempre foi tranquila essa relação, pois, as tensões entre governo, partido e movimentos sociais marcaram a sua administração, contudo, no âmbito educacional, o saldo foi bastante positivo. O secretário da Educação de São Paulo era Paulo Freire e a secretária da Cultura Marilena Chauí, ou seja, esse casamento político só podia resultar em projetos de formação inovadores para os professores, mudanças em nossa carreira, além do acesso de alunos e professores às peças de teatros, *shows* etc. O projeto “História de São Paulo” e o “Pátria Amada Esquartejada”, em alusão ao bicentenário da Revolução Francesa e da Inconfidência Mineira, entre outras efemérides, resultaram em aulas pungentes nas escolas municipais.

Logo após o mestrado, prestei o concurso público para História Moderna e Contemporânea para a Universidade Federal do Mato Grosso, campus Rondonópolis. Após aprovação, lecionei por quase dois anos na instituição, momento em que estive próxima de antropólogos e de todo um saber indígena incomensurável. Estava recém-casada e logo fiquei grávida do meu primeiro filho. O marido continuou em São Paulo, as viagens de ônibus, ao som das músicas de Almir Sater, eram longas e melancólicas, e o avião era coisa de rico! Enfim, a novela Pantanal, reproduzida em

2022, tem propiciado lembranças desse tempo, representando a força da natureza e o seu (en)canto.

Mas logo, eu e o marido, decidimos, em conjunto, pela minha exoneração e retorno imediato para as terras paulistanas, pois havia também a chance de rever os meus antigos empregos. Vale ressaltar que Fernando Henrique Cardoso, o FHC, era o Presidente da República e os professores das federais passaram por seus dois mandatos (oito anos) sem nenhum incentivo ou aumento salarial. Retornei à Sampa e voltei a dar aula em universidades privadas. Após o nascimento do filho e dos seus dois primeiros anos de vida, comecei a pensar na possibilidade de prestar o doutorado. Sonhava em estudar na USP, desde a época de vestibulanda até os tempos como funcionária administrativa da FEA/USP.

Eu contava com 32 anos quando tive o meu primeiro filho. Seu nascimento descortinou um novo mundo. Ele foi planejado, esperado por mais um ano de tentativas frustradas, até que entre Sampa, Minas Gerais e Bahia, numa viagem de férias, ele se fez presente. Nasceu em 1996, branquinho, loiro e de cabelos encaracolados, ficou mais conhecido como “anjinho barroco”. A primeira criança da família em Sampa, mãe totalmente inexperiente e leitora de vários manuais sobre criação de bebês que pouco ajudaram na hora do vamos ver (risos). Tempos maternais intensos, a amamentação, os cuidados diários, tudo era um susto. Hoje considero que a visão romântica da maternidade tem que ser reavaliada para a mãe trabalhadora, o meu bebê no seu primeiro ano de vida foi muito doentinho. Lembro-me que aos cinco meses retornei ao trabalho e ainda tinha muito leite, tentava tirar com a bombinha, mas era extremamente doloroso, daí não tive dúvidas, tentei a mamadeira mesmo. Foi uma adaptação bem difícil, ele se recusou e os meus seios inchavam. Vinha o jorro do leite em plena sala de aula. Portanto, nem tudo são flores, mas o menino cresceu e cresceu. Danadinho que só, eu diria: uma linda “pimentinha”. Hoje, é um homem jovem, inteligente, generoso e bem-humorado e um misto de alma de artista e de exatas, tendo comigo uma relação intensa e solidária. Para ele, eu digo: obrigada, meu filho!



## Tempos uspianos

o doutorado em História Social e um presente da vida  
(1998-2004)

Em nível de doutoramento, sob orientação da Profa. Dra. Maria de Lourdes Mônaco Janotti, hoje, professora emérita da USP e ainda minha grande mestre e amiga, procurei aprofundar e sistematizar as diferentes versões sobre a história do golpe e da ditadura iniciada em 1964, ampliando o universo memorialístico com a produção da historiografia profissional. A análise de parte da documentação permitiu que se estabelecessem recortes temáticos-temporais consubstanciados pelo diálogo divergente entre os agentes do poder e os seus contestadores.

No primeiro semestre de 1998 cursei a disciplina História das Representações Políticas e Culturais na América Latina, ministrada pela Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato. O curso abordou a história da América Latina nos séculos XIX e XX, analisando a dinâmica e os elementos constitutivos das múltiplas representações políticas em suas relações com a cultura e a sociedade. Foram enfocados diversos temas, buscando a especificidade do contexto latino-americano. A questão da violência foi bastante debatida em sala, possibilitando apreender suas características e as novas formas de resistência. Neste momento, li a tese do recém-doutor Carlos Fico, intitulada *Reinventando o otimismo - ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*, já publicada em livro.

No caso específico da nossa pesquisa, o curso forneceu uma visão mais abrangente da formação e da evolução do fenômeno do militarismo na América Latina, através da leitura e discussão do livro de Alain Rouquié, *O Estado Militar na América Latina*, 1988. A partir dessa leitura, refletimos sobre a movimentação política do retorno dos

governos civis e os impasses para a consolidação democrática na América Latina. Contudo, o debate que mais contribuiu para rever o projeto inicial do doutorado foi entender o debate sobre o tema da Revolução, sugerindo questões historiográficas, de análise conceitual e metodológica. O conceito de Revolução foi transformado em uma variável importante nos anos 1960 e 1970, provocando um verdadeiro “divisor de águas” entre os intelectuais que se definiam, em termos analíticos e políticos, pela via da reforma ou da revolução. Desse debate, origina-se diferentes interpretações do conceito de revolução em oposição ao de reforma que atinge maior sofisticação frente aos novos acontecimentos do final do século XX. Refiro-me notadamente, à abordagem marxista (Revolução como ruptura) e aos novos paradigmas apresentados pela História Política Renovada (Revolução como acidente de percurso, entrave para a consolidação da democracia).

52

Durante o ano de 1999 participei do Grupo de Trabalho Estudos de História Política Contemporânea, vinculado a Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh Brasil) e a Universidade Estadual de São Paulo, Centro de Documentação e Memória (Unesp/Cedem/Assis). O grupo teve como objetivo reunir professores de história contemporânea para troca de experiências referentes ao ensino e à pesquisa da contemporaneidade. Ou seja, quais os limites que definiam a História Contemporânea no momento em que vivíamos a mundialização da história? Podemos falar em história planetária frente ao mundo que convive com a globalização e a exclusão de milhares de seres humanos? Que relações podemos estabelecer entre os temas clássicos da história contemporânea e a chamada história imediata ou história do presente?

Nesse confronto com a atualidade, o historiador do tempo presente tem em seu olhar um raio relativamente curto e, assim, ele está mais atento aos detalhes, afirma René Rémond (1996). Sem dúvida, a história do tempo presente trouxe várias indagações à delimitação tradicional da história contemporânea. Os temas clássicos, como por exemplo, os das revoluções burguesas, passaram a conviver com as perspectivas da história globalizada, e não mais, fragmentada ou centrada na história europeia até a I Guerra Mundial.

Em 2002, apresentei os resultados da pesquisa no Congresso de História Oral, *Tempo e Narrativas*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História Social, da FFLCH/USP, e pela Associação Brasileira de História Oral (ABHO). A experiência contribuiu para balizar algumas questões inerentes às fontes selecionadas e divulgar o trabalho para pesquisadores que trabalhavam com a memória social e política. Foram feitas sugestões para organizar da melhor forma o texto, destacando subtemas como história/memória; historiografia; história política; história da ditadura e produção memorialística. Com relação ao tema central do estudo, discutiu-se muito

que se tratava mais de um trabalho de construção de memória do que propriamente uma análise da produção historiográfica do período em apreço.

O trabalho realizado foi bastante intenso e proveitoso, consegui realizar considerável volume de leituras direcionadas para a consecução dos objetivos da pesquisa. O minucioso levantamento de dados realizados e a análise das principais fontes documentais possibilitaram a redação final da tese. Leituras aprofundadas sobre memória, historiografia e autoritarismo foram responsáveis pelo refinamento das perspectivas interpretativas que subsidiaram a abordagem do objeto central. Foram dois anos coletando dados de Prontuários e Dossiês, pertencentes ao Acervo do DEOPS, localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Quatro meses de pesquisa, ainda grávida do meu segundo filho, nos arquivos do Rio de Janeiro, tais como: Biblioteca do Exército, Arquivo Nacional e do Estado do Rio de Janeiro e FGV/CPDOC. Pesquisas dos Processos da Justiça Militar referentes aos historiadores perseguidos foram realizadas no Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, armazenados no Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp. Eu não vivia as férias nas universidades particulares para enveredar por estes caminhos longe de casa, com a compreensão e o apoio do marido e, de tantos outros, como pontos fundamentais.

Durante todo o percurso do doutorado, foram realizados seminários mensais com a orientadora, objetivando uma discussão crítica e integrada dos projetos em andamento. Sistematizamos aspectos teóricos-metodológicos com o fim de refletir sobre as principais questões que norteavam o debate historiográfico. Discutiam-se dificuldades, visando retomar premissas iniciais da pesquisa, dando-lhes novas e aprofundadas dimensões. Os resultados parciais foram apresentados em congressos, simpósios e seminários promovidos pelo Programa de Pós-graduação da FFLCH/USP, além de outras entidades. Publicações eletrônicas desses textos foram realizadas, mas o artigo mais importante foi publicado no formato impresso na *Revista da Unicastelo* sob o título “Militares e Historiadores em disputa pela Memória do Regime de 64” (CARDOSO, 2001, p. 178-185).

A vasta literatura que aborda o golpe militar e os seus desdobramentos é composta por diferentes visões, versões e ficções caracterizadas pela fusão do discurso analítico com o rememorativo. O trabalho de doutoramento teve como objetivo compreender a construção em cada agrupamento (situação/oposição) das representações mais significativas que se referem à conspiração, ao golpe e aos governos militares, identificando uma permanente tensão entre militares e historiadores na consagração de sua versão como a verdade de uma época.

Os livros de memórias e demais impressos celebrativos de autoria dos militares elegem 1964 como o principal marco no processo de construção da “Revolução Democrática Brasileira”, destacando a rápida vitória do movimento e o forte apoio

popular que impediu a “comunização” do país. Analisamos livros do general Adolpho João de Paula Couto, do coronel J. E. Maya Pedrosa, do general Raymundo Negrão Torres e do Tenente Marco Pollo Giordani. Tais autores desejaram contrapor as suas obras à literatura de cunho “esquerdizante”, que contaminou a juventude, divulgando uma imagem dos militares e de sua obra como “maldita” ou “cruel”.

Contestando essa memória do poder representada pelos livros dos militares defensores do golpe de 64, alguns historiadores concederam entrevistas, escreveram artigos e obras de cunho autobiográfico, travando um combate que permanece até os dias atuais. Nelson Werneck Sodré, preso em 1964, rememora a severidade das punições impostas aos intelectuais que estiveram sob o jugo da censura e dos órgãos de segurança. Jacob Gorender viveu longo período na clandestinidade, foi preso em 1970, sendo bastante torturado, bem como sofreu censura aos seus escritos e perseguições às suas atividades acadêmicas até a extinção do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), em 1983. Em diversos escritos narra os combates das organizações da esquerda armada contra a ditadura como resistência democrática. Daniel Aarão Reis Filho, preso e exilado em 1969, retornou ao país em 1979, dedicando-se a analisar a trajetória das esquerdas pós-64 no que se refere às razões da derrota e aos diversos projetos de revolução.

A relação entre história e memória se espelha na posição ideológica dos autores, na trajetória individual ou do grupo do qual fez parte. A experiência política é o lugar privilegiado de reconstrução do passado, marcando críticas, autocríticas que circundam os seus escritos no presente. As fontes escolhidas também contemplam processos desses historiadores que tramitaram na Justiça Militar e dossiês pertencentes ao Acervo do DEOPS/SP, tratando de forma específica o grau de vigilância e perseguição exercida sobre eles.

Confrontar as interpretações dos historiadores mencionados com a pluralidade de narrativas “oficiais” produzidas pelos militares golpistas, significou estabelecer regularidades considerando tempos diversos e os intensos vínculos dessas representações com os testemunhos dos contemporâneos. Em suma, a tese apontou para a compreensão da história do período, caracterizado por memória em disputas que lutam contra o esquecimento, ao mesmo tempo que adquirem pretensões historiográficas que reivindicam verdades.

A pesquisa de doutorado contou com o financiamento do CNPq. Em abril de 2004 realizou-se a defesa da tese. A Banca Examinadora foi presidida pela Profa. Dra. Maria de Lourdes Mônaco Janotti e contou com a presença da Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato, Profa. Dra. Suely Robles de Queirós, todas elas da FFLCH/USP, Profa. Dra. Márcia D’Aléssio da PUC/SP, Prof. Dr. Holien Gonçalves Bezerra da UFGO/GO. Após várias considerações favoráveis ao trabalho, com destaque

para a pesquisa realizada e sua relevante contribuição para a historiografia do período, o texto foi indicado para publicação, constando no registro em Ata de Defesa. Portanto, transformar a tese em livro ainda constitui um desafio a ser enfrentado algum dia. A coragem ainda me falta, talvez pelo doloroso processo vivido por mim em sua construção. Sentia-me muito mal por ter que dividir o meu tempo com os filhos pequenos, as aulas e a tese. Mas o importante é que não desisti, a fênix renasceu e o trabalho foi concluído.

O doutorado trouxe-me a esperança de escrever o meu grande livro, mas não seria ainda daquela vez. Na contramão do controle acadêmico, a vida me ofereceu o meu segundo filho, gerado e nascido no meio de tudo isso. Veio ao mundo na virada do milênio, ano 2000, e veio forte, um “tourinho”, (mas na realidade, um aquariano), que pareceu adivinhar o quanto a mãe precisava do sossego para ensinar, pesquisar e escrever a tese. Veio ao mundo observador, pacato e bastante aguçado na resiliência. O irmão mais velho (mais ou menos três anos e meio de diferença) preocupou-se e passou a monitorar o irmãozinho, ora com muito ciúmes, ora com um carinho de fazer rir a todos. Momentos densos, difíceis do ponto de vista do cansaço extremo, por ter que conciliar ensino, pesquisa e maternidade. No final de dezembro de 2003, quando eu escrevia o último capítulo da tese, na agonia e nas noites sem dormir que orientaram essa reta final, o que nunca esqueci foi a célebre frase do meu filho de um ano e oito meses pronunciada com bravura: “mamãe quando eu crescer, quero fazer tese, para ficar sempre pertinho de você”. O oco da maternidade vivida de forma tão fragmentada naquele contexto me fez cair no choro. A tese foi concluída e defendida, mas só consegui fazer as pazes com ela muitos anos mais tarde, elaborando artigos e elegendo em sua potencialidade novos *insights* de pesquisa a nível de pós-doutoramento. Até hoje colho os seus frutos e permanece um reconhecimento da força e parceria do meu companheiro de viagem na criação dos filhos, a quem dedico as palavras que seguem, escritas por mim no seu aniversário de 60 anos, em 3 de abril de 2012:

AMOR (IM)!!!, 17 de setembro de 1992, auge do petismo paulistano, baile, próximo ao Clube Pinheiros: dança, beijos, esperança e muitos desencontros....não existia e-mails, celulares, telefone particular era raro e caro, isto para não lembrar das fichas de “orelhão” [telefone público da época). Três meses depois, esquina da Av. Angélica com a Alameda Barros, boca de urna, campanha do Eduardo Suplicy, candidato do PT à prefeitura de São Paulo, no encontramos...obra do ocaso...recomeço.

Sábado, quase meia noite, atrasadíssimo, bateu na porta de minha casa e fomos a Cantina Lazarella no Bexiga, tradicional reduto italiano. Apresentação de música, galo cacarejando e um frio de doer os ossos. A paixão começou ali, depois afagos no seu apartamento na Rua Frei Caneca, Santa Cecília e infinitos lugares. Chegou 1994, decidimos morar na Barra Funda, casório alternativo com churrasco, muita dança, bolo, doces presenteados por amigos e tudo rolou até o amanhecer...ninguém arredava o pé e, exaustos, mas bem felizes viajamos rumo ao Rio Grande do Sul, destino preferido dos românticos brasileiros. Avião de “guerra”, você corajoso e eu morrendo de medo na minha primeira viagem aérea...tudo foi puro romance. 1996, nasceu o primeiro rebento, lindas descobertas com o nosso reizinho, namoro mais escasso, militância mais longe e dinheiro apertado, no entanto, as flores compradas na feira livre todos os sábados por você, continuavam a exalar perfumes e alimentar paixões. O pequenino apartamento era repleto de celebrações: reuniões familiares, aniversários das crianças, recepção de amigos queridos.

2000, o segundo filho chegou de presente, já muito forte e muito calmo, destronou o nosso reizinho...começou uma ciúmeira danada...e novamente deu sentido ao COLETIVO do nosso amor, onde cabia tantas pessoas amadas, nossos famosos agregados.

2006, rotação de 360 graus, vinda para Salvador/Cachoeira, recheada de expectativas, estranhamentos, estresses da mudança e adaptações várias. Na roda viva da lida cotidiana, muito trabalho e estudo, divergências/convergências sempre a nos espreitar...lá se vão 30 anos de tensões, realizações e prazeres renovados: Primeiro Sampa, depois Mato grosso, Minas Gerais, Bahia, Portugal e, por último, Espanha em plena pandemia do COVID-19. Enfim, o mar, o sol, as montanhas e os rios, nossos filhos, nossos familiares mais próximos e amigos, nosso apartamento, “um pedaço de Saigon, tantas palavras, meias palavras”, tudo isto em uma vida vivida a dois” e sendo compartilhada e apreendida por tantos outros.

## Roda vida

### docência em universidades privadas (1992-2006)

Em 1992, ainda no mestrado, comecei a lecionar em universidades privadas. A primeira experiência foi ministrar aulas de História da América no curso de História da Universidade Camilo Castelo Branco. Após dois anos nessa atividade fiz o concurso público de provas e títulos, homologado em março de 1995, cargo de professor assistente para a Universidade Federal do Mato Grosso, campus de Rondonópolis, e passei a ministrar História Moderna e Contemporânea entre os anos de 1995-1996. Por motivos particulares, como já foi explicado neste memorial, solicitei exoneração e voltei a morar em São Paulo. Com essa decisão fui readmitida na Universidade Camilo Castelo Branco (Unicastelo), instituição de ensino privado localizada na zona leste de São Paulo. Lá permaneci até 2006, exercendo as atividades de professora de graduação do curso de História e professora pesquisadora do Departamento de História. De fato, desde 1999, venho lecionando História Contemporânea, buscando conexões necessárias com a área em que me especializei no mestrado e no doutorado, notadamente a história e a memória da ditadura civil-militar. Além desse componente curricular, lecionei, nesses 14 anos de magistério superior, as disciplinas de Teoria da História, Metodologia do Ensino de História, História do Brasil República, Historiografia Brasileira. A participação no colegiado do curso, a orientação de trabalhos de conclusão de curso e a coordenação de atividades complementares fizeram parte da rotina do trabalho.

Paralelamente ao trabalho na Unicastelo, exerci a função de professora em outras instituições de ensino superior. Na Universidade Cidade de São Paulo (Unicid),

lecionei, de 1997 a 1999, as disciplinas de História Contemporânea e Formação Social e Política Brasileira, ministradas nos cursos de História e Direito. Foram tempos duros, em que eu conciliava o doutorado na USP, um filho de três anos e o outro ainda sendo gerado, aguardando o momento de nascer. Contudo, a experiência marcante nesta instituição foram as aulas ministradas no curso de extensão – *1964, uma história mal contada. política, cultura e memória no Brasil pós-64*, realizado pelo Departamento de História da Universidade no período de 11 de setembro de 1999 a 17 de novembro de 1999.

No Centro Universitário Sant’anna (Unisantana) permaneci por quase sete anos, de 1999 a 2005, ministrei as disciplinas de História Contemporânea, Pesquisa Histórica, Historiografia Brasileira e Teoria e Metodologia da História. Atuei também como orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso e fui uma das organizadoras do Núcleo de Pesquisa, Difusão e Ensino de História. Naquele contexto, compreendíamos que na tradição da universidade brasileira, a formação do profissional de história acontecia de forma bastante teórica ou “livresca”. Na maior parte das vezes, os bons cursos tinham como objetivo central formar o professor de 1º e 2º grau que dariam conta de divulgar de forma “competente” conteúdos já consagrados e estabelecidos. Via de regra, a prática da pesquisa era encarada como uma etapa a ser cumprida somente ao nível da pós-graduação.

A proposta de criação do Núcleo de Pesquisa em História, na Unisantana, buscou questionar e romper com esta concepção. Nessa direção, entendíamos que a formação do profissional compreendia, não somente a sua iniciação à discussão teórica e historiográfica, mas também os caminhos, os procedimentos e as questões da produção do saber histórico. O Núcleo de Pesquisa constituiu-se em espaço de trabalho onde professores(as) e alunos(as) vivenciaram a “oficina da história” e passaram a interagir diretamente na pesquisa, auxiliando na elaboração de monografias, creditados como exigência das disciplinas de Projeto de Pesquisa e Pesquisa História presente na grade curricular do curso. Deste modo, tornou-se evidente a necessidade social do profissional de História, principalmente se levarmos em conta as próprias reflexões sobre as tendências atuais: processo de globalização, mudanças bruscas do ponto de vista tecnológico, preparação do homem e da mulher como especialista e/ou generalista, exercício alternativo de ocupações e a primazia do trabalho intelectual. O profissional ligado à área de humanidades assume essas características pelas próprias reflexões e análises que faz durante a sua formação, permitindo um diálogo interdisciplinar e transdisciplinar para uma compreensão global do processo histórico. Os novos rumos, bem como as diretrizes que a educação assume no terceiro milênio, privilegiam o conhecimento histórico como eixo de formação do homem/mulher como “cidadão do mundo”, uma vez que a relação trabalho-conhecimento assume a

perspectiva de homem/mulher autônomo na produção do conhecimento e pesquisa, capaz de “aprender a aprender”, numa tendência da educação continuada. Portanto, o Núcleo trabalhou também com alunos(as) recém-formados(as), que retornaram à universidade em busca de aperfeiçoamento de conteúdos e práticas de pesquisa.

O Núcleo foi estruturado em duas linhas de pesquisa: História e Memória da Zona Norte e Representações Políticas e Culturais no Brasil Contemporâneo. Com o objetivo mais geral de formar um grupo de estudo, monitorado por professores(as), com alunos(as) do curso de História e com o intuito de investigar a história local e a história contemporânea do Brasil. Em termos metodológicos buscou-se: estudo do meio (observação e análise da história local); montagem e organização de um acervo permanente, com documentos escritos e orais e material iconográfico (mapas, fotografias, documentários, filmes etc.) e criar um banco de dados (catalogação de livros, artigos, monografias, jornais e revistas etc.).

Nessa nova perspectiva, o conhecimento histórico torna-se valorizado, pois adquire uma relevância que o ultrapassa os limites das instituições escolares. Arquivos públicos buscam parcerias com universidades para implementação de projetos de mapeamento e organização de acervos documentais. Arquivos privados são doados a essas instituições que os preservam, colaborando para armazenamento de dados sobre a memória nacional. Grandes empresas têm contratado equipe de historiadores(as) destinados(as) à organização de arquivos, visando recuperar a história da instituição integrada com as transformações políticas e econômicas mundiais e locais. Essas iniciativas denotam que o entendimento da história das pessoas em épocas e espaços diferentes é imprescindível para a formação social dos indivíduos, contribuindo para o exercício da cidadania e da democracia. Governantes e governados, grupos sociais específicos, organizações internacionais e instituições em geral, espelham-se no conhecimento histórico para tecer projeções sobre o futuro, viabilizando propostas de caráter político, econômico, social e cultural. Assim, enquanto “oficina”, o conhecimento histórico aprofunda essas experiências que conduzem a tomada de consciência dos direitos e deveres, pretendendo que os indivíduos envolvidos no processo, professores(as) e alunos(as), lutem pela transformação social em busca da justiça e da liberdade, utopia emancipatória perseguida por todos os grupos humanos ao longo da história.

Outras atividades profissionais e de extensão (1987-2005) foram desenvolvidas nas universidades privadas por onde passei. Em 2003 coordenei um trabalho em equipe que teve como resultado I Boletim Eletrônico de Pesquisa em História da Unisantana, apresentado na II Semana de História – “República Brasileira: diferentes dimensões do seu passado”. O propósito inicial foi registrar os momentos de construção da pesquisa dos alunos de graduação do curso de História. Foram pesquisas

apenas iniciadas e outras na fase de análise documental, exprimindo preocupações temáticas relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), grupo de pesquisa e projetos de iniciação científica. Os textos estiveram vinculados às linhas de pesquisa História e Memória da Zona Leste, visando o resgate e a construção das referências materiais e imateriais que compõem a história e a memória da comunidade local, e a linha Representações Políticas e Culturais no Brasil Contemporâneo, compreendendo o estudo da constituição e manifestação de diferentes representações políticas e culturais que permeiam a nossa sociedade.

Em 2005, coordenei e ministrei o curso de extensão na Unicastelo, intitulado “O atormentado século XX: Práticas e Memórias do Autoritarismo Brasileiro (1964-1985)”. Tivemos cerca de 80 alunos/as inscritos e professores/as da rede pública e privada de ensino. O curso pretendeu recuperar a memória de um dos períodos mais sombrios e violentos da história do Brasil, buscando contribuir para consolidar entre nós uma cultura democrática. O período também foi marcado pela presença de uma tecnocracia civil-militar que instaurou um regime autoritário de cerceamento das liberdades políticas e de exclusão social. Após 40 anos do golpe de 64, múltiplas leituras de um real social estão à disposição das novas gerações que desconhecem os efeitos e as consequências de uma ditadura. O nosso propósito foi pensar o lugar do golpe e os seus desdobramentos na história do Brasil, discutindo a memória como ato político, considerando rupturas e continuidades.

Em 2005, elaborei a proposta de curso de pós-graduação *lato sensu* para a Unicastelo, em conjunto com os demais professores(as), buscando atender graduandos em História e áreas afins; pesquisadores(as) e professores(as) das redes pública e particular de ensino. O curso de especialização em História e Sociedade: Espaços Globais, Regionais e Locais visava contribuir para o aperfeiçoamento e a atualização dos profissionais na área de História, materializando dimensões temporais e espaciais em objetos de estudos voltados para a pesquisa e o ensino. Para tanto, o curso orientava-se em duas linhas de pesquisa, Representações Políticas e Culturais no Brasil Contemporâneo e Memória e Exclusão Social, contribuindo para o aprofundamento necessário a discussão dos eixos temáticos Política e Conflitos Sociais e Cidades, Trabalho e Cotidiano, Etnias e Gênero.

As disciplinas foram organizadas em módulos, permitindo discutir temas, objetos e diferentes abordagens teórico-metodológicas que permeavam os diversos eixos temáticos. Ao formar o especialista, capacitado para o ensino e a pesquisa, o curso contemplou preocupações didáticos-pedagógicas, oferecendo também atividades práticas, com visitas monitoradas a museus e arquivos, bem como orientação para o trabalho e investigação de diferentes registros documentais.

A construção do conhecimento histórico evidencia diversidades que são apreendidas nas complexas relações entre história, sociedade e cultura, o que permite um diálogo com outros campos do saber (interdisciplinaridade). As linhas de pesquisa, subdivididas em eixos temáticos proporcionaram reflexões acerca das questões sociopolíticas e culturais que envolvem a história do Brasil, suas particularidades regionais e locais, permitindo que o discente atualizasse os seus conhecimentos a partir das tendências atuais da historiografia relativa aos diferentes processos e períodos históricos. O diálogo com a bibliografia, enriquecida com a análise da documentação primária, provocou o real discernimento entre teoria e prática, estimulando os discentes a darem prosseguimento em sua formação profissional, estabelecendo referências históricas significativas para o exercício da cidadania e construção de identidades.

Enfim, esses tempos vividos nas universidades privadas foram importantes na formação da minha pessoa como professora do ensino superior. Eu tinha que ser didática e criativa, lidar com alunos trabalhadores e bastantes conscientes do alto preço das mensalidades. Alguns deles(as) continuam ainda meus amigos(as) e a maioria se tornou professor(a) da rede pública, alguns fizeram cursos de pós-graduação. Guardo com muito apreço o tratamento humano e respeitoso que construímos. Nesse período foi quando mais me dediquei à docência, a ponto de começar a me sentir um pouco “máquina de dar aulas”. Quando esse sentimento rompeu dentro de mim, procurei na pesquisa uma saída que somente a universidades pública seria capaz de me oferecer.



## Renovação e engajamento

### GT de História Política (Anpuh/USP)

A tese de doutoramento aprofundou leituras realizadas sobre o período da ditadura e a experiência de pesquisa acumulada permitiu o prosseguimento do estudo da história política renovada. Participei com entusiasmo do Grupo de Trabalho nacional de História Política, vinculado a Associação Nacional de Professores Universitários de História, uma parceria entre a Anpuh/FFLCH/USP, sob a coordenação da Professora Emérita Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Os estudos da professora Janotti, ou da Dilu, como carinhosamente é chamada por seus colegas, partiu do reconhecimento dos temas centrais do desenvolvimento da cidadania e dos direitos humanos, dirigindo-se e inscrevendo-se na história política renovada. Neste campo de preocupação com a educação, a historiadora preservou a história das experiências sufocadas pela ditadura, com uma longa pesquisa realizada sobre os colégios vocacionais e as escolas de aplicação, locais que concebiam a história como matéria investigativa e crítica, importante na formação dos jovens secundaristas, que naquele período haviam perdido a possibilidade de conhecer os meandros do poder e a tirania do Estado. Sobre esse tempo, a Dilu, Professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, escreveu um artigo de 39 páginas enviado para mim no primeiro semestre de 2022, texto original e já publicado em 2021. Ao lê-lo, fiquei emocionada com o vigor da sua escrita e com a pesquisa realizada nos seus mais de 80 anos. Assim apresento suas reminiscências:

Minha intenção de pesquisar o Colégio de Aplicação da USP nasceu de uma imposição em acertar contas com o passado. Ensinei no Colégio de

Aplicação em 1960 e 1961, em substituição à titular da disciplina de História, Emília Viotti da Costa, minha ex-professora na Faculdade de Filosofia. Com sua saída, coincidente com a criação das Classes Experimentais, foi aberto concurso para dois novos professores, apresentando-se então a oportunidade de eu retornar ao Colégio na condição de titular, função que exerci de 1963 até o início de 1966. Dediquei-me ao Curso Clássico e Sylvia Magaldi ao Ginásio Experimental. Acompanhou-me durante todos esses anos a sensação de ter sido privilegiada por começar minha vida profissional em uma escola onde discutiam-se livros recentes e acontecimentos contemporâneos em jornais de diferentes tendências. Trabalhávamos com grupos de alunos e professores, participando de um ensino criativo e de qualidade. Marcou-me profundamente a determinação revelada por alunos e professores de superar cada vez mais os limites do conhecimento escolar, no sentido de adquirir valores culturais humanísticos. Juntos, descobríamos o mundo e a nós mesmos.

Este texto, baseado em memórias e documentos escritos sobre o CA, explora três momentos distintos: o da construção de um projeto para implementar um Colégio afinado com a modernidade, que espelhasse novas ideias pedagógicas e científicas (1955-59); o do entusiasmo docente pelos novos conhecimentos científicos, educacionais e didáticos (1959-66); o da decepção, marcado pela crise que terminou com a invasão da escola por agentes do DEOPS e posterior fechamento da escola (1967-69) (JANOTTI, 2021, p. 2-3).

Do mesmo modo, a política passou a ser concebida pela historiadora como a dimensão da história que abriga as relações diretas e ideais do viver coletivo, assim como a instância do real onde se organizam com mais nitidez essas experiências, quer se trate do espaço político, institucionalmente delimitado, o Estado – de cujo aparato jurídico depende, em grande parte, a vida das sociedades – quer se refira ao exercício do poder por instituições variadas, entre as quais as educacionais, as midiáticas e as confessionais.

Por sua vez, o GT de História Política reuniu pesquisadores de diversas instituições acadêmicas e de pesquisa em todo o país, os quais dedicaram-se a investigações sobre o campo da política na História, especialmente os sistemas de relações de poder que caracterizaram, no passado, o contexto social brasileiro. Tal reflexão faz-se acompanhar de um debate sobre a representação da política na historiografia ao longo do tempo, bem como sobre as abordagens teóricas possíveis em torno do conceito de poder, relevantes na contemporaneidade no momento em que o processo de construção do conhecimento histórico tendeu a alargar as fronteiras do campo tradicionalmente

entendido por político, ampliando a chance de percepção da dinâmica das relações de poder no tecido social. Integrada na linha de pesquisa, História Política, Historiografia e Teoria, formulei importantes reflexões sobre a história da ditadura civil-militar e o papel da imprensa durante a efeméride dos 40 anos do golpe (1964-2004).

A imprensa sempre acompanhou com grande interesse toda a sorte de eventos e atividades acadêmicas relacionadas ao tema do golpe civil-militar de 1964 e de sua longa ditadura. A abordagem do tema pela imprensa envolve uma variedade de formas que vão desde realizações de entrevistas com personagens da época à resenha de livros, englobando produções memorialísticas e historiográficas, filmes e demais artefatos culturais. Vale lembrar que, em outubro de 2004, um amplo espaço foi reservado na mídia para a divulgação de fotos que, supostamente, seriam do jornalista Wladimir Herzog, morto em 1975, nos porões da ditadura, reacendendo o debate em torno da abertura dos arquivos secretos do regime de exceção (1964-1985). A polêmica envolveu militares, governo federal e imprensa, além de outros setores mobilizados da sociedade civil. Os familiares dos militantes mortos na Guerrilha do Araguaia, iniciada nos anos 1970, passaram a reivindicar o acesso à documentação produzida pelas Forças Armadas, fundamentais para dar continuidade aos trabalhos de busca das ossadas, fase iniciada durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Com a divulgação das falsas fotos de Herzog, o Comando do Exército expediu uma nota, sem autorização do Ministério da Defesa, qualificando a denúncia de “revanchismo”, resultando na demissão do ministro.

Outro fato foi a denúncia, em dezembro desse mesmo ano, da queima de documentos da ditadura na Base Aérea de Salvador, veiculada pelo programa de televisão Fantástico da Rede Globo. Compareceram ao programa os historiadores Jacob Gorender e Maria Aparecida de Aquino, opinando sobre o ocorrido e analisando fragmentos de documentos que sobreviveram ao incêndio. Diante desse escândalo, medidas governamentais foram tomadas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou o decreto nº 4.553/02, assinado pelo seu antecessor, e, na edição de um decreto substitutivo nº 5.301, de 9 de dezembro de 2004, restabeleceu os prazos de liberação dos documentos à consulta pública anteriores ao decreto assinado por Fernando Henrique Cardoso (FHC). O governo também editou uma medida provisória (MP228, de 9 de dezembro de 2004), criando uma Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, que analisará, sempre que for necessário, a documentação classificada de confidencial e secreta, com poderes de liberá-la ao público ou manter a interdição.

A imprensa tem acompanhado atentamente tais critérios que têm sido tema de debates calorosos entre arquivistas, historiadores e meio militar, além de entidades civis. A mudança, na verdade, não alterou muito a situação existente, mas evidentemente avançou no sentido de garantir o acesso à informação. Importante salientar

que a Lei de Acesso à Informação (LAI), ainda não estava à disposição, ela só foi sancionada em 18 de novembro de 2011, Lei nº 12.527, regulamentando o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Esta Lei representou um importante passo para a consolidação do regime democrático brasileiro e para o fortalecimento das políticas de transparência pública. Após dez anos em vigor, a LAI tem estado sob permanente ataque do governo Bolsonaro.

Desse modo, torna-se evidente o indissolúvel vínculo político entre a historiografia da ditadura e a imprensa, estabelecendo estreita ligação com as visões dos testemunhos na constituição do próprio material jornalístico a ser divulgado. Tomando como base a história do período, jornais e revistas sempre se apoiaram na produção de historiadores brasileiros e brasilianistas já consagrados. O contrário também é verdadeiro, alguns historiadores sempre estiveram vinculados aos jornais e revistas, seja através da publicação dos seus artigos, entrevistas e comentários variados, seja atuando de forma crítica. Alguns estiveram mais vinculados aos chamados jornais alternativos, caso do historiador Jacob Gorender que foi membro do Conselho Editorial do *Jornal Movimento* e Daniel A. Reis Filho que teve o seu nome vinculado ao Conselho Editorial da *Revista Teoria e Prática*. Em suma, a abrangência do tema levou em conta alguns questionamentos: como as práticas políticas são tratadas e trabalhadas pela imprensa?; como a imprensa interfere nas práticas políticas?; como a historiografia dá conta dessas interferências? Assim, entre os anos de 2005 a 2007, o GT de História Política-Espaços de Negociação e de Conflitos na Política dedicou-se ao estudo de processos específicos e também preocupou-se em refletir sobre a historicidade da noção e das práticas políticas. Cito aqui os nomes dos seus integrantes: Marcia Mansor D'Alessio, Suely Robles de Queiroz, Gunter Axt, Marisa Saenz Leme, Célia Costa Cardoso, Lucileide Costa Cardoso e a professora Maria de Lourdes Monaco Janotti como Coordenadora. Duas publicações de livros sistematizaram o debate do GT, os quais tive o privilégio de contribuir com dois capítulos intitulados: “Memória e Historiografia. Interpretações do Golpe e do Regime de 64” (CARDOSO, 2007, p. 105-168) e “Memória e Autoritarismo: Escritos Políticos e (Re)Interpretações de Nelson Werneck Sodré” (CARDOSO, 2015, p. 142-173).

Em 2014, tive a honra de participar da Cerimônia de Emeritação da Profa. Dilu, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, ocorrida na USP, com um público significativo vindo de vários cantos do país, incluindo os meus antigos professores da PUC/SP e da USP, Holien Gonçalves Bezerra, Elias Thomé Saliba, Zilda Márcia Yorkoi e tantos outros colegas do período da pós-graduação com destaque para José Miguel Arias Neto. Estava ali presente também, a grande historiadora brasileira, Emília Viotti com quase 90 anos (faleceu aos 89 anos). A professora Emília Viotti, expulsa da USP, presa e exilada após o decreto do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, foi prestigiar a ex-aluna e “discípula aplicada”, Dilu, longa amizade com trocas acadêmicas e afetivas.

Não deu outra: logo a abracei e tirei uma fotografia e ela me disse que adorava a Bahia e conhecia o meu trabalho. Foi uma emoção sem limites, mas foi para a querida Dilu que escrevi algumas palavras, lidas pela professora Zilda Márcia G. Yokoi durante a cerimônia. Aqui transcrevo o meu trecho como parte de um texto coletivo com homenagens dos seus vários alunos:

Uma DAMA DA HISTÓRIA, definição que traduz a rica trajetória e o privilégio do meu convívio com a Dilu. A PUC/SP nos inícios dos anos 90 foi o espaço do encontro, momento em que ministrava uma disciplina no curso de mestrado e indicava autores franceses e ingleses, introduzindo em nós o gosto pela história política renovada, pelo trabalho com os discursos, estimulando pesquisas em memória oral e escrita. Dilu acompanhou a minha dissertação e acolheu, como ninguém, a pesquisa sobre disputas de memórias acerca da ditadura civil-militar. O vínculo para o doutorado, quatro anos depois, estava consolidado. A recepção foi calorosa na USP e os seminários de pesquisa representaram um marco de aprendizados mútuos. O afeto, o rigor de acordo com os padrões científicos do conhecimento histórico, fez de mim parte do seu legado. Exemplo de força, elegância, referência ética e humana, Dilu apresenta um percurso do que há de mais nobre no fazer pedagógico - o ensino como paixão. Curiosa, exigente e refinada, equilíbrio mediado por tensões da vida cotidiana, deu a sua casa o lugar do acolhimento. Belos lanches, cafés e chás, convívio com os meus filhos e com os seus entes queridos, foram momentos compartilhados com admiração e requinte e constituiu em mim um inesquecível sentimento de amor pela História, parte do seu caráter e exemplaridade. Lucileide Costa Cardoso. Professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia/UFBA. 2014



## De volta à Bahia

"E o Recôncavo, e o Recôncavo, e o Recôncavo, Meu medo". Coragem e esperança na universidade pública

Voltar à Bahia, após 24 anos de Sampa, e ainda desfrutar o privilégio de habitar pela primeira vez a capital, isto é, Salvador – cantada em versos, prosas e nas artes em geral como a terra da “felicidade” –, mexeu com os meus sentidos e com o manejo dos vários corpos envolvidos. Mais uma vez, a migração acontecia, agora como fenômeno do retorno às origens. Mas já dizia o poeta, que nunca se volta igual, e, assim foi, senti minha identidade baiana confrontar-se com as minhas outras vivências. Senti-me “estrangeira”, desconfiada da baianidade fundada no culto da “terra da felicidade”. Acolhi a sua diversidade cultural como o maior presente, acolhi o seu legado democrático, a sua rica história de lutas, o seu sol e o seu mar fantástico, a riqueza de um arsenal de frutas e raízes. Escolhi a música “Língua” de Caetano Veloso para externar a chegada ao Recôncavo da Bahia:

*Gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões  
Gosto de ser e de estar  
E quero me dedicar a criar confusões de prosódias  
E uma profusão de paródias  
Que encurtem dores  
E furtem cores como camaleões*

*Gosto do Pessoa na pessoa  
Da rosa no Rosa  
E sei que a poesia está para a prosa*

*Assim como o amor está para a amizade*

*E quem há de negar que esta lhe é superior?*

*E quem há de negar que esta lhe é superior?*

*E deixe os Portugais morrerem à míngua*

*Minha pátria é minha língua*

*Fala Mangueira! Fala!*

*Flor do Lácio*

*Sambódromo*

*Lusamérica*

*Latim em pó*

*O que quer*

*O que pode esta língua?*

*[...]*

*Vamos atentar para a sintaxe dos paulistas*

*E o falso inglês relax dos surfistas*

*Sejamos imperialistas!*

*Cadê?*

*Sejamos imperialistas!*

*Vamos na velô da dicção choo-choo de Carmem Miranda*

*E que o Chico Buarque de Holanda nos resgate*

*E (xeque-mate) explique-nos Luanda*

*Ouçamos com atenção os deles e os delas da TV Globo*

*Sejamos o lobo do lobo do homem*

*Lobo do lobo do lobo do homem*

*Adoro nomes*

*Nomes em ã*

*De coisas como rã e ímã*

*Ímã ímã ímã ímã ímã ímã ímã*

*Nomes de nomes*

*Como Scarlet Moon de Chevalier*

*Glauco Mattoso e Arrigo Barnabé*

*E Maria da Fé*

*E Arrigo Barnabé*

*Flor do Lácio*  
*Sambódromo*  
*Lusamérica*  
*Latim em pó*  
*O que quer*  
*O que pode esta língua?*  
 [...]

*Incrível*  
 É melhor fazer uma canção  
*Está provado que só é possível filosofar em alemão*  
*Se você tem uma ideia incrível*  
 É melhor fazer uma canção  
*Está provado que só é possível filosofar em alemão*

71

*Blitz quer dizer corisco*  
*Hollywood quer dizer Azevedo*  
***E o Recôncavo, e o Recôncavo, e o Recôncavo***  
***Meu medo***

*A língua é minha pátria*  
*E eu não tenho pátria, tenho mátria*  
*E quero frátria*  
 [...]

*Poesia concreta, prosa caótica*  
*Ótica futura*  
*Samba-rap*  
*Chic-left com banana*

*Será que ele está no Pão de Açúcar?*  
*Tá craude brô*  
*Você e tu*  
*Lhe amo*  
*Qué queu te faço, nego?*  
*Bote ligeiro!*

*Ma'de brinquinho, Ricardo!? Teu tio vai ficar desesperado!*  
*Ó Tavinho, põe esta camisola pra dentro*  
*Assim mais pareces um espantalho!*

*I like to spend some time in Mozambique  
Arigatô, arigatô!*

*Nós canto-falamos como quem inveja negros  
Que sofrem horrores no Gueto do Harlem*

*Livros, discos, vídeos à mancheia  
E deixa que digam, que pensem, que falem*

Em 8 de julho de 2006, cheguei a Salvador, apenas com uma parte da família. Lá se vão 16 anos de ricas vivências. Acompanhada de dois filhos pequenos, um de seis anos e outro de nove anos, iniciei o meu percurso de mudança que atingiu a vida de todos os meus familiares. O desafio foi conseguir um apartamento para morar e uma boa escola para os meninos, enquanto eu não tomava posse na universidade. Fato que ocorreu em 18 de setembro de 2006, devido a obtenção de aprovação no concurso público de provas e títulos, Matéria de Ensino de História Moderna e Contemporânea, cargo de professor adjunto (uma vaga) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Voltei a sentir dignidade profissional e emoção pelo novo ingresso na universidade pública, oportunizada pelo segundo governo Lula e por sua política de expansão das universidades federais (Reuni). Assim, a Bahia conquistou a sua segunda instituição federal de ensino superior, a UFRB, representativa do imenso esforço de ser uma universidade diferenciada e multicampi. O seu projeto arrojado fez-me abraçar a oportunidade de realizar pesquisa, extensão e ensino de forma vigorosa e bastante comprometida com a qualidade. Pertencço à leva dos primeiros vinte e cinco professores(as) da instituição que tomaram posse e ficaram com a responsabilidade de fazer quase tudo, especialmente para o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), localizado na cidade de Cachoeira.

Em março de 2006, prestei o primeiro concurso no Nordeste com a certeza de que aqui seria o meu lugar de acalanto profissional e afetivo, principalmente na tentativa de garantir uma melhor infância para os meus filhos. Quando finalizei o doutorado, em 2004, na USP, essa convicção concretizou-se e prestei, em março de 2006, o concurso público de provas e títulos, Matéria de Ensino: Metodologia da História, cargo de professor adjunto (uma vaga) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Fui aprovada e classificada em segundo lugar, ou seja, o meu destino não seria Aracaju, no entanto, durante o concurso, um dos professores da banca me informou da criação da UFRB e do amplo concurso que seria realizado para compor o quadro da universidade. E foi assim, que um mês depois, já estava realizando a inscrição

e motivada para mais uma prova, mesmo com o trabalho em duas universidades privadas e com dois filhos pequenos para tomar conta e encaminhar na vida. Não posso deixar de falar mais uma vez do papel fundamental do meu companheiro que abraçou as minhas opções e me apoiou muito na criação dos meninos. Ele sempre representou o lado mais lúdico, contava histórias, lia livros, montava os brinquedos e cuidada deles à noite, após o cansaço de um dia de trabalho laboral em empresa privada. Lembro-me dos passeios, aos domingos nos parques Ibirapuera, Vila Lobos, Instituto Butantã, Sesc-Pompéia e tantos outros. Os domingos eram dias de alegria e de passeios com as crianças, além de atividades culturais como shows. Nessa época, no parque do Ibirapuera, assistíamos shows, de Milton Nascimento, Ray Charles, Cássia Eller e tantos outros artistas. Nosso apartamento em Sampa era pequenino, “um pedaço de Saigon”, alusão a música cantada por Emílio Santiago, mas repleto de amor, divisão de tarefas e responsabilidade com a criação dos meninos. Na era Collor, compramos esse apartamento com um financiamento bem injusto que nos roubou bons anos de trabalho. Mas valeu a pena!

*Tantas palavras, meias palavras,  
Nosso apartamento, um pedaço de Saigon  
Me disse adeus no espelho com batom*

*Vai minha estrela, iluminando,  
Toda esta cidade, como um céu de luz neon  
Seu brilho silencia todo som*

*Às vezes você anda por aí,  
Brinca de se entregar,  
Sonha pra não dormir  
E quase sempre eu penso em te deixar  
E é só você chegar,  
Pra eu esquecer de mim,  
Anoiteceu,  
Olho pro céu e vejo como é bom  
Ver as estrelas na escuridão.  
Espero você voltar pra Saigon.  
[...].*

De volta ao momento do concurso na Bahia, posso dizer que foi uma experiência inesquecível. Foram 12 candidatos para uma vaga, a banca composta por dois professores do Rio de Janeiro e presidida por um professor da UFBA. Três dias de provas, a primeira escrita, cujo tema sorteado tratava da evolução do Estado na era moderna e contemporânea. Tema amplo e eu estava rodeada de grandes concorrentes, respirei e escrevi o que acumulei durante uma vida. Na segunda etapa, a prova didática, o tema foi a Revolução Industrial e os demais processos contemporâneos. Lembro-me, ao utilizar o retroprojeto e, ao finalizar a aula, de ter a certeza de que, poderia até não passar no concurso, mas que a aula tinha sido nota dez. Fiquei realizada comigo mesmo! No dia seguinte, na entrevista com a banca para a análise do memorial, optei pela verdade e contei a minha história como pesquisadora, sobre a forte influência do marxismo e dos Analles em minha formação e a recente demissão da universidade privada após sete anos de trabalho, fato este ocorrido durante uma greve da categoria que atingiu em cheio o seu corpo de professores.

Já no finalzinho da tarde, ao entrar no elevador da universidade, encontrei por acaso um dos professores da banca e acabei dizendo que anteciparia a minha passagem e retornaria para São Paulo naquela noite. Ele, de forma gentil, aconselhou-me a não fazer isto, pois o resultado final do concurso seria dado em sessão pública, com todos os presentes, durante a tarde do dia seguinte e, na parte da manhã, seria realizada a leitura pública das provas escritas. E assim foi feito, li a minha prova escrita, ouvi a dos colegas e fiquei pensando que, neste quesito, havia duas provas melhores do que a minha. Fui almoçar no Shopping Iguatemi, pois, o concurso estava ocorrendo em uma instituição próxima dali. Almocei e comecei a sentir uma sensação estranha, uma espécie de ansiedade, de tremedeira, um misto de cansaço e euforia. Algo muito esquisito, voltei para participar da sessão pública para a leitura da Ata. A sala com mais de 20 pessoas presentes, sentei-me atrás e ao lado da minha irmã “siamesa”. No início da leitura da ata, as notas divulgadas foram da prova escrita, e de fato, eu tinha ficado em terceiro lugar. Desanimei, fechei praticamente os olhos e baixei a cabeça e não ouvi mais nada dos resultados das provas didática, de memorial e de títulos. No fundo do meu coração, só esperava que tudo acabasse logo e que eu pudesse ir embora, nunca gostei muito de exposição pública, mas resisti e só prestei atenção, pela cutucada da minha irmã, as últimas linhas lidas, quando o meu nome foi citado em primeiro lugar.

Chorei! Chorei muito! Tremi de emoção e fiquei envergonhada pela exposição de minhas emoções em público. Não conhecia ninguém, além da minha irmã, vários colegas vieram me cumprimentar. Foi um grande momento da minha vida, havia conquistado o direito de regressar à universidade pública e conquistar a estabilidade, bem como o sonho de realizar pesquisa e praticar ensino de qualidade. Havia conquistado

também o direito de morar em Salvador, cidade sonhada desde os meus tempos de adolescente, e foi assim, que pude oferecer à minha família uma vida mais tranquila com sol e mar. Com um ano de moradia em Salvador, o meu filho mais novo já tinha adotado o “oxente” e daí pensei comigo mesmo: já se adaptaram. Ainda hoje, adoram residir na Baía de Todos os Santos, de Todos os Axés! O mais velho concluiu, neste ano de 2022, o seu curso na UFBA e o mais novo segue os estudos também na UFBA.

O meu marido chegou em meados de setembro de 2006, demorou três meses para que conseguisse a transferência do trabalho. Logo passamos a assumir novos cargos e a enfrentar novas realidades. Ao tomar posse em 18 de setembro desse mesmo ano, iniciei minhas viagens constantes entre Cachoeira e Salvador. Como o meu marido trabalhava em Salvador, optamos por morar nesta cidade e eu me desloquei durante seis anos entre um lugar e outro. Essa foi uma opção acertada, já que nossa preocupação era garantir uma boa formação para os filhos, sendo a educação uma prioridade para nós. Nesse intervalo, tivemos uma má notícia: o falecimento do meu pai, em nove de setembro, além de ser o período em que o filho mais novo adoeceu. Novas adaptações e o cenário do Recôncavo se descortinando com a belíssima ponte inglesa que interliga Cachoeira e São Félix sob o Rio Paraguaçu. Na minha memória, o meu pai cantarolando a cidade de Cachoeira!

Nós, docentes da UFRB, iniciamos ministrando aulas no Colégio Estadual da cidade, até a sede do CAHL ficar pronta. Sem ar-condicionado, um calor terrível, próprio da primavera e do verão, o colégio foi palco de muitas construções, aulas, reuniões intermináveis, realização de concursos e da bela aula inaugural pronunciada pelo conferencista István Jancsó com o seu belo terno, bengala e charuto. A trajetória do professor é parte da minha pesquisa, ainda em andamento, sobre os professores perseguidos da FFCH/UFBA, visto que ele aceitou, em 1966, um convite para ensinar na Universidade Federal da Bahia, em plena vigência da ditadura, mudou-se para Salvador, lecionando na UFBA, de 1966 a 1971, e onde nasceram seus dois filhos. Nessa época, passa a participar clandestinamente do movimento sindical e é ameaçado de prisão, tendo que sair do Brasil. Exila-se na França, onde frequenta os seminários de Pierre Vilar e é contratado para dar aulas na Universidade de Nantes (1971-1972). Decide voltar ao Brasil, antes de concluir sua tese, propondo-se a continuar sua militância política, em pleno governo Médici. Pouco mais de um ano depois, foi preso em Ijuí, no Rio Grande do Sul. Na prisão, em consequência das sevícias sofridas, perdeu parcialmente a audição. Em 1989, volta a ser professor da USP, mediante concurso público, onde irá coordenar o Centro de Apoio à Pesquisa Histórica e dirigir o Instituto de Estudos Brasileiros. Emoção, motivações de todos os lados, fizeram-se presentes durante a sua longa conferência em Cachoeira, em

2006, rememorando a sua vida e alertando para a responsabilidade na construção de uma nova universidade.

De 2006 a 2012, além de professora do curso de história ocupei um cargo de Direção e Administração, no Centro de Artes, Humanidades e Letras como Gestora do Núcleo Acadêmico de Ensino pelo período de outubro de 2006 a dezembro de 2007 e fui Coordenadora do Colegiado do Curso de História setembro de 2009 a outubro de 2010. Participei de inúmeros Conselhos, Comissões e Consultoria do Centro de Artes, Humanidades e Letras: Membro de Comissão designada para discutir a reformulação da grade curricular de Licenciatura em História. Ordem de Serviço nº 032 de 13 de novembro de 2009; Membro de Comissão designada para elaborar o projeto de Pós-graduação *Strictu Sensu* - APCN/2010 do curso de História. Ordem de Serviço nº 030 de 03 de setembro de 2009, expedida pelo Diretor do Centro de Artes, Humanidades e Letras; Membro de Comissão designada para elaborar o projeto de especialização do curso de História. Ordem de Serviço nº 28 de 19 de agosto de 2009, expedida pelo Diretor do Centro de Artes, Humanidades e Letras; Membro da Comissão para viabilizar a ocupação do CAHL no Quarteirão Leite Alves. Ordem de Serviço nº 023 de 15 de julho de 2009; Presidente da Comissão de Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura – Facom/UFBA em parceria com UFRB/CAHL. Lecionei diversas disciplinas, em vários cursos de graduação, História, Comunicação e Serviço Social, com destaque para História, Memória e Oralidade, História Contemporânea, Laboratório de História Contemporânea, Realidade Socioeconômica do Brasil e Formação Social do Brasil Contemporâneo. Em 2009 ingressei como professora colaboradora no PPGH/UFBA e lecionei entre setembro de 2011 a fevereiro de 2012, a disciplina História Política, Cultura, a qual ainda hoje oferece aos ingressos no nosso PPGH.

No tripé “ensino, pesquisa e extensão”, destaco uma atividade desenvolvida de março de 2008 a maio de 2008 no Centro de Artes, Humanidades e Letras com a seguinte especificação: Ciclo de Debates: *40 Anos de Maio de 68* – Projeto “Maio 68+40”, que englobou várias instituições do Estado da Bahia (Secretaria de Cultura do Estado, UFBA, UFRB, Fundação Pedro Calmon, ICBA e Aliança Francesa, Apub e CUCA/Une), com um calendário de atividades que durou todo o ano. O projeto de extensão consistiu na promoção de uma série de eventos que discutiram de diferentes formas o movimento de 68 no mundo e suas conexões com o Brasil e com a Bahia. Foram realizadas mostras de filmes, exposições, ciclo de debates, seminários internacionais, nacionais e locais, espetáculos de teatro e dança. Como coordenadora geral do projeto na UFRB, organizei uma série de eventos e o resultado desse percurso foi consolidado no artigo intitulado: “Ecos de 1968: 40 Anos Depois” (CARDOSO, 2008, p.05-12).

A finalização do projeto contou também com um Seminário Internacional, intitulado *40 Anos do AI-5 - Projeto “UFRB - Maio 68+40”* realizado de março de 2008 a novembro de 2008. Com o caráter interdisciplinar, o projeto contou com parceiras do curso de Comunicação do CAHL e da FACOM/UFBA. O ponto fulcral do seminário sobre AI-5 foi a conferência de encerramento proferida pelo Professor Carlos Fico realizada dentro de uma igreja, já que ainda não tínhamos sede própria, tampouco auditório. Na ocasião, o estudioso concedeu várias entrevistas para o rádio e para a imprensa baiana sobre o ato institucional. Além dele, contamos com a presença da norte-americana Victória Langland, que nos agraciou com uma palestra sobre o Movimento Estudantil e a memória do incêndio da sede da UNE em 1964. Antonio Rago Filho, Muniz Gonçalves, Célia Costa Cardoso, Emiliano José, Carlos Sarno, Rui Patterson, Diva Santana e tantos outros participaram do seminário. Este ano de 1968 rendeu alguns convites e palestras durante a efeméride dos 50 anos, celebrados em 2018, e, assim, publiquei mais um capítulo de livro: “1968, memória e esquecimento. Como recordar a Bahia?” (CARDOSO, 2018, p.259-282).

Nesse ínterim, participei de duas linhas de pesquisa. A primeira, Memória, Política e Cultura, teve como objetivo investigar as relações entre a cultura e a política em suas várias possibilidades. A política pode ser vista do ponto de vista institucional, mas também pode ser pensada a partir das práticas políticas de instituições variadas. Estudamos a relação da cultura com a política no período da ditadura civil-militar, buscando perceber nas disputas em torno de conceitos como identidade e nação, ditadura e revolução, violência e resistência, os diferentes deslocamentos e (re)significações da memória. A segunda linha de pesquisa pertence ao programa institucional de pós-graduação da UFBA, o nosso PPGH, sob o título Sociedade, Relações de Poder e Região, cujo objetivo é reunir pesquisadores da área de História Política, História Social e Cultural, problematizando as relações de poder e sociais que configuram processos de longa e curta duração na região Nordeste, especialmente no Estado da Bahia, com abrangência nacional e internacional.

Como já disse antes, a pesquisa sempre foi o meu foco, ao me decidir pela universidade pública. Nas instituições privadas, não havia espaço para elas. Com isso, desenvolvi, entre 2011 e 2012, o projeto de pesquisa “Produção Memorialística e Historiográfica e as Imagens do Autoritarismo no Brasil (1964-1985)”, com o propósito de mapear os campos de ação dos defensores e críticos mais diretos da ditadura civil-militar, buscando aprofundar o estudo da resistência de grupos sociais e políticos, espontânea ou organizada, à efetivação desse modelo de Estado. O projeto tomou para si como objeto de estudo os livros de memórias e demais escritos de militares e políticos civis, ex-militantes da esquerda armada e intelectuais. Em termos gerais, a pesquisa concentrou-se em investigar as relações entre a história e a memória

a fim de compreender as correlações entre os sentidos que as memórias atribuem ao passado e os projetos de ação política e intervenção no mundo social dos atores que a produzem. De forma mais específica, analisou a produção de historiadores perseguidos pelo aparato repressivo do regime. Desse modo, tornou-se evidente o vínculo político entre a historiografia e os diversos discursos de memórias produzidos sobre a ditadura, estabelecendo estreitas ligações na constituição de imagens que oscilam entre o autoritarismo e a democracia como componentes fundamentais de uma cultura política brasileira. Como resultado dessa pesquisa, digo mais uma vez que publiquei o meu primeiro livro autoral CRIAÇÕES DA MEMÓRIA: Defensores e Críticos da Ditadura (1964-1985).

78 — Durante os tempos da UFRB, organizei um livro com outros autores, que reuniu vários trabalhos monográficos dos alunos de graduação e do curso de especialização em história, intitulado *Nas margens do tempo: histórias em construção*. (CARDOSO; PIRES; GONÇALVES (Org), 2010). Ainda, dois artigos no formato capítulo de livros de minha autoria foram escritos, a saber: “Dimensões da Memória na Prática Historiográfica” (CARDOSO, 2010, p. 153-173) e “Narrativas Autobiográficas: Memórias da ditadura Militar” (CARDOSO, 2007, p. 117-123).

Contudo, considero a publicação mais relevante desse período, o artigo publicado na Revista Brasileira de História, em 2011, e bastante consultado na base de dados da SCIELO, fruto da minha tese de doutoramento: “Os Discursos de Celebração da ‘Revolução de 1964’” (CARDOSO, 2011, p. 117-140). Nele, abordo aspectos relevantes dos discursos de celebração da “Revolução de 64”, construídos pelos militares entre os anos de 1964 e 1999, através dos quais buscaram explicitar as motivações quanto à articulação do Golpe de Estado, a estruturação do regime e o seu desfecho em 1985. As matrizes discursivas assumem contornos de radicalidade ao justificarem o 31 de março em oposição à “Revolução Comunista” que estava em curso no governo João Goulart. O material pesquisado representa um significativo “lugar de memória”, permitindo aos militares a formulação de hipóteses que pretendem, ainda hoje, legitimar uma memória positiva dos feitos “revolucionários”. O objetivo, portanto, foi analisar as concepções de história, o sentido e o caráter das comemorações, estabelecendo regularidades que possam elucidar a estruturação do pensamento anticomunista e autoritário em disputa no campo da memória por uma determinada apropriação do passado.

De 2009-2010, desenvolvemos o projeto de pesquisa “História e Memória do Movimento Estudantil no Recôncavo da Bahia”. O projeto de pesquisa visou estabelecer um diálogo entre a Universidade e a comunidade do Recôncavo sobre as complexas relações entre a memória e a história do movimento estudantil da antiga Escola de Agronomia, situada na cidade de Cruz das Almas, nos duros anos de repressão

(1964-1974), e suas conexões com os acontecimentos nacionais e internacionais. Para tal fim, o projeto buscou fontes iconográficas, jornalísticas e documentos oficiais da história da instituição. Utilizou também os recursos metodológicos da história oral com a intenção de analisar a trajetória de vida de protagonistas das práticas e contestações na conjuntura do pré-golpe de 1964 e do ano emblemático de 1968. Os portadores privilegiados dessa memória hoje estão dispersos na vida social, no entanto, localizamos antigos professores- na época, estudantes-que se dispuseram a fornecer os seus depoimentos. Além dos sobreviventes, investigamos o caso do estudante Eudaldo Gomes da Silva, presidente do Diretório Acadêmico Livre de Agronomia, assassinado, em 1968, pela repressão, e constando hoje na lista dos desaparecidos políticos. A intenção foi mapear os diversos interlocutores, ainda vivos, que permaneceram interessados em manter uma reflexão crítica sobre o período considerado um dos mais traumáticos da República e, ainda hoje, presente na vida de muitos brasileiros que não se cansam de rememorar e denunciar os abusos cometidos.

Durante todo o ano de 2009, seguimos também desenvolvendo o projeto de pesquisa e extensão “1964: Entre História e Memória, 45 Anos Depois”, com o objetivo de inserir o Estado da Bahia e, de forma mais delimitada, a UFRB, no contexto das reflexões acerca dos 45 anos do Golpe de 64 e seus desdobramentos. No caso particular da Bahia, esse ano de 2009 também foi emblemático por condensar os 40 anos da morte do líder guerrilheiro baiano Carlos Marighella, em 11 de novembro de 1969. O projeto desenvolvido na UFRB, compreendeu aspectos políticos, culturais e sociais da pessoa e obra de Carlos Marighella, considerado por muitos “inimigo número um” da ditadura militar e transformado em “mito político” das esquerdas brasileiras e latinas. Outra temática que mereceu atenção, diz respeito à história das mulheres na resistência à ditadura civil-militar. Além da compreensão de que o golpe de 1964 simbolizou uma ruptura fundamental na política institucional brasileira, reformulando conceitos e práticas que ainda teimam em permanecer, como por exemplo, as polêmicas em torno da questão da revisão da Lei da Anistia em 2008, julgamentos em primeira instância de militares torturadores (coronel Carlos Brilhante Ustra) e as polêmicas em torno das indenizações pagas pelo governo federal aos familiares de desaparecidos políticos. Sobre essa temática vale a pena refletir sobre o “poder desaparecedor” das ditaduras.

Em trabalho que analisa o funcionamento dos campos de concentração durante a última ditadura argentina (1976-1983), a historiadora Pilar Calveiro (ela própria uma sobrevivente de tais campos), chama atenção para um elemento fundante na construção ideológica que dá suporte aos mecanismos do “poder desaparecedor”: a existência de um “universo binário”, que concebe o mundo como dois grandes campos contrários: “o próprio e o alheio”. Diz a autora:

E, além de imaginar que tudo aquilo que não é idêntico a si mesmo é parte de um outro ameaçador, o pensamento autoritário e totalizador entende que o diferente constitui um perigo iminente ou latente, que deve ser extirpado. A redução da realidade a duas grandes esferas pretende, em última instância, eliminar as diversidades e impor uma realidade única e total representada pelo núcleo duro do poder, o Estado (CALVEIRO, 2013, p. 88).

Produzindo então uma clivagem no tecido social que o traumatiza, uma ditadura deixa dores e cicatrizes abertas. Deixa ainda uma herança de memórias em disputas, por uma determinada apropriação desse passado. Provoca no presente o exercício da memória como dever, para que nunca mais aconteça, prosseguindo a luta pelo direito à verdade e à justiça, base da democracia moderna, e que contempla a luta emancipatória no campo dos Direitos Humanos. Comissões da Verdade, julgamentos públicos, abertura de arquivos, coleta de depoimentos, são algumas destas demandas de memória que emergem para as gerações subsequentes lidarem com esse passado presente.

Com o fim de elucidar e divulgar os dados coletados no projeto de pesquisa desenvolvido na UFRB, publiquei dois textos mais concentrados na História Oral e na problemática dos mortos e desaparecidos da Bahia. O primeiro, “Entre o Movimento Estudantil e a Luta Armada: Eudaldo Gomes da Silva e o ‘Massacre da Chácara São Bento’ (1960-1970)” (CARDOSO, 2012, p. 193-216) e dois anos depois, dando continuidade à pesquisa publiquei mais um artigo, intitulado: “Utopia de Revolução e Realidade de Repressão: Eudaldo Gomes da Silva, VPR e Guerrilha no Nordeste (1968-1973)” (CARDOSO, 2014, p. 62-69). A singular trajetória desse ex-militante da esquerda armada na Bahia, permitiu recuperar o debate da memória política dos que resistiram fora do eixo Sul-Sudeste.

Além de artigos, livros e capítulos de livros, 6 trabalhos completos foram publicados em anais de eventos, 15 resumos e 3 resumos expandidos completam o meu desempenho, resultando também em participação em eventos com apresentações de trabalhos e palestras que totalizam 77 até o presente ano, concentrando largas experiências, trocas acadêmicas e afetivas. Quarenta e dois trabalhos técnicos dentro das modalidades pareceres de artigos e livros científicos, além de consultor ad hoc, revisor de projeto de pesquisa, com destaque para a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE, 2021. Regime: Parcial. Consultor Ad Hoc - Processo Nº BIC-0281-7.05/21. Edital: PIBIC 01/2021. Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe - Fapitec/SE, Membro da Comissão Especial de Avaliação do Edital Capes/Fapitec/SE No. 01/2016, Programa de Apoio a Pós-Doutoramento Estado de Sergipe (PPDOC-SE): Atração e Qualificação de Pesquisadores.

Os trabalhos técnicos se avolumaram com o convite para ser membro de Comitês Editoriais. Atualmente, fui eleita para o Comitê Editorial da revista *História Oral*, inscrita sob o ISSN 2358-1654, para o biênio 2022-2024, organizada pela ABHO (Associação Brasileira de História Oral). Também estou vinculada a *Revista Crítica Histórica da UFAL* desde 2015; *Revista Antíteses*, emissão de vários pareceres e entre 2008 a 2010, Consultor *ad hoc*. *Dossiê História e Defesa*. v. 2, nº 4. Coordenador. Celso Castro. Fundação Getúlio Vargas, Brasil. ISBN: 1984-3356, Londrina. Mantive vínculos como membro do Conselho Consultivo da *Revista Eletrônica Discente História* ISSN 2317-6989 entre os anos de 2012-2014 e, por último, atuei na *Revista Recôncavos* (UFRB. Vínculo 2009-2011). *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*.

Artigos em jornais e revistas também fizeram parte desses anos de UFRB, com destaque para dois artigos publicados no *Jornal Reverso* (CARDOSO, 2008a, p. 8; 2008b, p. 2) e um artigo na *Revista de História da Biblioteca Nacional* (CARDOSO, 2012, p. 4).

Outro ponto a ser abordado neste memorial, referente ao período em que trabalhei na UFRB, diz respeito às orientações de trabalhos científicos concluídos, totalizando duas monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização em História, 17 orientações de trabalhos de conclusão de curso de graduação, 15 de iniciação científica e seis orientações de outra natureza. Soma-se a esse trabalho, a participação em banca de trabalhos de conclusão, quatro bancas de tese de doutoramento; três de mestrado acadêmico; três de exame de qualificação de doutorado; sete de exame de qualificação de mestrado e três bancas de curso de aperfeiçoamento/especialização em História da UFRB. No plano da graduação, compus a banca de 28 discentes, número bastante representativo do volume de trabalho desenvolvido junto à comunidade.

Outro aspecto foi a participação em banca de comissões julgadoras, especialmente concurso público. Presidente da Banca de Concurso Professor Adjunto, Matéria de História Contemporânea, 2013. Universidade Federal da Bahia; Presidente da Banca de Concurso Público, Professor Adjunto, História Contemporânea, 2013; Universidade Federal da Bahia<sup>8</sup>; Presidente da Banca de Concurso Professor Adjunto, Matéria de Metodologia e Prática do Ensino da História, 2011, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Presidente da Banca de Concurso Professor Assistente, Matéria de Historiografia, 2010, Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável – UFBA; Presidente do Concurso Professor Assistente, Metodologia e

---

8 Esclareço que foram realizados dois concursos da Matéria de Ensino História Contemporânea na UFBA durante o ano de 2013, em função da não aprovação de candidatos na primeira oferta de vaga.

Prática do Ensino de História, 2009. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Outro tipo de processo seletivo compreendeu a participação na Comissão de seleção do eixo temático Cultura, Patrimônio e Memória – VIII Enecult, elaborado pareceres sobre os trabalhos inscritos, 2012.

Também neste ano fiz a primeira participação em evento internacional, apresentando o trabalho “O Imaginário Político das Memórias (Brasil 1964-1985)” na 17ª International Oral History Conference, realizada em 2012 na cidade de Buenos Aires sob o título Los Retos de la Historia oral en el siglo XXI: diversidades, desigualdades Y la construcción de identidades. Buenos Aires. Momento rico de troca de experiências que me aproximaram ainda mais da metodologia da História Oral, de tal forma que ainda hoje ofereço uma disciplina optativa, na UFBA, denominada Memória, História e Oralidade. Viajei, pela primeira vez, ao continente europeu, com 45 anos de idade, para participar de um Seminário Internacional e proferir uma conferência na Universidade de Évora em 2012, intitulada *Cultura da Memória no Brasil: (re)leituras(s) sobre 1964 e a Ditadura Militar*. As passagens foram pagas pela Fapesb e assim, descobri Lisboa, Coimbra e Porto. Estabeleci laços duradores que me permitiram o meu primeiro pós-doutoramento neste país em 2015 e 2016, também com bolsa Capes destinado ao estágio sênior.

À guisa de conclusão dos trabalhos desenvolvidos na UFRB, obtive reconhecimento institucional pela atuação, fato documentado em 2012, com a emissão da Carta de Reconhecimento por destacada atuação no campo da pesquisa, ensino e extensão do Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB e, em 2007, pela Monção de Reconhecimento pelo Mérito Acadêmico – Formulação e Elaboração do Núcleo Comum dos Cursos de Graduação do CAHL, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

No entanto, no recanto da memória revivida na escrita deste memorial, permanece a intensidade dos seis anos de trabalho, de descoberta da beleza do Recôncavo, da imensa riqueza patrimonial e cultural da cidade de Cachoeira, da sua bela ponte do século XIX que atravessa o Rio Paraguaçu e suas águas calmas, mas principalmente das festas juninas, e de poder ver o meu sonho nordestino realizado quase todos os anos, quando visito a região do Recôncavo Baiano. As fogueiras, os rojões, os licores, o milho, o amendoim, a maniçoba e muito forró alegram o meu viver e o da minha família. Com essa (re)vivência relembro quem sou e de onde vim.

Não poderia finalizar a escrita dessa etapa de vida sem sintetizar 3 discursos pronunciados por mim por ocasião das formaturas das turmas do curso de história, momento em que fui agraciada com o convite para ser paraninfa em 2007 e 2010 e patrona em 2011.

Meus queridos alunos, caros colegas, familiares e amigos,

Estou muito feliz e honrada com a escolha do meu nome para ser homenageada. A paraninfa ou a patronesse é a pessoa que cuida, aquela que doa benefícios que estão ao seu alcance. É a madrinha da turma. Quanta responsabilidade por uma convivência que se eternizará em minha memória. Identidades foram construídas e reconstruídas no aprendizado mútuo de afeto, troca de ideias e sensibilidades.

Estou muito orgulhosa de ter participado desse processo e mais feliz ainda de vê-los ativos, confiantes no ofício de historiador. Amo a História e espero que essa experiência seja compartilhada com o compromisso social e responsabilidade profissional e ética. Observando os acontecimentos recentes do mundo Árabe/africano e europeu, a velha/ nova dialética renasce com força explicitando as contradições dos homens que fazem a história. O cenário político contemporâneo potencializa a História como lugar da utopia, lugar da mudança, lugar da revolução, lugar também do cotidiano vivido por vocês.

Esperança, medo, dedicação, rebeldia, arte, poesia alimentam descobertas e movimentam a História. As críticas construídas direcionam o olhar para o novo, garantindo o permanente desejo do conhecimento histórico como leitura do mundo.

Do Colégio Estadual de Cachoeira, passando pela Fundação Hansen até o CAHL fez-se um longo percurso, revelador de um comportamento estudantil marcada pela serenidade, afeto e diálogo, construindo consensos em momentos avaliativos, opinativos e investigativos.

Estudos, projetos, TCCs, estágios, atividades complementares, paralisações, reuniões intermináveis, presenças e ausências de atividades motivadoras, falta de grana, de livros, de tempo e de certezas podem dar a impressão de alívio ao terminaram o curso e enfim, estarem formados. Mas não se enganem!!! Essa sensação é passageira, nessa caminhada encantadora, vocês buscaram sempre uma cultura de paz ao debaterem questões importantes relacionadas aos destinos da humanidade, a dimensão ética da história e a importância de ser professor.

Todos traçarão diferentes trajetórias, não se deixem abater pelas dificuldades, medo e insegurança, pois os constantes desafios do começo fazem parte

também do processo. Como maior aprendizado da história da Historiografia, deixo aqui as recomendações do historiador Eric Hobsbawm no prólogo do seu livro *A Era dos Extremos*:

‘O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou [...] Compreender a era nazista na história alemã e enquadrá-la em seu contexto histórico não é perdoar o genocídio. De toda forma, não é provável que uma pessoa que tenha vivido este século extraordinário se abstenha de julgar. O difícil é compreender’ (HOBSBAWN, 1994, p.15). Assim, o ofício dos historiadores consiste, portanto, em lembrar o que os outros insistem e esquecer”. (Formaturas de 2007, 2010 e 2011, Profa. Lucileide Costa Cardoso).

84

Com o meu trabalho de docência, tentei ensinar o exercício da política como lugar da liberdade, espaço de negociação e confronto durante os anos de UFRB. Lutei também para que os meus alunos(as) não perdessem a esperança na construção de um mundo diferente, onde tudo é possível, um lugar utópico e transformador, lugar de “Pasárgada”, como nos ensinou o poeta Manuel Bandeira. Embora, olhei à volta para “Pasárgada” com certo ceticismo, especialmente pelo lugar menor que ele dá para as mulheres no campo de avanços de lutas femininas em que vivemos. Assim, peço licença ao leitor, para reproduzi-lo aqui, apesar dessa advertência:

*Vou-me embora pra Pasárgada [Manuel Bandeira]*

*Vou-me embora pra Pasárgada*

*Lá sou amigo do rei*

*Lá tenho a mulher que eu quero*

*Na cama que escolherei*

*Vou-me embora pra Pasárgada*

*Aqui eu não sou feliz*

*Lá a existência é uma aventura*

*De tal modo inconsequente*

*Que Joana a Louca de Espanha*

*Rainha e falsa demente*

*Vem a ser contraparente*

*Da nora que nunca tive*

*E como farei ginástica  
Andarei de bicicleta  
Montarei em burro brabo  
Subirei no pau-de-sebo  
Tomarei banhos de mar!  
E quando estiver cansado  
Deito na beira do rio  
Mando chamar a mãe-d'água  
Pra me contar as histórias  
Que no tempo de eu menino  
Rosa vinha me contar  
Vou-me embora pra Pasárgada*

*Em Pasárgada tem tudo  
É outra civilização  
Tem um processo seguro  
De impedir a concepção  
Tem telefone automático  
Tem alcaçoide à vontade  
Tem prostitutas bonitas  
Para a gente namorar*

*E quando eu estiver mais triste  
Mas triste de não ter jeito  
Quando de noite me der  
Vontade de me matar  
— Lá sou amigo do rei —  
Terei a mulher que eu quero  
Na cama que escolherei  
Vou-me embora pra Pasárgada.  
(ARRIGUCCI Jr., 1990)*



## Transições negociadas redistribuição para a UFBA (2013-atual)

A UFBA e “A Bahia já me deu régua e compasso”, parodiando a música “Aquele abraço”, de Gilberto Gil, ainda cantada, por ele, na altura dos seus 80 anos. Universidade de referência na Bahia e no Brasil, vem contribuindo para o meu aprimoramento democrático. Da maior envergadura, a “irmã mais velha da UFRB” cumpriu a sua tarefa de me receber em 2013. De lá para cá, muitas realizações, agonias e também decepções. Para não me alongar muito, explico que a minha vinda ocorreu por conta de uma vaga para redistribuição da Matéria de Ensino: História Moderna e Contemporânea. Desse modo, candidatei-me, pois já estava atuando como professora no Programa de Pós-graduação em História, da UFBA, desde 2009, ministrando disciplina, participando de diversas bancas de mestrado e doutorado, organizando seminários, entre outras atividades. Assim, a boa notícia chegou para mim no final de 2012 e, em janeiro de 2013, quando efetuei a transferência com trocas de vagas devidas entre as duas instituições de ensino.

O ano começou quente, com ofertas de disciplinas de História Contemporânea e Historiografia Brasileira, e acabei credenciada no quadro de professores permanente do PPGH, sendo integrada à linha de pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região, da qual faço parte até hoje. Um ano se passou e os choques da modernidade (ou das mentalidades?) logo contaminaram o ambiente acadêmico. Vivi o processo doloroso e agonizante das manifestações de descontentamento, por parte de alguns(as) professores(as), com a minha chegada por lá. Pela primeira vez, senti imensa tristeza por pertencer aos quadros acadêmicos da universidade pública brasileira e senti

o quanto vil podia ser o humano com os seus preconceitos, felizmente, não da parte de todos. Dois anos se passaram e eu pude superar, com grande resistência, esses acontecimentos. Minha opção foi deslocar o meu olhar e o meu coração para outros sujeitos e lugares. Desse modo, fui encontrando o melhor tamanho da “bota” para atravessar a “mata escura”. Comecei a expandir os meus conhecimentos, publicar os meus textos, ministrar conferências e palestras no exterior e no Brasil, exercer orientações em todos os níveis e, assim, tornei-me referência em alguns cantos por onde passei. Como brincou uma parceira do curso de História da UFBA: “Lucileide é bibliografia”! Conhecedora da minha luta, ela resumiu a maneira como reagi e respondi ao processo de tentativa de corrosão de uma trajetória, e envio para todos “Aquele abraço”, parodiando mais uma vez Gilberto Gil, que dedicou o seu samba a Dorival Caymmi, João Gilberto e Caetano Veloso:

88

*O Rio de Janeiro continua lindo  
O Rio de Janeiro continua sendo  
O Rio de Janeiro, fevereiro e março*

*Alô, alô, Realengo, aquele abraço  
Alô, torcida do Flamengo, aquele abraço!  
Alô, alô, Realengo, aquele abraço  
Alô, torcida do Flamengo, aquele abraço!*

*Chacrinha continua balançando a pança  
E buzinando a moça, e comandando a massa  
E continua dando as ordens no terreiro*

*Alô, alô, seu Chacrinha, velho guerreiro  
Alô, alô, Terezinha, Rio de Janeiro  
Alô, alô, seu Chacrinha, velho palhaço  
Alô, alô, Terezinha, aquele abraço!*

*Alô, moça da favela, aquele abraço!  
Todo mundo da Portela, aquele abraço!  
Todo mês de fevereiro aquele passo  
Alô, Banda de Ipanema, aquele abraço!*

*Meu caminho pelo mundo eu mesmo traço  
A Bahia já me deu régua e compasso*

Quem sabe de mim sou eu  
 Aquele abraço!  
 Pra você que me esqueceu  
 Aquele abraço!

Alô, Rio de Janeiro, aquele abraço!  
 Todo o povo brasileiro, aquele abraço!

O Rio de Janeiro continua lindo  
 O Rio de Janeiro continua sendo  
 O Rio de Janeiro, fevereiro e março

Alô, alô, Realengo  
 Alô, torcida do Flamengo (aquele abraço!)  
 Alô, alô, Realengo (aquele abraço!)  
 Alô, torcida do Flamengo (aquele abraço!)

Chacrinha continua balançando a pança  
 E buzinando a moça, e comandando a massa  
 E continua dando as ordens no terreiro

Alô, alô, seu Chacrinha, velho guerreiro  
 Alô, alô, Terezinha  
 Alô, alô, seu Chacrinha  
 Alô, alô, Terezinha, aquele abraço!

Alô, moça da favela, aquele abraço!  
 Todo mundo da Portela, aquele abraço!  
 Todo mês de fevereiro aquele passo  
 Alô, Banda de Ipanema, aquele abraço!

Meu caminho pelo mundo eu mesmo traço  
**A Bahia já me deu, graças a Deus, régua e compasso**  
 Quem sabe de mim sou eu, é claro, aquele abraço!  
 Pra você que me esqueceu  
 Aquele abraço!

Em dezembro de 2012, já ministrando cursos na UFBA, ocorreu o lançamento do meu já citado livro: *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*, na Livraria Cultura do Shopping Salvador, espaço novo e efervescente, que infelizmente, não sobreviveu à pandemia e fechou as suas portas. O lançamento foi recheado de emoções, vinho e comidinhas. Compareceram todos os professores da Linha de Pesquisa do PPGH/UFBA, como reconhecimento e apoio com a minha entrada na instituição. Jamais esquecerei esses professores(as) maravilhosos(as), alguns(as) deles(as), já se aposentaram. Compareceram também familiares: a minha mãe, a minha irmã siamesa, a minha irmã caçula, o meu marido, uma tia e os meus filhos pequenos. Os meninos levaram outras crianças, amigos da escola, acompanhadas dos seus pais, que mal podiam compreender o processo de feitura de um livro acadêmico. Esteve presente também um deputado estadual do PT, com a sua esposa e filha, pois o tema chamava a atenção no momento político. Desse tempo, só guardo alegria e o sentimento de apoio total dos meus familiares. Foi uma celebração que contou com muitos amigos(as), professores(as) e alunos(as) da UFRB também. Alguns vieram de Cachoeira e a eles sou grata.

2013 foi um ano intenso e de muitas realizações. Consegui publicar dois importantes artigos em revistas nacionais, respectivamente *Revista Anos 90* (impresso e online); *Revista Antíteses* (online); Qualis A-1, segundo a avaliação da Capes. Os textos contemplam resultados parciais da pesquisa realizada no doutoramento e deixaram-me bastante satisfeita por contribuir com a história dos intelectuais perseguidos pela ditadura brasileira (CARDOSO, 2013, p. 310-315; CARDOSO, 2013, p. 237-267).

Em 2014, um ano antes da saída para o pós-doutoramento na Europa, coordenei o Projeto de Extensão: I Encontro de Pesquisadores em Ditaduras(s). Tema Principal: “50 Anos do Golpe: Violência, Ditadura e Memória”. O evento, promovido pelo Grupo de Pesquisa Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades, vinculado a Linha de Pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região, do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, promoveu a exposição e o debate da produção historiográfica relativa ao contexto do pré e pós golpe de 1964, do longo período de vigência da Ditadura civil-militar e, posteriormente, do processo de transição política que caracteriza um período marcado por lutas inconclusas. Abrangeu, também, o contexto histórico de outros países que viveram experiências ditatoriais, transitoriais e apresentaram movimentos memorialistas de recuperação desse passado como parte do direito à justiça e à verdade. O foco central do Encontro foi criar, na região nordeste, um elo entre os pesquisadores em ditadura civil-militar, fomentando um lugar próprio de reflexão e diálogo com a historiografia nacional e internacional que se apresenta de forma já consolidada. Precisávamos conhecer esses trabalhos, aglutinar e partilhar experiências, problemas e hipóteses investigativas que potencializassem

um pensar próprio sobre a realidade local e suas conexões. Para sua realização, contamos com o importante financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).

O Grupo de Pesquisa Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades, MDC, é visível na Base dos Diretórios dos Grupos de Pesquisa do CNPq, desde 2013, quando foi fundado e certificado pela UFBA. Ao liderar o Grupo de Pesquisa MDC até o presente momento, mantenho com a Linha de Pesquisa Memória e Política um intercâmbio que tende a ampliar-se. De forma muito especial, os estudantes presentes em suas várias reuniões, com suas ideias ganhando “terreno” e “força”, foram fundamentais na realização do I Encontro de Pesquisadores em Ditadura(s), organizado por este Grupo de Pesquisa em 2014, tendo como foco central o debate político e historiográfico acerca dos 50 anos do golpe de 1964, as denominadas “efemérides” (aqui entendidas como “fatos importantes”).

O conjunto das Conferências, Mesas Redondas e Sessões de Comunicações refletiram preocupações em aglutinar e partilhar experiências, problemas e hipóteses investigativas que potencializaram um pensar próprio sobre a realidade do Nordeste e suas conexões com o mundo. Contamos com professores/as estrangeiros e brasileiros, estudantes de doutorado e mestrado que se dispuseram a fazer parte do Grupo MDC e a manter um diálogo intelectual, que se inicia de modo franco e aberto, constituindo-se em uma nova frente de investigações.

Durante o Encontro de 2014, recebemos além do auxílio financeiro da FAPESB, o apoio e a participação do Programa em História Regional e Local da UNEB e do Programa de Pós-graduação em História da UFS. Somado a estes, a iniciativa foi apoiada integralmente pela Direção, Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, que disponibilizou todos os recursos e meios à serviço de sua organização. Incluímos também a integração dos professores(as) e discentes, vinculado a linha de pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região, do PPGH/UFBA, compondo a Comissão Organizadora, Comitê Científico e Mesas Redondas.

Como principal resultado deste encontro, publicamos um expressivo livro de 670 páginas em 2017 com o título: *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. Escrevi a introdução do livro em coautoria com Célia Costa Cardoso composta de várias reflexões e balanços historiográficos (CARDOSO; CARDOSO, 2017, p. 13-27). Ainda, publiquei um capítulo analisando o ativismo no campo da cultura, especialmente a produção livresca no imediato pós-golpe de 1964 (CARDOSO, 2017, p. 91-113). Outro trabalho importante foi a organização do *Caderno de programação e Resumos – I Encontro de Pesquisadores em Ditadura (s) – 50 Anos do Golpe: violência, ditadura e memória* (CARDOSO; OLIVEIRA, 2014).

Finalizando essa rica experiência, que logo nos aponta para um futuro possível em 2024, isto é, para a possibilidade de realização do II Encontro de Pesquisadores em Ditaduras, no contexto da próxima efeméride de 60 anos do golpe de 1964, não poderia deixar de reproduzir aqui “Palavras Iniciais” pronunciadas por mim durante a Mesa de Abertura em 2014:

Início o nosso Encontro celebrando a chegada de cada um de vocês. Este não é um mero evento acadêmico, mas político e social, repleto de emoções, reencontros e compartilhamentos. Estamos diante do atormentado golpe de 1964 que faz 50 anos. Muitos dos que aqui estão viveram a longa ditadura que se impôs. Atravessamos uma transição política, ainda hoje inconclusa.

O tema que nos une e guia as nossas reflexões compreende que 1964 não foi só um choque político, mas sobretudo psicológico, um corte profundo no dizer do poeta Alex Polari (1978) *em sua Idílica Estudantil*:

*Nossa geração teve pouco tempo  
começou pelo fim  
mas foi bela a nossa procura  
ah! moça, como foi bela a nossa procura  
mesmo com tanta ilusão perdida  
quebrada,  
mesmo com tanto caco de sonho  
onde até hoje a gente se corta.*<sup>9</sup>

---

9 A produção poética voltada a denunciar as violações nos cárceres pede uma análise apurada. Como principal expoente da poética encarcerada, *Inventário de Cicatrizes*, de Alex Polari, escrito na prisão em 1978. Nele, o autor apresenta cenas de torturas e reflexões sobre o sentido da luta armada. Polari nasceu em João Pessoa, em 1951, militante da VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, participou do sequestro do embaixador alemão, nos anos 70, preso no DOI-CODI em 1971, e barbaramente torturado. Polari sobreviveu para denunciar ao próprio Tribunal Militar o assassinato de Stuart Angel, retratado no poema “Canção para Paulo”, (filho da estilista Zuzu Angel, também assassinada pelo regime após a sua intensa luta em busca do paradeiro do filho e denúncia da ditadura no país e no exterior). As torturas que Polari sofreu e presenciou foram expostas em um dos seus poemas mais celebrados “Amar em Aparelhos”. O esclarecimento do caso de assassinato, seguido de desaparecimento de Stuart Angel, parece ter chegado ao fim com o depoimento do capitão reformado Álvaro Moreira de Oliveira Filho, 89 anos, concedido a CNV em dezembro de 2013, afirmando que o corpo do militante desaparecido, em 1971, foi ocultado na Base Aérea de Santa Cruz, localizada na zona oeste do Rio de Janeiro. Os Comissários consideraram o depoimento do militar verossí-

Uma geração que sonhou com a revolução e acordou com a repressão!!. Assim, o dever de memória em luta por verdade e justiça resulta da permanência nas sociedades modernas da figura do desaparecido político, da prática da tortura e da profunda exclusão social que insiste em permanecer. O direito ao ressentimento dos que querem permanecer em dor, numa recusa inabalável em enquadrar o acontecimento em memória institucionalizada, constituindo-se, ainda hoje, em empreendedores de lutas de resistências.

Nos idos de 1964, estudei e vivi todos os acontecimentos que moldaram a vida acadêmica dos anos que seguiram a minha existência. Parte da minha geração assistiu à chegada do homem à lua em 1969, viu o Brasil tricampeão em 1970, cantou o hino “Prá frente Brasil, salve a seleção”. Erámos grandes, fortes, otimistas, crentes no novo país, no progresso, na civilização e, especialmente, obedecíamos pelo temor à autoridade – do presidente, do pai, do professor, do chefe, etc. Estudamos Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, porque as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Ciências Sociais foram proibidas. Fomos parte da ditadura, fomos a geração ‘Coca-Cola’ no dizer do Renato Russo, aguardávamos apáticos o ‘bolo’ crescer para saboreá-lo.

Mas o ‘bolo’ não cresceu e despertamos com uma vertiginosa crise de consciência e de identidade, com uma sede vital de entender o que de fato se passou durante os 21 anos em que estivemos ‘dormindo em berço esplêndido’. Aos poucos fomos contaminados pelo desejo de ultrapassar o medo, a insegurança e o silêncio e seguimos lutando por democracia, justiça social e liberdade.

Hoje, [2014], confinados em nossas resistências individuais e coletivas, estamos aqui para lembrar, entender e projetar o futuro – construir conhecimento para tentar respeitar a pluralidade, o diverso, enfim, tentar vencer os nossos próprios preconceitos. Mentos e cotidianos autoritários permeiam a dita cidadania e representam ainda o legado das experiências ditatoriais que insistem em ‘cutucar a história e conspirar contra o tempo’.

Permanecemos na emergência da reflexão crítica como forma de vencermos a desesperança. Acreditamos na utopia como componente vital da

---

mil, mas acham difícil realizar buscas no local. Maiores detalhes ver: “Stuart Angel foi enterado no Rio, diz capitão”. FSP, 10 de junho de 2014. Caderno Poder A-11.

realidade. Pensamos a memória como um campo político em aberto, movendo-se dialeticamente entre lembranças e esquecimentos, entre ficções e realidades, confluência de uma memória individual, que não é exclusivamente sua, mas também é a do outro.

Obrigada por terem aceitado os convites, inscritos os seus trabalhos, vindos do Amapá, do Ceará, da Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro, Portugal, da capital e do interior baiano, e tantos outros lugares. Fica a certeza de que vocês acreditaram na proposta.

De forma especial, agradeço aos meus antigos e atuais alunos que insistiram em me cutucar com a pergunta: “e os 50 anos, pró? Você vai ou não liderar um evento? E a UFBA vai fazer ou não alguma coisa? O nosso Grupo de Pesquisa MDC lidera o evento, pró”, [palavra carinhosa comum entre os estudantes baianos].

A resposta está aí....um começo....uma reflexão....uma construção....uma aposta no coletivo.

Salvador, 14/10/2014 Lucileide Costa Cardoso.

No ano de 2014, os 50 anos do golpe civil-militar de 1964 foi repleto de eventos nacionais, regionais e locais, demandando tantas viagens que a mala já ficava à espreita no quarto de dormir e no vai e vem de aeroportos e tráfegos terrestres. Foram várias participações em eventos pelo Brasil, destaco aqui os títulos de algumas conferências e palestras: *A resistência ao golpe civil-militar na Bahia; História e Memória do Movimento Estudantil no Recôncavo Baiano (1960|1970; Para que serve recordar uma Ditadura? 50 anos de 1964, lutas inconclusas e historiografia;*, *1964: Fatos, Versões e Ficções: O Livro como peça de Denúncia da Ditadura; 50 anos de 1964: História e Historiografia; 50 Anos Depois: Discursos de Memória e Reconstruções históricas sobre o Golpe de 1964 e a Ditadura Brasileira; 50 Anos do Golpe de 1964: Criações da Memória, história e resistência; 50 Anos do Golpe de 1964: Debate historiográfico sobre a Ditadura Civil-Militar; 50 Anos do Golpe de 1964: História, Memória e Historiografia, 50 Anos do Golpe de 1964: Narrativas de Forças Opostas de Memória sobre a Ditadura.* Vale ressaltar participações importantes em Mesas Redondas realizadas em São Paulo e na Bahia no ano de 2014, sob os títulos: *Luta Armada e Resistências*, em conjunto com Denise Rollemberg, Paulo Fagundes, dentre outros; *50 Anos do golpe civil-militar e da ditadura no Brasil: memórias, vivas histórias a contar* em conjunto com Renato Lemos e Cristina Luna, totalizando 12 palestras, além de vários outros tipos de intervenções.

Em 2013, colaborei para confecção de um artigo em parceria com Mariana Joffily e Enrique Serra Padrós, já falecido, editado pelo jornal *Univest*, visando auxiliar os vestibulandos da cidade de São Paulo e do país. O tema da reportagem: *Ditadura: intolerância e ausência de liberdades*, simbolizou o contexto que antecedeu as (des)comemorações do golpe de 1964. Nesse cenário de elaboração da memória midiática sobre a inflexão política de 1964, fui acionada para entrevistas, programas e comentários na mídia em 2014. Desse processo, destaco as participações no Especial do Jornal *A tarde - 50 Anos do Golpe de 1964*; Entrevista no Programa da *TV UNEB - “1964: Um Golpe na História”* -, que contou com a participação do ex-governador e ex-ministro de estado Waldir Pires, além do cientista político Sylvio Benevides e do sociólogo Joviano Neto, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia. Em 2019, fui entrevistada pela *Revista Época* para compor a seguinte reportagem: “1964 aos dias atuais nos reservados círculos militares: golpe nunca deixou de ser comemorado”, sendo bastante comentada a publicação e tendo alcançando um círculo razoável de leitores. Também neste mesmo ano, concedi entrevista para o jornal da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) como membro da banca de defesa da tese de doutoramento, intitulada: “Memória de um corpo insepulto: Desaparecidos Políticos durante a Ditadura Militar”.

O ano também foi bastante promissor em termos de publicações. Além do já citado capítulo de livro coletivo, publicado em Portugal, em 2014, apresento o artigo publicado pela Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto sobre a historiografia da luta armada no Brasil (CARDOSO, 2014, p. 33-49). Em termos, de repercussão internacional dos meus trabalhos, destaco outro artigo publicado na Revista Binacional Brasil Argentina (CARDOSO, 2014, p. 41-62).

2016 em diante, retornando ao Brasil após 1 ano em Portugal, mergulhei mais e mais no trabalho acadêmico, assumindo aulas e participando da organização do nosso tradicional Sepholis, Seminário de Política, que realizamos a cada 2 anos por iniciativa da linha de pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região vinculado ao PPGH/UFBA. Atuei como moderadora em duas Mesas Redondas no V SEHPOLIS - Diálogos Históricos e Historiográficos: Ditaduras, redes repressivas e memórias resistentes, 2017 e 100 anos de Revolução Russa: (des)construções do socialismo soviético, 2017. Como resultado do evento, publiquei mais um capítulo de livro organizado pelo Sepholis (CARDOSO, 2019, p. 69-85). Participei também na organização do VI Sepholis, Seminário de História Política - 130 de República, coordenando a Mesa Redonda: Intelectuais e Política, 2019 e sendo uma das responsáveis pela organização do livro que foi publicado em 2021 com o título: *Política e Historiografia em Tempos de Crise* (CARDOSO; PEREZ, 2021).

No trânsito de vários eventos, destaco duas viagens: a primeira, ao Rio Grande do Sul e a segunda, a Rondônia. Na UFRGS, fui convidada para proferir uma conferência no contexto de muitas tensões políticas, como greve estudantil e confrontos políticos dos estudantes com uma minoria bolsonarista, que tentavam boicotar o evento. A conferência seguiu o título de minha mais nova pesquisa em Portugal, a saber: *Vidas Vigíadas: Historiadores Perseguidos e Políticas Ditatoriais em Portugal e Brasil no século XX*, proferida em 2016. Ainda participei da Feira de Livros de Porto Alegre - Sessão de Autógrafos e de Oficinas no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. A presença em Rondônia também foi motivada por uma palestra em Mesa Redonda, seguida de participações em três bancas de TCC. Tais atividades aconteceram durante o Simpósio do Grupo de Pesquisa COMTatos: *Ditadura Militar em Rondônia e Vilhena*, 2018. Universidade Federal de Rondônia (UFRO).

96

Outro ponto fulcral do trabalho desenvolvido na UFBA foram os projetos de pesquisa que tomaram corpo visando dar conta da história da Bahia e da instituição durante o período da ditadura. Em 2016, fui contemplada pelo Edital PROPCI/UFBA/2015 - A Ditadura Militar e a UFBA: Ações e Reações (1964-1985) e passei a desenvolver a pesquisa: *Memória e Resistência à Ditadura: Professores da FFCH/UFBA Atingidos pela Repressão*, com o objetivo de compreender a realidade ditatorial brasileira no estabelecimento de políticas repressivas direcionadas para os opositores em geral, mas que atingiram fortemente as universidades, especialmente o seu quadro científico de pensamento crítico e criativo. Insere-se na temática “Biografias, trajetórias e itinerários políticos e intelectuais”, destacado no Edital, que rege as normas de financiamento. Docentes, discentes e técnicos administrativos foram perseguidos por todo o país e a universidade tornou-se alvo privilegiado da forte repressão que se impôs. A pesquisa investiga os casos de maior expressividade de professores atingidos pela repressão na Universidade Federal da Bahia, contribuindo para o estabelecimento de regularidades e diferenças entre as diferentes trajetórias e áreas de saber, bem como o impacto na produção científica que se desenvolveu neste período. Este projeto ainda se encontra em andamento, merecendo coleta e análise de fontes, mas por enquanto, duas comunicações de pesquisa já foram efetivadas. A primeira em Brasília no ano de 2017, intitulada *Memória e Resistência à Ditadura: Professores da Universidade Federal da Bahia atingidos pela repressão* durante a realização XXIX SNH, com resumo expandido divulgado no Caderno de Resumos do XXIX SNH - Contra os Preconceitos - História e Democracia. Brasília: UNB/Anpuh, 2017. v. 1. p.1648-1649. A segunda comunicação foi apresentada em Curitiba em 2016 durante a realização do Esocite, organizado pela Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologia com o seguinte o título: *Memória e Resistência à Ditadura: Professores das Ciências Humanas|Ufba atingidos pela repressão*.

O projeto *O Estado da Bahia, Memória e Resistência à Ditadura Civil-Militar* foi desenvolvido entre os anos de 2013 e 2018, no âmbito do PIBIC/UFBA. O projeto recuperou quatro aspectos essenciais para a compreensão da realidade baiana durante a ditadura militar. O primeiro refere-se ao campo político-institucional aprofundando a relação Estado e Sociedade, Executivo e Legislativo, compreendendo a estruturação da política repressiva e a sua especificidade no contexto baiano. O segundo objetivo foi recuperar a trajetória de lideranças políticas baianas, intelectuais, artistas, estudantes, que foram fundamentais na defesa do retorno ao Estado de Direito, especialmente durante a Campanha da Anistia iniciada em 1977, mas culminando com a realização do II Congresso Nacional Pela Anistia, no ano de 1979, em Salvador. O terceiro consiste em aprofundar o estudo dos participantes dos movimentos sociais que engendraram a luta de resistência contra os abusos cometidos na Bahia a partir de uma análise acurada da memória escrita, de fontes literárias e imagéticas, além de colher depoimentos inéditos que possam trazer a tona a “memória viva” desses protagonistas. Por último, particularizei a história dos próprios historiadores e demais intelectuais perseguidos na Bahia, priorizando as situações de confronto com o poder instituído e as consequências dos que buscaram empreender uma resistência mais cultural à ditadura. Quatro discentes contemplados com Bolsas PIBIC CNPq e Fapesb estiveram envolvidos ao longo desses anos, originando dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

De modo bastante enriquecedor, assumi o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid-História), entre os anos de 2018-2020, no qual desenvolvi o Projeto de Ensino e Pesquisa: História, Memória, Educação e Direitos Humanos. Assim, o Pibid-História pretendeu resgatar o prazer de compreender a história a partir da vivência cotidiana, tendo em vista o acesso às novas tecnologias e a ampliação do universo de informações, possibilitando aos estudantes e professores/as um contato mais interativo com o conhecimento histórico e, de forma particular, com os processos de perlaboração da memória, seja individual ou coletiva, que confere sentimentos, emoções aos acontecimentos. O tema História, Memória, Educação e Direitos Humanos requer domínio do PNEDH como política pública de difusão dos direitos humanos no Brasil. O PNEDH obedece a cinco princípios básicos e reconhece a indissociabilidade dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, individuais e coletivos, o PNDH procura definir propostas para proteção de todos os direitos humanos. Alunos envolvidos: Graduação (24); Integrantes: Lucileide Costa Cardoso (Responsável); Elizabeth de Jesus da Silva; Antônia Reis Barbosa; Luciana Moreira Costa. Financiador(es): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. Como resultado dessa experiência, participei em 2019 da Mesa Redonda durante o Congresso da UFBA, 70 anos com vários outros palestrantes: *PIBID discute História, Memória e*

*Direitos Humanos: Uma abordagem Criativa*, bem como encontra-se no prelo um capítulo de livro a ser publicado pela Edufba (CARDOSO e outros, 2023).

Mais um ponto a ser abordado neste memorial, referente ao período em que permaneço na UFBA, diz respeito às orientações concluídas e em andamento. Não cabe aqui falar do imenso prazer que sinto em orientar trabalhos, algo que realmente faço com gosto e dedicação. Os meus orientandos habitam o meu coração e sempre me encheram de orgulho. Não tenho fôlego para falar de cada experiência de orientação em particular, bem como sobre todo o processo de construção que envolve uma pesquisa. Alguns deles já transformaram os seus trabalhos em artigos e livros. Cito como exemplo, a publicação do livro de Felipe Duccini, *A luta pela anistia na Bahia*. Maringá: SP: Viseu, 2018, o qual fui agraciada com a feitura do Prefácio. Segue um trecho:

98

Felipe Duccini, no seu livro traçou os caminhos percorridos do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA-BA) ao Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA-BA), nos anos de 1975 a 1979, com destaque para o II Congresso Nacional Pela Anistia realizado em Salvador em novembro de 1979, que manteve uma linha crítica ao denunciar os limites da Lei de Anistia, aprovado também naquele ano pelo governo do general Figueiredo. O conjunto de suas fontes, incluindo notícias e matérias de jornais baianos, panfletos, atas de reuniões, cartas, fotografias e demais documentos produzidos pelos Movimentos Pela Anistia, conferem ao trabalho qualidade na área de História. De fato, o autor buscou em suas interpretações sobre o acontecimento passado, interrogar o presente e verificar quais os desdobramentos possíveis de uma luta ainda inconclusa. [...]

O autor estabeleceu conexões necessárias entre o contexto baiano e o nacional, problematizando desde a periodização que contempla interpretações variadas da luta pela anistia no Brasil por parte dos estudiosos, até o equacionamento do problema da história da memória ao conferir certa centralidade a questão feminina como mola propulsora do movimento. [...] A densidade do seu trabalho para se compreender a história da ditadura baiana, contribui para elevar o perfil de sua participação na produção historiográfica recente, diversificando o escopo de nossas pesquisas e confirmando o caráter democrático e plural de nossas investigações. Ao abordar o tema da anistia, informa que o uso do termo por si só já reflete a complexidade que envolve as relações entre memória e esquecimento. Ao compreender o comprometimento político-ideológico dos militantes e familiares envolvidos com o movimento de luta pela anistia, acaba por

contribuir para uma dessacralização de versões e visões que, por vezes, fundamentam-se em imagens reais ou distorcidas daquele contexto. De escassa abordagem analítica na historiografia por trazer em escala menor um repertório político de trajetórias ou intervalos de vida de personagens baianos, o trabalho contribui também para o entendimento das relações entre Estado e Sociedade. Salvador, 2018, Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso

Outro convite para prefaciар livros, veio do meu atual orientando de doutorado, Bruno de Oliveira Moreira, o qual fiz parte da sua banca de mestrado a convite do seu orientador na época, professor Muniz Gonçalves Ferreira, grande parceiro nos tempos da UFRB, e pelo qual credito uma profunda admiração como intelectual de esquerda e humanista. Quanto ao Bruno, informo que foi contemplado com uma bolsa do Programa Capes-Print/UFBA para a realização do seu doutorado sanduíche na Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, com a pesquisa “Milton Santos e a ditadura civil-militar: percursos do exílio na França”, o seu novo objeto/sujeito de pesquisa. Contudo, o livro, em que colaborei, reflete a sua dissertação de mestrado, defendida em 2010 e que se encontra no prelo. Segue um trecho do posfácio que escrevi:

A leitura e análise do livro nos fornece informações valiosas [...] sobre o evento da Revolução Cubana e os seus ecos na imprensa baiana. Para tanto, traçou os caminhos percorridos pelas agências internacionais de notícias na construção de representações informativas hegemônicas entre o ‘feito heroico’ e o ‘banho de sangue’. Os meandros do poder das agências de notícias internacionais aparecem entrelaçados com os interesses ideológicos da empresa jornalística brasileira no contexto da Guerra Fria que marcou o atormentado século XX. O atrelamento do jornal baiano em defesa da linha estadunidense é claro nas interpretações sobre os acontecimentos cubanos, corroborando com uma tendência mundial de perplexidade diante do fato de que um pequeno grupo de guerrilheiros fora capaz de derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista em 1959. O vigor nacionalista da Revolução contribuiu para que tal assertiva jornalística se mostrasse cautelosa em condenar o feito revolucionário em seu início, fato ocorrido logo depois da vitória dos cubanos na Batalha da Baía dos Porcos, derrotando tropas americanas.

O jornal *A tarde* reproduziu em suas páginas, nos momentos iniciais da Revolução, imagens de Fidel Castro como ‘herói da saga cubana’ para posteriormente desqualificá-lo como ‘ditador’ ou ‘tirano’. A estruturação

do discurso jornalístico em oposições pretendeu associar Cuba ao perigo vermelho na América Latina, contribuindo para fomentar a propaganda anticomunista na conjuntura do golpe de estado civil militar de 1964 no Brasil. Este caminho é percorrido pelo autor com maestria, evidenciando leituras distintas da Revolução Cubana que ainda hoje marcam o debate historiográfico, memorialístico e político que oscilam entre a glorificação, adequação e demonização do acontecimento. O autor demonstrou as repercussões diferenciadas no contexto dos governos Jânio Quadros (1961), que tenderam mais para a defesa da Revolução, incluindo a visita do líder Che Guevara em Recife, Pernambuco, momento em que foi condecorado por Jânio Quadros com a medalha do pacificador, bem como durante o governo João Goulart (1961-64), marcado pela forte polarização ideológica entre forças comunistas e anticomunistas.

100

[...] O seu texto recupera a trajetória política e intelectual do jornalista-geógrafo, Milton Santos, quando foi escolhido pelo A Tarde para compor a comitiva de Jânio Quadros em visita a Cuba em 1960. Após a visita, Milton Santos passou a escrever uma série de textos, formulando críticas as agências estrangeiras de notícias e procurando uma interpretação autônoma e simpática ao fenômeno cubano. A coluna de Santos, mantida apenas durante o mês de abril de 1960, serviu como contraponto a linha editorial do jornal que já assumia plenamente uma condenação aos ideais revolucionários cubanos. O interesse pela trajetória de Milton Santos decorreu dessa dissertação que analisou as representações sobre a Revolução Cubana no jornal A Tarde entre 1959-1964 (MOREIRA, 2010).

No decorrer da pesquisa, o autor reuniu um conjunto de textos produzidos por Santos, quando exercia o posto de jornalista do importante jornal fundado por Ernesto Simões Filho, maior veículo de comunicação baiano à época. Após uma visita realizada a Cuba em 1960, como representante do A Tarde, Milton Santos publicou uma coluna intitulada 'Visita a uma Revolução', que apresentou marcantes divergências em relação à linha editorial do jornal que o empregava, na abordagem de temas controversos da Revolução Cubana em seus primeiros anos, tais como os tribunais revolucionários, a Reforma Agrária e a relação do governo revolucionário com as agências de notícias internacionais (MOREIRA, 2010). A partir daí o interesse pela trajetória do intelectual baiano seguiu os passos dos seus desdobramentos dessa sua visita à Ilha, desde seus escritos jornalísticos pro revolução cubana em 1960, até o exercício de cargo público durante o

governo Jânio Quadros e, posteriormente, como membro da Comissão de Planejamento Econômico, CPE, no governo estadual baiano de Lomanto Júnior. Tal ingerência política resultou em perseguições, já nos momentos iniciais de abril de 1964, quando foi preso e indiciado no IPM nO. 709 contra o Partido Comunista Brasileiro.

[...] O trabalho inspira uma virada de página na história desse conturbado passado que resiste e persiste na tentativa de apagamento da memória da revolução, tanto pelos poderosos de ontem, como os de hoje. Talvez estejamos próximos de uma nova possibilidade histórica de reconstrução e revisão da experiência revolucionária do século XX, tão bem refletida neste livro por Bruno Moreira, que nos inspire em direção a igualdade e a liberdade. Salvador, 20 de janeiro de 2020, Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso

Apenas para guardar na memória, que neste ano em que escrevo essas linhas, o nome de Milton Santos consta na Avenida que circunda a UFBA, campus de Ondina, além da presença de um busto na principal entrada da universidade, esculpido por uma professora da Faculdade de Belas Artes. Isto ocorreu após um amplo processo de luta por memória e reconhecimento do seu legado naquela instituição. Milton Santos, sujeito pesquisado por Bruno de Oliveira Moreira e tantos outros, ocupa hoje um lugar de memória importante, além de manter bolsas de estudos de nível de graduação e pós-graduação, concedida especialmente aos alunos carentes da universidade baiana.

Seguindo nesse processo de orientação no nosso PPGH, cito quatro teses de doutoramento defendidas como orientadora principal, entre os anos de 2019 e 2022 e uma tese como coorientadora, no Programa de Pós-graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da UFBA (2020). Entre os anos de 2013 e 2019 foram defendidas oito dissertações de mestrado como orientadora principal e duas como coorientadora, respectivamente no ano de 2013, além de quatro trabalhos de conclusão de curso de graduação entre os anos de 2018 a 2019 e orientações de Iniciação Científica, totalizando cinco bolsistas PIBIC CNPq/FAPESB e UFBA. Quanto às orientações de outra natureza, coordenei também cinco bolsistas no Projeto Acervo da Assessoria Estudantil de Segurança e Informação (AESI) e do acervo do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia (DCE/UFBA), institucionalizado pela reitoria da UFBA em 2018. O trabalho debruçou-se sobre o importante acervo do DCE e a criação do Núcleo de Documentação do Movimento Estudantil (ME) da instituição. Essa documentação encontra-se disponível em sua Biblioteca Central. Também colaborei na seleção e orientação de dois bolsistas do curso de história

para auxiliarem os trabalhos da Comissão da Verdade “Milton Santos” da UFBA, instituída em 2014. Por último, em 2015, realizei Tutoria, programa de Mobilidade Acadêmica da UFBA, orientando um estudante de nossa graduação em História, em parceria com a área de História Contemporânea da Universidade do Porto, Portugal.

Atualmente, as orientações em andamento compreendem 3 teses de doutoramento como orientadora principal, uma coorientação de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA; 2 dissertações de mestrado como orientador principal e duas orientações de TCCs. Soma-se a esse trabalho, no período que compreende a minha entrada na UFBA, até o momento atual, participação em banca de trabalhos de conclusão, totalizando 12 bancas de teses de doutoramento, envolvendo UFBA, PUC/SP, UFCE e UFRRJ; 11 bancas de exames de qualificação de doutorado; participação em 31 bancas de mestrado acadêmico, compreendendo UFBA, UNEB, UESB, UFS, dentre outras; 31 exames de qualificação de mestrado de várias instituições. No plano da graduação, defesa de TCCs, compus a banca de cinco discentes da UFBA. Além de bancas de trabalho de conclusão, adquiri a experiência de participar de processos seletivos, a saber: Banca de Promoção na Carreira de Professor em 2021 pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e três Bancas de Seleção de mestrado e doutorado pelo PPGH/UFBA, notadamente em 2017, 2018 e 2021.



# 10

## Lisboa “do Pessoa na Pessoa” primeiras viagens e pós-doutoramento no Porto (2013-2016)

103

Entre os anos de 2012 e 2014, participei do projeto de pesquisa, “Estado e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2009)”, compreendendo o estudo das políticas de memória desenvolvidas pelo Estado e por várias das suas agências (principalmente na Educação, nas Forças Armadas e nas instituições culturais). O Portugal pós-autoritário, assim como a Espanha e Brasil, propiciam estudos de casos interessantes no contexto de políticas de Estado que buscam promover e preservar a memória coletiva, assim como a reparação de danos causados a grupos e indivíduos que são legalmente definidos como “vítimas” de regimes ditatoriais. Integrantes: Lucileide Costa Cardoso; Manuel Vicente de Sousa Lima Loff (Responsável); José Manoel Núñez Seixas; Luciana de Castro Soutelo; Luiza Passerini; Enzo Traverso; Julián Casanova; Carme Molinero Ruiz; Pere Ysàs Solanes; Paula Godinho; Fernando Rosas. Financiador(es): Fundação para a Ciência e Tecnologia em Portugal (FTC).

Também em 2014, fui convidada a integrar a Linha de Pesquisa: História e Memória: Memórias Coletivas, História do Presente e História Oral com o objetivo de promover projetos/eventos/congressos/cursos/publicações sobre História e Memória das Ditaduras e Democracias, especialmente em contextos históricos transitoriais. Essas atividades e outras, foram relevantes neste âmbito temático e propostas pelos investigadores da linha, vinculada ao Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova de Lisboa. Como parte do projeto apresentei a comunicação de pesquisa que se tornou fundamental para a minha formação no continente europeu,

intitulada “50 anos depois: discursos de memória e reconstruções históricas sobre o golpe de 1964 e a ditadura brasileira”, trabalho que resultou em publicação no formato de capítulo de livro de âmbito internacional (CARDOSO, 2015, p.375-402).

Todos esses contatos e participações em eventos internacionais, livros e projetos de pesquisa em Portugal fizeram-me optar pelo pós-doutoramento em terras lusitanas. Elaborei um projeto de pesquisa original, muito bem avaliado pela Capes e o CNPq, com o seguinte título: “Vidas vigiadas: historiadores perseguidos e políticas ditatoriais em Portugal e Brasil no século XX”. Desenvolvido entre 2015 e 2016, o projeto orientou-se para a compreensão da realidade ditatorial portuguesa no estabelecimento de políticas repressivas direcionadas para os opositores em geral, mas que atingiram fortemente a produção historiográfica e os seus historiadores/as em particular. Política bastante semelhante quando comparada com o regime ditatorial instaurado no Brasil de 1964 a 1985. A análise comparativa entre os casos de maior expressividade de historiadores perseguidos em Portugal e Brasil contribuirá para o estabelecimento de regularidades e diferenças entre trajetórias de historiadores/as de esquerda e o impacto na produção historiográfica acerca de tais regimes.

Os historiadores(as) portugueses(as) e brasileiros(as) serão relacionados, mas apenas alguns(as) serão investigados(as), observando o teor dos documentos de natureza repressiva e os diversos escritos produzidos por eles e sobre eles no combate a esse passado. A lógica da suspeição, controle e vigilância cerrada acompanharam suas atividades e trouxeram consequências irreversíveis na condição de exilados, censurados em seu próprio país, expulsos de suas universidades e deslocados de suas comunidades acadêmicas e afetivas. Em suma, em contextos ditatoriais diversos, mas semelhantes na repressão aos seus intelectuais, identificamos uma história tutelada, amordaçada em criatividade e capacidade crítica.<sup>10</sup>

A elaboração desse projeto de pesquisa só foi possível pelo potencial da pesquisa realizada no doutorado. Foi de lá, daquele lugar de construção da escrita da tese, que refiz o percurso e as pazes comigo, passando a me dedicar ao estudo comparativo das diversas ditaduras, compreendendo as da Península Ibérica e a brasileira. Ou seja, o meu doutorado, realizado em um tenso momento da minha vida, até hoje me rende boas ideias, bons projetos e bons artigos. Enfim, foram anos de amadurecimento intelectual e afetivo para chegar a essa conclusão: o respeito pelo processo de ser historiadora. Como já dizia um velho professor da graduação: “Lucileide, historiador é como um bom vinho, quanto mais velho melhor” ou como disse-me certa feita, Dilu:

---

10 Este projeto de pesquisa, nível pós-doutoramento, foi realizado na Universidade do Porto e contou com o financiamento da Capes: BEX5946/14-0. Estágio Sênior, Portugal, mar./15-fev./16.

“Lu, tome um pequeno cálice de vinho do porto e fale para o público”. Obviamente, ela sabia da minha timidez de menina de interior, traço nunca perdido.

Memória rediviva da experiência do doutoramento em Portugal, onde tudo pareceu relevante e, pela primeira vez, fiquei três meses morando sozinha e deliciando-me com a possibilidade de concentrar-me apenas no meu ser. Apaixonada por pesquisa, realizei o desejo de conhecer o Acervo da PIDE/DGS, localizado no Arquivo Público da Torre do Tombo, arquivo de referência durante as aulas de História do Brasil e Ibérica, cursadas durante a graduação na PUC/SP. Os professores(as) iluminavam a nossa mente, descrevendo fontes históricas e mexendo com o nosso imaginário de iniciante no ofício de historiar. Estava eu diante do monumento da cultura portuguesa e brasileira e, por lá, entre suas paredes, mesas e luminárias, permaneci durante quatro meses debruçadas em caixas e mais caixas de documentos de natureza repressiva. Buscava rastros dos meus historiadores/as perseguidos pela ditadura salazarista que migraram para o Brasil. Encontrei fragmentos fantásticos que, ainda hoje, inspira alguns artigos.

Nesse intervalo entre pesquisas em documentos primários e o processo de análise e a escrita de artigos, encaminhei um texto que foi traduzido e publicado na revista italiana *Diacronie. Studi Di Storiacontemporanea*, com o título: “L’immaginario politico delle memorie: Brasile 1964-1985” (CARDOSO, 2016, p. 1-24). Outros artigos foram originados da pesquisa em terras lusitanas, os quais tenho muito orgulho pela potencialidade que revelam ainda hoje, tanto como contributo para a história dos intelectuais perseguidos por suas ditaduras, quanto pelo estudo comparativo de processos ditatoriais repressivos que amordaçaram a cultura e os seus principais interlocutores. São expressões desse acúmulo de reflexões, os meus dois artigos com o mesmo título: “Historiografia portuguesa amordaçada e migração científica para o Brasil”, compreendendo a versão em e-book e a versão impressa (CARDOSO, 2017, p. 42-64). Além do artigo “Historiografia e Resistência: Historiadores Críticos do Golpe de 1964 e da Ditadura”, publicado em Lisboa (CARDOSO, 2015, p. 292-303).

A pesquisa durante esse período resultou em publicações mais recentes, como por exemplo, um artigo como parte do Dossiê: “História da Historiografia no Brasil e em Portugal: futuro passado das Histórias Nacionais em um presente inquieto”, Revista Anos 90 (Online), intitulado: “Vida vigiada: Jaime Cortesão sob as lentes da PIDE/DGS” (CARDOSO, 2022, p. 1-26). Contudo, bem antes, participei do III Congresso – I República e Republicanismo em Lisboa no ano de 2015 que resultou em publicação de um capítulo de livro: “Jaime cortesão: Republicanismo histórico na mira da PIDE-DGS” (CARDOSO, 2020, p. 187-197). Outro importante evento, foi a apresentação de comunicação de pesquisa: “Memória e Informação: Historiadores Perseguidos nas Ditaduras Portuguesa e Brasileira” durante o Congresso Internacional

– A Crise Revolucionária 1975 – Estudos Transversais, realizado entre Lisboa e Porto durante o ano de 2015.

A rica experiência desse pós-doutoramento trouxe-me de volta o desejo do estudo, das atualizações bibliográficas que começaram a refletir no ensino, nas orientações e nos engajamentos de todos os tipos. Mas Portugal não foi só estudo, foi poesia, foi culinária maravilhosa, foi o oferecimento de intercâmbio ao filho mais velho e foi também a experiência do filho mais novo, como aluno da escola pública portuguesa, no seu primeiro ano de ensino médio. A Chegada do frio, a chegada do marido e da minha irmã querida que me acompanhou intensamente nesse processo, posto que ela também estava no seu pós-doc. Lisboa, com os seus telhados e arquitetura magnífica, seu Tejo e a calmaria de suas águas, a culinária portenha e a descoberta da origem do meu pai e do meu bisavó português do Porto, a praça com o nome de *Cardosas* rodopiava no meu coração e provocava muitos risos entre eu e minha querida irmã. Foram passeios, seminários, reuniões e muitos jantares e vinhos. Portugal será sempre um dos meus destinos europeus preferidos, apesar de ter vivido também em Madri e ter conhecido algumas clássicas capitais desse continente.

Minha “irmã siamesa”, aquela que me convenceu, aos 15 anos de idade, a não parar os estudos. Ao aconselhar e controlar a minha rebeldia adolescente, encaminhou-me na vida e devo-lhe essa parceria de uma vida, tradução de uma convivência compartilhada em Sampa e Portugal, quando moramos juntas, em vários outros lugares de viagens maravilhosas, e, agora, entre Bahia e Sergipe. Além de irmã, é minha “comadre”, como se diz aqui na Bahia, já que batizou o meu filho mais novo. Meus filhos consideram-na uma segunda mãe. Para homenageá-la, seguindo os ritos mais acadêmicos, reproduzo um trecho do posfácio que escrevi para o seu belo livro: *O Estado de São Paulo sob os governos militares (1963-1983)*. Eis um pedaço dessa escrita que sintetiza a sua luta e competência:

Sua importância como estudiosa da história política contemporânea brasileira, em particular do período de vigência do regime militar (1964-1985), tem feito dessa historiadora uma referência cada vez mais conhecida, não apenas neste estado, mas também nacionalmente. A excelência e densidade de seu trabalho na área de história política credenciam-na para elevar o perfil de sua participação na produção historiográfica, diversificando o escopo de nossas pesquisas e confirmando o caráter democrático e plural de nossas investigações.

O livro aborda a trajetória dos governos estaduais paulistas, as violações do Poder Legislativo e a montagem e desestruturação da Comunidade de Informação e Segurança, constituída na inter-relação com os governos

federal e estadual. A autora percorre com maestria os meandros do poder autoritário, desvendando tensas relações entre políticos civis e militares. Ao compreender como ocorreu a organização e o funcionamento do aparato repressivo no Estado, demonstra os mecanismos usados pelo Governo Federal no controle da atuação dos principais órgãos repressivos no nível do Executivo estadual paulista. Os compromissos específicos dos chefes estaduais, bem como as metas traçadas para efetivação da política nacional de segurança são esmiuçados pela historiadora.

A análise do comprometimento político-ideológico dos governadores paulistas com os chefes militares foi dirigida para os momentos de crises políticas de cada gestão. Para compreender alguns casos de perseguição política que tiveram ampla repercussão na sociedade, investiga fontes jornalísticas e documentos oriundos da repressão. De forma bastante crítica, analisa a trajetória de políticos consagrados, como Adhemar de Barros, Laudo Natel, Abreu Sodré, Paulo Egydio Martins e Paulo Maluf, acabando por contribuir para uma dessacralização de versões e visões que, por vezes, fundamentam-se em imagens reais ou distorcidas daquele contexto. De escassa abordagem analítica na historiografia, essa obra contribui também para o entendimento das relações Estado e Sociedade através da atuação do Poder Legislativo do Estado de São Paulo.

Em termos historiográficos é inovadora ao analisar “dinâmicas próprias” (os governos militares paulistas) articulando-as com questões nacionais. Meticulosa em termos da análise teórico-metodológica, a autora apoia-se em novos recortes temáticos temporais que visam à desconstrução de uma centralização excessiva da política federativa colocada em prática pelos militares golpistas.

Tensas e complexas relações tecem a teia da memória e da história envolvendo governadores, políticos civis, militares, agentes da comunidade de segurança e informação, professores e estudantes no período de 1964 a 1985. Ao investigar documentos oficiais oriundos dos arquivos da repressão, Anais da Assembleia Legislativa de São Paulo, fontes jornalísticas entre outros, acabam por elucidar os momentos cruciais de colaboracionismo e da resistência que permearam o momento de recepção do golpe de 64 em São Paulo e seus desdobramentos. Trata-se de trabalho bem feito, bastante pesquisado, bem escrito e de significativa contribuição para a análise dos meandros da luta política no país naquele contexto.

Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso.

Quando retornei ao Brasil, em fevereiro de 2016, vivi o choque de quem, propositalmente, não acompanhou os acontecimentos políticos. Segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff e uma atmosfera de crise e instabilidade se espalhou, culminando com o Golpe Jurídico-Parlamentar de 2016 que a tirou do cargo. Cenário já anunciado quando participei de um seminário na Universidade Nova de Lisboa e dois colegas do Brasil analisaram em uma mesa-redonda as consequências das manifestações de rua contrárias a presidenta entre os anos de 2013 e 2014. Tragédia política, culminando, mais uma vez, com um golpe em nossa República e com a prisão do ex-presidente Lula, acusado de corrupção na operação Lava Jato, dentre outros processos. Confesso que pouco acompanhei as notícias que vinham à tona na forma de “choques”, próprio dos *mass* mídias que emite inúmeras informações sem dar o tempo da reflexão. A espetacularidade da prisão do ex-presidente Lula demandará ainda muitas análises, mas o fato é que foi inocentado por falta de provas e por vícios no julgamento. Novamente candidato à presidência da República em 2022, corremos sérios riscos de golpes e contragolpes ao pleito democrático e, talvez, na sua tomada de posse, caso venha a ser eleito.

Frente a essa tensa conjuntura política, o retorno ao cotidiano da UFBA em 2016, foi desafiador. A universidade brasileira, em geral, foi bombardeada por uma avalanche de *fake news* com o fito de desmoralização dos seus quadros acadêmicos. Sem dúvida, o atual governo aposta em sua destruição, cortando verbas e realizando o afrontamento moral. Resistimos com alguns atos políticos em prol da defesa da educação, mas com efeitos políticos bem tímidos.



## **Pandemia e (des)continuidades**

o segundo pós-doutoramento na Universidad Autónoma de Madrid, UAM (2020-2021)

Com o vínculo institucional de Professor Visitante Sênior, fui bolsista do Programa Capes-Print/UFBA, Estágio Pós doutoral, Departamento de História Contemporânea da UAM. 2020/2021, o qual desenvolvi um importante projeto de pesquisa: “Migrações científicas: Historiadores Perseguidos e Políticas Ditatoriais em Espanha e Brasil no século XX”, cujo foco central da pesquisa é resgatar a história dos historiadores sobreviventes do Novo Estado espanhol que tomaram o caminho do exílio no final da Guerra Civil e que resistiram ao regime franquista ao longo de suas vidas. Qual o significado do exílio intelectual espanhol no pós-guerra civil? Tentei responder a esta questão com o argumento que tal condição fez parte do “cidadão do mundo”, característica do intelectual que sofreu as consequências dos regimes totalitários e fascistas europeus do século XX. Assim, estabeleço alguns critérios para mapear a trajetória daqueles que estiveram na mira da polícia política franquista, privilegiando os que migraram para a América e estabeleceram laços de solidariedade e parcerias intelectuais com o Brasil. Os documentos de natureza repressiva e os diversos escritos produzidos, por eles e sobre eles, no combate a esse passado, denotam a lógica da suspeição, controle e vigilância que acompanharam suas atividades e trouxeram consequências irreversíveis na condição de exilados que sofreram processos de depurações, expulsão das suas universidades e censura em seu país de origem<sup>11</sup>.

---

11 Este projeto de pesquisa contou com o financiamento da Capes, Programa Capes/Print, Professora Visitante Sênior da Universidad Autónoma de Madrid, Processo 88887.470137/2019-

Vários artigos científicos já foram extraídos dessa pesquisa, o mais recente é: “Exílio, Vigilância e Censura: O historiador Rafael Altamira e o Estado Novo espanhol”, publicado na *Revista Antíteses* (CARDOSO, 2021, p. 312-345). Ainda, temos dois artigos aceitos para publicação em revistas Qualis A-1 e A-2, resultantes dos dois pós-doutoramentos em Espanha e Portugal. O primeiro sob o título “El lápiz rojo franquista hacia los intelectuales exiliados: el caso del historiador Rafael Altamira”, publicado na *Revista Historia Actual On-line* (CARDOSO, 2022, p. 9-24). O segundo, publicado na *Revista Anos 90* (online) sob o título “Vida vigiada: Jaime Cortesão sob as lentes da PIDE/DGS” (CARDOSO, 2022, p. 1-26).

Durante o período de seis meses em que passei em Madri, participei do I Congreso Internacional Historia y Literatura: Intercambios culturales y creación de identidades que resultou em mais uma publicação: “Escritos de memórias sobre passados ditatoriais (Brasil, 1964-1985)” (CARDOSO, 2022, p. 20-37). Ao chegar ao Brasil, obtive um convite para mais uma publicação de capítulo de livro junto aos colegas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), intitulado: “Militarismo e democracia no Brasil: 1964 entre velhos e novos combates” (CARDOSO, 2022, p.251-p.276).

No prelo, com previsão para 2023, temos ainda dois capítulos de livros com recortes dessa última pesquisa: “Universidades e depurações do corpo docente espanhol durante a Guerra Civil e o Primeiro Franquismo” (CARDOSO, 2023, p. 17 a 37) e o texto que garantirá em 2023 a minha participação como professora convidada pela Universidade Complutense de Madri para proferir a seguinte conferência: “Historiadoras perseguidas por ditaduras ibero-americanas: casos de demissões, aposentadorias compulsórias, prisões e exílios”, ainda no aguardo de definição da publicação estrangeira.

Mas nem tudo foram flores! Ao chegar em Madrid e, após a primeira quinzena de março de 2020, o *lockdown* foi decretado em função do surto pandêmico da covid-19. (Ficamos de ponta cabeça, sem máscaras e restritos ao espaço do apartamento sem luz solar). Eu e os meus dois filhos, que foram realizar um intercâmbio com o apoio do Edital da Assessoria Internacional da UFBA, ficamos trancafiados! Durante três meses testamos nossas capacidades de sobrevivência, de convivência e de tolerância. Eles, mais acostumados ao mundo virtual, passaram de imediato por aulas remotas e eu, mais apreensiva, procurei me consolar com pesquisas online. O que fizemos de bom foi cozinhar e daí todos aprenderam, além de faxinar o apartamento, o que

não era lá tão agradável. Filmes e séries eram nossa diversão. Compras online eram recebidas com um cachecol no nariz e com todo o ritual de limpeza.

Convivemos com os parentes preocupados, com tensos momentos de cancelamentos de voos, de contato com a embaixada para um eventual resgate e de dúvidas e medos entre o ficar e o risco também do retorno ao Brasil. Sem dúvida, o mundo todo viveu o medo do “fim do mundo” e esse sentimento contaminou-nos de tal modo, que decidimos seguir vivendo. Os meninos ajudaram muito, atravessaram ansiedades e apegaram-se aos pontos mais positivos. Senti orgulho deles e do potencial que desenvolveram para lidar com as adversidades. Isto aproximou-nos muito e, quando houve a liberalização gradual, a partir de junho, buscamos sair um pouco e respirar ar puro com máscara, álcool e muita desconfiança rondando os nossos passos.

Estávamos em um país estrangeiro e ficar doente significava ficar em uma situação vulnerável, por isso não vacilamos: o cuidado era redobrado! Em junho de 2020, retornei aos arquivos com agendamentos e limites na permanência em suas salas de consulta, evitando aglomerações. No mês de julho, a vida foi voltando, aos poucos, e foi o melhor momento da nossa estadia conturbada, principalmente quando viajamos para conhecer Bilbao, Andorra e os seus Pirineus, além de outras cidadezinhas espanholas. O mês de agosto foi bem mais produtivo e pude viajar até Salamanca e pesquisar no Centro de Memória História da Guerra Civil Espanhola e em outros arquivos. Em Alcalá de Henares, o Arquivo Geral da Administração liberou a minha solicitação para consulta, tudo agendado com antecedência. Os meninos já haviam retornado para o Brasil com os seus intercâmbios concluídos, um pouco decepcionados, mas com a garantia do bom aprendizado do espanhol.

Voltei no início de setembro para o Brasil e continuei vinculada à Universidade Autônoma de Madri, UAM. Com a pandemia, ocorreu a possibilidade de prorrogação de prazos para a conclusão do pós-doc. e dessa forma, emendei com uma licença de capacitação por três meses, também vinculada a mesma instituição espanhola. Esse afastamento, por conta da pandemia, possibilitou a escrita de vários textos, bem como a continuidade da assistência aos meus quatro orientandos de doutorado, dois de mestrado e uma coorientação de doutorado. Todos os quatro orientandos de doutorado e a co-orientanda de doutorado, vinculados a UFBA, conseguiram defender os seus trabalhos entre os anos de 2021 e 2022. Fato que me deixa muito satisfeita com o desempenho deles e com o carinho e o respeito que demonstraram com as minhas orientações, além da rica participação no Grupo de Pesquisa MDC. Polliana Moreno dos Santos, “A Memória Midiática nos 50 anos do Golpe de 1964: Alberto Dines, “Chumbo Quente” e o Observatório da Imprensa”; Cristian Barreto de Miranda, “Entre Vermelhos e Azuis, os “comunistas de cristo” formam partido: Política e Religião na Região Sisaleira da Bahia (Conceição do Coité, 1970-2000)”; Cristiane

Lopes da Mota, “Interiorização do golpe de 1964 no Recôncavo Baiano: Estratégias, Adesões e Oposições (1962-1970)” e João Reis Novaes, “Tecelões da (Des)Ordem: Policiamento e Cotidiano nos Sertões da Bahia(1891-1930)”. Além desses quatro orientandos vinculados ao nosso PPGH/UFBA, co-orientei a tese de doutorado de Rosane Maria Souza e Silva, “Nos subterrâneos da História: Institucionalização da Psicologia na Bahia, no contexto da ditadura militar (1968-1980)”. Todos eles foram parceiros em seminários e, ainda hoje, após a defesa de suas teses, integram o nosso grupo de pesquisa.

Todos nós sentimos o impacto da pandemia em nossas vidas. Os jovens principalmente, sofreram muito, sem os importantes processos de socializações dessa faixa etária. Aproveitei para cuidar um pouco mais do corpo e da alimentação. As aulas no modo remoto demandaram outros aprendizados. Depois, o retorno no formato híbrido e o desconcerto e as novas adaptações às aulas presenciais. Os discentes mais inquietos, mais desanimados. A tela do computador criou um mundo próprio bem diferente da realidade. Neste semestre de 2022.2 vivenciaremos o retorno ao modelo presencial em sua plenitude, algo que causa uma certa esperança de normalidade, mas desconfio que nada será como antes.

Antes de retornar ao “chão da sala de aula”, o chefe do Departamento de História solicitou-me o oferecimento de um curso de extensão, que contou com estudantes de graduação e pós-graduação, dentro e fora da UFBA. Registrado pelo SIATEX/Ufba, Escritos de Memórias sobre Passados Ditatoriais, carga horária de 20 horas. De 28 a 30 de julho/2021, a programação focou em três temas: Historiografia e Memória das Ditaduras Modernas (Brasil). Recortes conceituais e metodológicos; Cultura da Memória e Escritos (auto)biográficos sobre passados ditatoriais; “Censura e promoção literária na ditadura de Getúlio Vargas”. Participação especial da professora convidada da Universidade Autônoma de Madri, Profa. Dra. Gabriela Lima Grecco com a minha mediação. O curso contou com uma ampla participação de alunos da UFBA, UNEB, UESB, UFJF e UFS.

Porém, a experiência mais impactante, que inspirou o título desse subitem, diz respeito a minha presença como convidada para participar do XVI Encontro Nacional de História Oral - Pandemia e Futuros Possíveis, o qual mediei e palestrei na mesa-redonda: “Pandemia e política: história oral, negacionismos e democracia”. O evento ocorreu entre os dias 25 e 28 de julho de 2022, na cidade do Rio de Janeiro. Foi bastante enriquecedor ao trazer a potencialidade de projetos de pesquisa sobre pandemia e história oral através de simpósios temáticos e demais atividades. A conferência de abertura foi proferida pelo professor David Beorlegui, da Udima/IOHA, sobre a memória no contexto pós-ditatorial na Espanha, tratando da afetividade, materialidade, spectralidade, resistência e utopia. O tema central foi sobre a maior prisão e centro

de terror durante a ditadura de Franco, *Carabanchel*, prisão invisível, pois o prédio foi destruído totalmente e, em seu lugar, construído uma prisão para imigrantes que entravam sem documentos no país. Ao mesmo tempo em que é lugar de memória visível na mente e corações de sobreviventes e familiares que, ainda hoje, organizam movimentos minoritários de memórias e delimitam marcos para o não esquecimento da violência perpetrada durante a ditadura franquista. Reações de pessoas da extrema direita se faz sentir na destruição ou vandalização desses pequenos monumentos construídos em homenagens às vítimas de *Carabanchel*.

A mesa redonda, que coordenei e participei, foi bastante rica, com o depoimento de uma assistente social de Porto Alegre que perdeu a mãe na pandemia, e hoje, preside a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas do covid-19. Sua fala comoveu a todos, própria de quem viveu o trauma, a falta de ar da sua mãe, a falta de oxigênio para todos os doentes, a escolha de quem receberia o respirador e de quem ficaria sem ele. Sua mãe não teve o direito a um respirador, representando os doentes que viveram o horror no sul do país, para além do descaso do que aconteceu em Manaus. A outra palestrante, coordenadora do Museu da Maré, demonstrou a importância da leitura política da pandemia e traçou o panorama da organização da comunidade para suprir com alimentos e medicamentos os mais necessitados. O registro, através da coleta de depoimentos orais dos que vivenciaram o drama da covid-19 na Maré, Rio de Janeiro, estão sendo tratados e expostos no museu. A minha intervenção foi mais política, abordando o negacionismo e os riscos para a democracia brasileira, tentando pensar no papel da história oral para superar a onda de inverdades que anulam o relato da experiência e a substitui por meras informações no formato de “choques” de modernidade ou avalanches de *fake news*.

O encerramento contou com uma entrevista pública da médica da Fiocruz, referência no Brasil sobre a covid-19, Dr.<sup>a</sup> Margareth Dalcomo, simbolizando um dos momentos mais emocionantes do encontro. Com uma fala clara, organizada e repleta de emoções, contou-nos sobre a sua trajetória, a paixão pela literatura, o sonho inicial de ser diplomata, a opção pela medicina e o impacto da pandemia na Sociedade de Pneumologia, a qual faz parte. Elogiou o papel da imprensa durante a pandemia, lembrou da importância da vacinação e a luta dos profissionais da saúde nesse processo, criticou a atual gestão do Conselho Federal de Medicina, criticou a política do governo negacionista e alertou para novos vírus com a destruição dos ecossistemas, principalmente na Amazônia. Enfim, fez-nos compreender que haverá novas ondas pandêmicas, que a vacinação, o uso da máscara e o álcool devem continuar sendo a nossa principal arma contra o coronavírus e informou-nos sobre uma vacina de segunda geração, a partir da proteína da variante ômicron, que constituirá a nossa quinta dose. Creio que me inspirou a pensar o quanto o conhecimento histórico é o

palco de todos os intelectuais sensíveis aos problemas sociais. Por isso, ao final da entrevista, fiz questão de um registro fotográfico com ela. Que fique nos meus arquivos e no meu coração esse aprendizado.

Sigo observando a pandemia e os seus efeitos, o retorno e o risco de continuar a viver. Novas doenças surgiram como a “varíola do macaco” e a urgência de pensarmos a crise climática e a preservação do planeta em transe. Um maior entendimento se deu com a leitura do artigo, “Pode a história oral ajudar a adiar o fim do mundo? covid-19: Tempo, testemunho e história”, de autoria de Carla Simone Rodeghero e Rodrigo de Azevedo Weimer. Os autores analisam 16 entrevistas realizadas entre os anos de 2020 e 2021, pelas equipes do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (Apers) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), envolvidos no projeto de história oral sobre o cotidiano da covid-19, explorando a noção de tempo, testemunho e história.

114

O artigo faz um paralelo entre o covid-19 e a aids, dois vírus com potencialidades de morte em grande escala e com certas particularidades se levada em consideração a estrutura e o comportamento do vírus no corpo humano. Reflete sobre a condição do testemunho em História Oral e a sua importância para se entender a ditadura argentina e o holocausto, apresentando a distinção feita por Annete Wiewiorka entre o testemunho espontâneo, solicitado para fins de justiça, e o testemunho movido pelo imperativo social da memória. Nesses casos, Alessandro Portelli apresenta-nos “o que faz a história oral diferente” em suas múltiplas temporalidades: “a história oral conta-nos o que o povo fez, e também o que queria fazer, acreditava estar fazendo e o que pensa fazer” (PORTELLI, 1997, p. 31).

Quanto à gravidade da pandemia, os autores do artigo, sinalizam para o movimento da negação do conhecimento científico para combatê-la e, até mesmo, quanto ao número real de mortes. Antes havia um revisionismo em relação ao passado e às tragédias ocorridas no passado, hoje, há uma batalha pela memória, conhecida como *infodemia*. Na modernidade, o número gigantesco de relatos e o excesso de informações que as pessoas absorvem durante os dias, acaba por reduzir as experiências e abrir brechas para pouco conhecimento e falsas informações, comumente chamada de *fake news*. Assim resulta o choque de informações, cabendo assim ao receptor filtrar o que convém e o que realmente é verdadeiro para ele.

A pandemia e tudo o que vem ocorrendo, modificou a percepção do futuro, sofrendo uma mutação técnica. A realidade está moldando-se e transformando-se em uma velocidade estonteante. Com isso, o futuro está deixando de ser um espaço de possíveis realizações e esperanças. Além disso, percebe-se que mesmo com cerca de 700 mil mortos por covid-19, o choque por causa dessas mortes está sendo naturalizado, e isso acaba refletindo no desafio do presente. Assim, além de ensinar

e continuar a minha sina, acredito na humanidade, pois enquanto existir homens, existirá a história.

Para tanto, informo que continuo a participar de redes, grupos de pesquisa e associações que nos representam. Na atualidade, sou membro da rede de pesquisa: Direitas, História e Memória, fundada em 2013, coordenada por Leandro Pereira Gonçalves e Janaína Cordeiro, Laboratório de História Política e Social (LAHPS) da UFJF e ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) da UFF. Continuo também a liderar o Grupo de Pesquisa: Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades (MDC/UFBA/CNPq) e ainda participo da Linha de pesquisa, History and Memory: Collective Memories, History of the Present and Oral History. Preservo também laços com as minhas associações mais representativas desde de 2010/atual, como membro da Associação Brasileira de História Oral e com a Anpuh/Brasil, sendo 1<sup>a</sup>. Secretária da Diretoria da ANPUH/Bahia no biênio julho 2010/julho2012.



## Migrante/mutante

ao final de tantas lutas, fiz a opção pela delicadeza

O propósito das reflexões, aqui reunidas, espelham este compromisso com o ensino e a pesquisa na área de História e estão de acordo com os rumos adotados pela historiografia brasileira e mundial, no esforço deliberado de pensar e provocar o presente. Aproximam-se de problematizações em torno do binômio autoritarismo e democracia, especialmente, neste momento, em que assistimos a ascensão dos neofascismos contemporâneos. Assim, o acontecimento fundante de 1964, movimenta diversos círculos culturais e políticos orientados por estabilizações interpretativas e velhas e novas polêmicas. O contexto e o saldo eleitoral da campanha para a Presidência da República, em 2014, motivaram manifestações de rua, mesmo que minoritárias, de reação à democracia representativa que pensávamos já consolidada no país. Uma direita orgânica manifesta-se entre jovens que sustentam os seus argumentos em teóricos do liberalismo e orgulham-se da pecha de conservadores. Desejo de volta à ditadura, intervenção das Forças Armadas para realizar o combate à corrupção e a onda de preconceitos regionais, sociais e raciais impregnaram o espaço público e são, de fato, mesmo que minoritários, ameaçadores a democracia, sobretudo, porque apontam para um crescimento dos espíritos menos críticos e saudosos da ditadura.

Não é possível desprezar tais forças políticas conservadoras que sustentam o atual governo de extrema direita no Brasil, cujo principal objetivo é aplicar de forma rápida e rigorosa o modelo econômico ultraliberal. Direita organizada, jovem e velha, leitora ou não dos clássicos do pensamento conservador, podem encantar novas

gerações desacreditadas da política porque a tomam apenas pelo viés pragmático de determinadas práticas governamentais.

O discurso maniqueísta, otimismo e pessimismo alternados, marcam o tom dessa cultura política brasileira, cada vez mais reducionista e simplificadora da nossa complexa realidade histórica. A luta discursiva entre bem *versus* mal, democracia *versus* autoritarismo, liberdade *versus* responsabilidade, dentre outros binários, tende a apagar o passado de exclusão social e a violência política e cultural praticada pela nossa última ditadura. O combate a este tipo de visão pressupõe uma leitura dos bens culturais produzidos por ex-militantes da esquerda armada, ex-integrantes do governo João Goulart e opositores em geral, que, desde 1964, criaram outra narrativa ao confrontar a história oficial elaborada pelos defensores da dita “Revolução democrática”.

O velho jargão “civilização contra a barbárie” ronda o presente e a atenção deve ser permanente para que possamos vencer a onda neoconservadora do mundo pandêmico (covid-19) e, talvez, pós-pandêmico que guiará a construção do futuro com novas ferramentas e linguagens que modificarão, possivelmente, relações de poder e de enfrentamento social. Aqui, referimo-nos à necessidade de um projeto político que possa constituir novamente uma fonte de inspiração e luta de um amplo leque social que compõe o campo “progressista”, seja na recuperação do humanismo, da ecologia, do socialismo, da democracia, da esperança de que é possível outros modos de viver.

Ao traçar esse manifesto, algo incomum na escrita da história, revivi os meus tempos de juventude, de crença na revolução e na democracia, revivi a possibilidade de pensar futuros possíveis mesmo diante das fragilidades do presente. Resolvi manter esperança na (des)esperança ao escrever este memorial. Aprendi com a irmã mais talentosa na área das Letras, Literatura e Poesia, a frase que inspirou esse subtítulo; “Afinal, fiz a opção pela delicadeza”. Ela pronunciou essas palavras ao escutar a leitura das páginas iniciais dedicadas a memória familiar, presentes neste memorial. Minha linda irmã defendeu o seu doutoramento este ano, uma tese sobre corpos femininos, como bem disse um dos membros da banca. O público de familiares queridos estava transvestido e vertido de flores, como bem notou o seu orientador. Foi uma linda defesa e festa, repleta de alusões a nossa mãe e ao seu percurso de estudo, tratou de duas mulheres poetas e de suas ansiedades de autoria, uma portuguesa e outra brasileira, que viveram e sufocaram em suas ditaduras.

Esse ano foi repleto de boas notícias. O meu filho mais velho concluiu o seu curso e defendeu o seu TCC na área de Engenharia Mecânica, partindo agora para uma nova fase da vida. O filho mais novo continua estudando Nutrição e se aperfeiçoando na área de alimentos. São ciclos que fecham e abrem e continuam a movimentar a vida. A primeira bisneta da minha mãe nasceu por estes dias, uma mineirinha linda, filha de uma sobrinha muito querida e adotada no coração de todos nós. Minha

mãe partiu para o plano espiritual, mas parece que deixou todo mundo um pouco arrumado em seus sonhos.

Assim, talvez eu tenha cumprido a tarefa de acertar uma narrativa sobre o meu passado/presente que não teria sido possível sem o apoio incondicional de tantos outros. Deixo aqui também a indicação para quem prefere ouvir a narração da minha vida, divulgada no *site* História da Ditadura no dia 10 de janeiro de 2022, com o título “Ditadura, política e trajetória, Lucileide Cardoso.<sup>12</sup> A entrevista já gerou cerca de 323 visualizações, na plataforma do YouTube e deverá também ser publicada no formato de livro, Projeto História da Ditadura, coordenado por Paulo César Gomes, historiador da Universidade Federal Fluminense e demais colaboradores. O *site* História da Ditadura é um projeto dedicado a pensar as ditaduras e os legados autoritários na história recente do Brasil e do mundo.

Acrescento a esse memorial as palavras emocionantes escritas pelos meus dois filhos por ocasião do meu aniversário, no ano de 2018, e que até hoje conservo comigo como um tesouro:

119

Mãe, é com imensa alegria e Verdade que procuro afagar o seu coração através de minhas palavras. Em primeira instância, digo que não há sublimidade no mundo sensível, concreto, de Platão. E és tu, guerreira, que ensinas isso à mim e à tua Família: manter os pés no chão para a cabeça não desandar. Seja através de orientações, colocações, ações, desabaços... você emana FIRMEZA e GARRA, ambas virtudes que trarei com Honra ao longo de minha jornada. Além disso, agradeço-te por me amar incondicionalmente e tentar me entender. Nesse último, todavia, não terás sucesso por inteiro e espero que, sabendo disso, adquira mais serenidade ao acompanhar o caminhar do meu Ser. No mais, aquecer-te-ei em todos os Invernos que passarem e tenho muito Orgulho e sorte em ter sido fruto do vosso ventre. Com Amor infinito e escolhido, o seu filho mais novo, 03 de maio de 2018.

Palavras não são meu forte, tb acho q tem coisas que não precisam ser ditas, apenas se sabe. Vc sabe como me sinto em relação a vc mãe. Uma mulher batalhadora que deu e dá a vida para cuidar dos filhos e garantir o melhor q eles podem ter. Nem sempre vc acerta em tudo, as vezes o q achamos q é o melhor não é. Espero que aprenda a ressignificar seu valor no mundo para além dos seus filhos, nós somos do mundo assim como vc tb é. Vc já

.....  
12 Ver: <https://youtu.be/Fvdm0TztrZE>.

foi o meu mundo, literalmente, seu corpo foi minha primeira casa. Hoje em dia vc é parte do meu mundo, parte fundamental e que não trocaria por nada, vc é e sempre será insubstituível. Não preciso dizer que te amo, só da maneira que te olho já se sabe isso. Só q as vezes é importante dizer mesmo assim, não pq esquecemos, mas pq às vezes é o q ilumina um dia não tão bom assim. Por isso eu digo: Eu te amo mãe. Seu mais velho, 03 de maio de 2018.

Finalizo com a certeza de que faço o meu possível/impossível, exigência de uma narrativa que acalenta a minha alma, o meu corpo e que vislumbra realizações e aprendizados constantes. Peço licença ao leitor, que chegou ao final desse memorial permeado de tensões descritivas, necessárias e sedimentadas pelo itinerário acadêmico, para mais uma guinada poética: caso eu habitasse “Pasárgada” de Manuel Bandeira – lugar utópico, visto em outra chave de leitura com a inclusão das mulheres –, só contaria o afeto, o amor por tantos outros, os sabores, delícias e dissabores de ser o que se é, de forma verdadeira, profunda e sensível. Assim, continuarei em TRANSE (movimento) entre ansiedades de autoria feminina e desejos de calma. Talvez no raiar de um novo dia possa me orgulhar mais das viagens redivivas que fiz e voltar a sonhar com a paz. Desejo aprender a perdoar, tal como a minha mãe, que pacientemente ao longo dos seus quase 91 anos acalantava a todos(as) com a sua força e resiliência. A ela dedico as últimas linhas deste memorial.

# Referências

## Referências em *sites*

Letra extraída do *site*: <https://www.palavracantada.com.br/musica/vapor-de-cachoeira>. Acesso em: 2 set. 2022.

Letra de Caetano Veloso: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/aniversario-de-sp/2018/noticia/musica-sampa-faz-40-anos-para-mim-e-um-hino-de-sp-diz-caetano-veloso.ghhtml>. Acesso em: 2 set. 2022.

Letra de Caetano Veloso: <https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/44738/>. Acesso 2 set. 2022.

Letra de Emiliano Santiago: <https://www.letras.mus.br/emilio-santiago/45700/>. Acesso em: 2 set. 2022.

Letra de Gilberto Gil: <https://www.letras.mus.br/gilberto-gil/16138/>. Acesso em: 2 set. 2022.

*Site*: História da Ditadura, entrevista com o título “Ditadura, política e trajetória, Lucileide Cardoso”, 10 de janeiro de 2022. Plataforma do YouTube: <https://youtu.be/Fvdm0TztrZE>.



# Referências

## Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: EDUSC, 1999.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARRIGUCCI JR., Davi. *Humildade, paixão e morte: a poesia de Manuel Bandeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2011.

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (ed.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Obras escolhidas, v. 1).

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. Prefácio de Marilena Chauí. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Editora FGV, 1998.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagação sobre uma questão sensível*. 2. ed. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2004.

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*. Tradução de Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.

124

CARDOSO, Lucileide Costa. 50 anos depois: discursos de memória e reconstruções históricas sobre o golpe de 1964 e a ditadura brasileira. In: LOFF, Manuel; SOUTELO, Luciana; PIEDADE, Filipe (org.). *Ditaduras e revolução: democracia e políticas da memória*. Coimbra: Almedina, 2015a. p. 375-402.

CARDOSO, Lucileide Costa. 1968, memória e esquecimento: como recordar a Bahia? In: NUNES, Paulo Giovanni Antonio; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Saggá, 2018. v. 1, p. 259-282.

CARDOSO, Lucileide Costa. A 'ditacuja' deixou marcas: Jovens de ontem e de hoje falam sobre a influência da Ditadura Militar em suas vidas. *Jornal Reverso*, Cachoeira, BA, p. 8, 2008a.

CARDOSO, Alexsandra Costa. Ansiedades de autoria feminina na poesia de Ana Cristina César e Luiza Neto Jorge. 2022. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022a.

CARDOSO, Lucileide Costa. Ativismo nas letras: denúncias da violência do golpe de 1964 e da ditadura. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia C. (org.). *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. Salvador: Edufba, 2017a. v. 1, p. 91-113.

CARDOSO, Lucileide Costa. Autoritarismo, controle e vigilância: Jacob Gorender na mira da repressão (1940-1980). *Revista Antíteses*, Londrina, v. 6, p. 310-335, 2013a.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 179-196, 1994. Dossiê: Brasil: 1954-1964.

CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia C. Introdução. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia C. (org.). *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. Salvador: Edufba, 2017a. v. 1, p. 13-27.

- CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas, BA: Editora da UFRB, 2012a. v. 1.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Dimensões da memória na prática historiográfica. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos S.; REIS, Isabel Cristina Ferreira (org.). *História regional e local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010. v. 1, p. 153-173.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, p. 117-140, 2011.
- CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia C. *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. Salvador: Edufba, 2017b.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Ecos de 1968: 40 anos depois. *Revista Recôncavos*, Cachoeira, BA, v. 2, p. 5-12, 2008b.
- CARDOSO, L. C.; GRECCO, G. L. El lápiz rojo franquista hacia los intelectuales exiliados: el caso del historiador Rafael Altamira. *Historia Actual On-line*, Madrid, v. 1, p. 9-24, 2023.
- CARDOSO, Célia Costa. *O Estado de São Paulo sob os governos militares (1963-1983)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2014a.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Entre o movimento estudantil e a luta armada: Eudaldo Gomes da Silva e o ‘Massacre da Chácara São Bento’ (1960/1970). *Revista de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 193-216, 2012b.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Escritos de memórias sobre passados ditatoriais (Brasil, 1964-1985). In: PÉREZ DEL PUERTO, Ângela; GRECCO, Gabriela de (ed.). *Actas I Congreso Internacional Historia y Literatura: Intercambios culturales y creación de identidades*. Madrid: UAM Ediciones, 2022b. v. 1, p. 20-37.
- CARDOSO, Lucileide Costa et al. *Caderno de programação e resumos: I Encontro de Pesquisadores em Ditadura (s) - 50 Anos do Golpe: violência, ditadura e memória*. Salvador: Edufba, 2014. v. 1.
- CARDOSO, Lucileide Costa et al. Direitos humanos em sala de aula: reflexões e ações do PIBID-História da UFBA. In: SANTANA, Noemi; CRUZ, Izaura; ASSIS, Alessandra (org.). *Olhares sobre a docência*. Salvador: Edufba, 2023. v. 3. No prelo.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Exílio, vigilância e censura: o historiador Rafael Altamira e o Estado Novo espanhol. *Revista Antíteses*, Londrina, v. 14, p. 312-345, 2021.

CARDOSO, Lucileide Costa C. História, memória e oralidade. *Jornal Reverso* – Cachoeira, BA, p. 2, 2008c.

CARDOSO, Lucileide Costa. Historiografia e resistência: historiadores críticos do golpe de 1964 e da ditadura. In: GODINHO Paula; FONSECA, Inês; BAÍA, João (org.). *Resistência e/y Memória: perspectivas Ibero*. Lisboa: IHC - FCSH, 2015b. v. 1, p. 292-303.

CARDOSO, Lucileide Costa. Historiografia portuguesa amordaçada e migração científica para o Brasil. In: MUNIZ, Altamar da Costa; PASSOS, Luis Carlos dos. *História política: interfaces e diálogos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016a. v. 1, p. 51-76.

CARDOSO, Lucileide Costa. Historiografia portuguesa amordaçada e migração científica para o Brasil. In: MUNIZ, Altamar da Costa; PASSOS, Luis Carlos dos. *História Política: interfaces e diálogos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017b. v. 1, p. 42-64. e-book.

CARDOSO, Lucileide Costa. Imaginário das memórias -1964-1985. *Boletim de Pesquisa do Programa de Estudo Pós-graduandos em História*, São Paulo, n. 2, p. 29-32, 1992.

CARDOSO, Lucileide Costa. Jaime cortêsão: Republicanismo histórico na mira da PIDE-DGS. In: ROLLO, Maria Fernanda; NUNES, Teresa (org.). *República e Republicanismo III*. Coimbra: Caleidoscòpio, 2020. v. 1, p. 187-197.

CARDOSO, Lucileide Costa. L'immaginario politico delle memorie: Brasile 1964-1985. *Diacronie Studi di Storia Contemporanea*, Bologna, v. 25, p. 1-24, 2016b.

CARDOSO, Lucileide Costa. Memória e autoritarismo: escritos políticos e (re)interpretações de Nelson Werneck Sodré. In: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico; ARIAS NETO, José Miguel (org.). *Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas*. Vinhedo, SP: Horizonte, 2015c. v. 1, p. 142-173.

CARDOSO, Lucileide Costa. Memória e historiografia: interpretações do golpe e do regime de 64. In: AXT, Gunter; D'ALÈSSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico (org.). *Espaços da negociação e do confronto na política*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007a. p. 105-168.

CARDOSO, Lucileide Costa. Militarismo e democracia no Brasil: 1964 entre velhos e novos combates. In: MAGALHAES, Livia Diana Rocha; DIAS, José Alves Dias, SANTOS, Cláudio Eduardo Félix dos (org.). *Memória, ditadura e sociedade: educação e epistemologia da história*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022c. p. 251-276.

CARDOSO, Lucileide Costa; MOREIRA, Bruno de Oliveira. *1964 e o debate que não terminou: controvérsias sobre a terminologia civil-militar e a natureza da nossa última ditadura*. [S. l.], 2023. Não publicado.

CARDOSO, Célia Costa. *Movimento: um jornal alternativo (1975-1981)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2017c.

CARDOSO, Lucileide Costa. Narrativas autobiográficas: memórias da ditadura militar. In: GODINHO, Luiz Flávio R. Godinho; SANTOS, Fábio Josué S. (org.). *Recôncavo da Bahia: educação, cultura e Sociedade*. Amargos, BA: CIAN, 2007b. v. 1, p. 117-123.

CARDOSO, Lucileide Costa. Nelson Werneck Sodré: censura, repressão e resistência. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, p. 237-267, 2013b.

CARDOSO, Lucileide Costa. O golpe militares e civis na trama de 1964. *Revista de História*, Rio de Janeiro, p. 4, 2012c.

127

CARDOSO, Lucileide Costa; PEREZ, Rodrigo. *Política e historiografia em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Autografia, 2021. v. 1.

CARDOSO, Lucileide Costa; PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões; PEREIRA, Nuno Gonçalves (org.). *Nas margens do tempo: histórias em construção*. Curitiba: Progressiva, 2010. v. 1.

CARDOSO, Lucileide Costa. Rastro de persecución en DEOPS: trayectoria, clasificación en LSN y la resistencia de un historiador. *Revista Binacional Brasil Argentina: diálogo entre às ciências*, Vitória da Conquista, BA, v. 3, p. 41-62, 2014b.

CARDOSO, Lucileide Costa. Revisitando o século XIX: tensões entre permanências e rupturas na construção historiográfica de Arno J. Mayer. In: MEDICCI, Ana Paula; LIMA, Marcelo Pereira (org.). *Políticas em história: instituições, poderes e historiografia*. Salvador: Edufba, 2019. v. 1, p. 69-85.

CARDOSO, Lucileide Costa. Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, v. 4, p. 33-49, 2014c.

CARDOSO, Lucileide Costa. Universidades e depurações do corpo docente espanhol durante a Guerra Civil e o Primeiro Franquismo. In: ZANCHETT, Silvana Aparecida da Silva et al. (org.). *Trilhando caminhos, tecendo redes: história, linguagens e outras possibilidades interdisciplinares*. Goiânia: Editora da UFG, 2023. p. 17-37. e-book.

CARDOSO, Lucileide Costa. Utopia de revolução e realidade de repressão: Eudaldo Gomes da Silva, VPR e Guerrilha no Nordeste (1968-1973). *Revista História da Bahia*, Salvador, v. 1, p. 62-69, 2014d.

CARDOSO, Lucileide Costa. Vida vigiada: Jaime Cortesão sob as lentes da PIDE/DGS. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 29, p. 1-26, 2022d.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 55-122.

DIAS, Reginaldo Benedito. A CNV, a disputa de memória sobre o período da ditadura e o tempo presente. *Revista Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 71-95, jan./jun. 2013.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRIN, Monica. *Reflexões sobre o direito ao ressentimento*. In: FICO, Carlos et al. (org.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 127-141.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências no tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HARTOG, F. “A covid-19 e as perturbações do presentismo”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 22, n. 41, p. 50-56, jul./dez. 2020.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo (1955-1970). *Revista ibero-americana*, São Paulo, v. 7, p. 1-39, 2021.

JELIN, Elizabeth; LONGANI, Ana (comp.). *Escrituras, imágenes Y escenarios ante la represión*. Madrid: Siglo Veintiuno de Españã Editores: Siglo Veitiuno de Argentina Editores, 2003.

- LABORIE, Pierre. História Política das Representações Mentais. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.
- LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico e o pacto autobiográfico (“bis”). In: LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 15-81.
- LEVILLAIN, Philipe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Editora FGV, 1996. p. 141-184.
- LORIGA, Sabina. O Limiar Biográfico. In: LORIGA, Sabina (org.). *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 17-47.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: RAVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 225-249.
- LÜBBE, Hermann. Esquecimento e historicização da memória. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 283-298, jan./abr. 2016.
- MÁRQUES, Gabriel García. *Os funerais da mamãe grande*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A Guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 1-18, dez. 2002.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Adieu à la dictature militaire? Tradução Annick Grandemange. *Brasil(s)*, [s. l.], n. 5. p. 17-32, 2014.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na Ditadura (1964-1969)*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2019.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. *Revista Páginas*. Rosário-Argentina, ano 8, n. 17, p. 9-25, maio/ago. 2016.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury, *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PASSERINI, Luisa. *Memória entre política e emoção*. Tradução Thiago Santiago. São Paulo: Letras e Vozes, 2011.

POLLACK, Michel. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 103-130.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.

130

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (org.). *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. p. 31-45.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O sol sem peneira. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 83, p. 31-35, ago. 2012.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Editora FGV, 1996.

RÉMOND, René. Do político In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/FGV, 1996. p. 441-450.

RICCEUR, Paul. A Inquietante estranheza da História. In: RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François et al. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007. p. 404-422.

RICOEUR, Paul. O esquecimento. In: RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007. p. 423-465.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RODEGHERO, Carla Simone; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Pode a história oral ajudar a adiar o fim do mundo? Covid-19: tempo, testemunho e história. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 74, p. 472-491, set./dez. 2021.

RODEGHERO, Carla Simone. Os historiadores e os estudos sobre o Golpe de 1964 e o regime militar no Brasil. *Revista L`Ordinaire Latino-Americano*, Toulouse, n. 203, p. 93-123, 2006.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína. A História Vigida. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína (org.). *Por uma revisão crítica*. Salvador: Sagres, 2021.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Introdução. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 3 v.

ROLLEMBERG, Denise. Marighella, 40 anos depois: entrevista especial com Denise Rollemberg. *Revista IHU Online*, São Leopoldo, nov. 2009. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/27076-marighella40-anos-depois-entrevista-especial-com-denise-rollemberg>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-25, 1995. Dossiê: Historiografia, Propostas e Práticas.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 93-101.

SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio In: SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 33-43.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo. Companhia das Letras: Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964, quarenta anos depois. *Revista Anos 90*, Porto Alegre. v. 14, n. 26, p. 127-156. dez. 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. Flávio Koutzii: pedaços de vida na memória (1943-1984) – apontamentos sobre uma pesquisa em curso. *Revista História Unisino*, São Leopoldo-Rio Grande do Sul, v. 13, n. 2, p. 190-197, maio/ago. 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o Esquecimento. *In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes.* Campinas: Ed. UNICAMP, 2003. p. 59-88,

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a Ficção e o Real. *In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes.* Campinas: Ed. UNICAMP, 2003. p. 371-386.

TRAVERSO, Enzo. Memórias europeias. Perspectivas emaranhadas. *In: LOFF, Manuel; SOUTELO, Luciana; PIEDADE, Filipe (org.). Ditaduras e revolução: democracia e políticas da memória.* Coimbra: Almedina, 2015. p. 405-426.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo.* Campinas: Papirus, 1988.

132

STOPPINO, Mario. Ditadura. *In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política.* 11. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998. p. 368-379.

WEFFORT, Helena Freire *et al.* Movimento: um jornal alternativo. *Revista Histórica,* São Paulo, ano 2, n. 2, ago. 2000.

## Obras de referência

ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós - 1930.* Edição ver. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 2001. 5 v. Utilizamos o verbete “Revolução de 1964” (p. 5013 a 5024). Também foram consultados os dados referentes aos seguintes envolvidos no processo de 1964: Ernesto Geisel; Olímpio Mourão Filho; Emílio G. Médici; Octávio Costa; Carlos Luís Guedes e João Goulart.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (coord.). *Dicionário de política.* Tradução Carmem C. Varriale *et al.* coordenação da tradução João Ferreira: revisão geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cascais. 5. ed. Brasília, DF: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. Consultado para explicitar os conceitos que orientam o trabalho: Autoritarismo (p. 94 a 103); Ditadura (p. 368 a 378); Golpe de Estado (p. 545 a 547); Regime Político (p. 1081 a 1084) e Revolução (p. 1121 a 1131).

CADERNOS AEL: tempo de ditadura. Campinas: Editora UNICAMP/IFCH/Arquivo Edgar Leuenroth, v. 8, n. 14/15, 2001. Apresentação: Marcelo Ridenti.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002. Apresenta entrevistas com os seguintes historiadores brasileiros: Maria Yedda Linhares, Edgar Carone, Emilia Viotti da Costa, Boris Fausto, Fernando Novais, Evaldo Cabral de Mello, Maria Odila Leite da Silva Dias, José Murilo de Carvalho, Ciro Flamarion Cardoso, Luiz Felipe de Alencastro, Edgard de Decca, Angela de Castro Gomes, João José Reis, Nicolau Sevcenko, Laura de Mello e Souza.

**E**ste livro foi produzido em formato 1536 x 2048 pixels e utiliza as tipografias DTL Haarlemmer e Akko Pro, com miolo preparado na Edufba, em formato PDF.



### **LUCILEIDE COSTA CARDOSO**

Professora visitante sênior pela Universidade Autônoma de Madrid. Pós-doutora em História Contemporânea pela Universidade do Porto. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular do Departamento do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), área de concentração História Contemporânea e História do Brasil República. Autora do livro *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)* (EDUFRB, 2012); e organizadora de *Ditaduras; memória, violência e silenciamento* (EDUFBA, 2017) e *Política e historiografia em tempos de crise* (Autêntica, 2021). Atualmente, desenvolve a pesquisa “Migrações científicas: historiadores perseguidos e políticas ditatoriais em Espanha, Portugal e Brasil no século XX”.

